



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Aqueles que ousaram sair do lugar: trajetórias e processos de ascensão social de negros de classe média no Distrito Federal

Jalisson Carvalho

Brasília, DF

2025

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Aqueles que ousaram sair do lugar: trajetórias e processos de ascensão social de negros de classe média no Distrito Federal

Jalisson Carvalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Neville Julio de Vilasboas e Santos (IFG)

Prof. Dr. Emerson Ferreira Rocha (UnB)

Suplente: Prof^a. Dr. Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

Brasília, fevereiro de 2025

À minha mãe, ao meu pai e à minha querida e amada tia Rita (*in memoriam*), que tanto me apoiaram e me incentivaram a estudar e a correr atrás dos meus sonhos, apesar das dificuldades.

Da calma e do silêncio

*Quando eu morder a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar, rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar o âmago das coisas.*

*Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter, no adentro da íris,
a menor sombra, do ínfimo movimento.
Quando meus pés abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.*

*Caminhar para quê? Deixem-me quedar, deixem-me quieta,
na aparente inércia.*

*Nem todo viandante anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio da poesia penetra.*

(Poemas da recordação e outros movimentos – Conceição Evaristo, 2017)

Verde como o céu azul a esperança

(Verde que te quero rosa – Cartola, 1977)

Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço

A Bahia já meu deu régua e compasso

(Aquele Abraço – Gilberto Gil, 1969)

Agradecimentos

Entre a linguagem que não se apresentava e a escrita que não contornava os dedos e um bocado de coisas mais: eu não conseguia morder a palavra para poder versejar o âmago de tudo. Foi uma labuta daquelas, a dificuldade da escrita e o nó na garganta. Até que consegui abandonar a tentativa de compreender e me agarrei desesperadamente ao possível. Foi o trabalho possível. E foi assim, foi o que deu e no tempo que deu. Mas só por ter conseguido vencer alguns dos obstáculos subjetivos que se apresentaram a mim e ter conseguido finalizar a escrita desta dissertação, já me sinto vivo e vitorioso. Foi pisando na grama e entendendo o lugar das coisas. E acho que agora eu entendo melhor o que Jorge Ben quis dizer em “porque é proibido pisar na grama”. O coração chega bate em ritmo de samba-enredo. Por aqui, a única coisa que posso fazer é ser grato.

Gostaria de primeiramente fazer um agradecimento à uma das pessoas mais importantes para mim: à minha tão amada tia Rita, que infelizmente partiu antes deste trabalho ficar pronto. Ela foi a pessoa que tanto me incentivou a estudar e a nunca desistir dos meus sonhos. Sou eternamente grato por todo o amor incondicional, pelos ensinamentos, pelas histórias e pela palavra. Eu gostava de ser criança no quintal de sua casa; fui muito feliz ali naquela terra. Eu carrego a vívida lembrança dela passando as tardes sentada num banquinho de madeira, concentrada na máquina de costura, costurando fios e tecendo a vida enquanto me contava estórias. Agradeço pelo afeto e pelo cafuné. Quando criança, ao deitar em seu colo, eu sempre encontrava acolhida. Sinto muita saudade da senhora e do seu colo; era meu refúgio e baluarte. Te amarei para sempre e vou carregá-la em minhas lembranças eternamente. A senhora foi a pessoa mais genuína que já passou por aqui, e sei que hoje está festejando por aí. Os sonhos não se perderam.

À minha mãe e ao meu pai, que me acolheram, me colocaram em seus braços e me chamaram de filho. Agradeço por todo amor e carinho e pelo incentivo aos estudos desde que me entendo por gente. A vocês que tanto batalharam na vida, sob o sol e a chuva. Ainda me recordo de quando painho certa vez me disse que só conseguiu estudar até a 4ª série do ensino fundamental, porque precisava trabalhar na roça, num tempo em que as oportunidades eram escassas e a fome se fazia constante. Graças a vocês, consegui ser o primeiro da família a ter um diploma e a cursar uma universidade pública. Esse sonho não é só meu: é por vocês, que dos cinco filhos, conseguiram formar o último. A educação transforma. À minha família, por todo apoio e afeto.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Joaze Bernardino-Costa, por toda paciência, encorajamento e inspiração. Por acreditar em mim e por ter me estimulado a acreditar em mim, quando eu mesmo desacreditei. “Acredite em você. Escreva, trabalho bom é trabalho feito”, disse ele certa vez. Agradeço também por ter tido compaixão. Não consigo verbalizar e nem colocar em palavras o que precisa ser dito, muito menos exprimir a gratidão que tenho; meu muitíssimo obrigado, professor, por tudo. Sinônimo de inspiração, e das mais grandes.

Às minhas amigas baianas que residem no DF, de nossa longa caminhada da infância até aqui. Dessa diáspora que fizemos para essa cidade avassaladora em busca de oportunidades educacionais e dos nossos sonhos. Cidade essa que parece nos engolir a todo instante sob o vazio solene entre os espaços de concreto; mas que é também bonita. À Agnes, minha irmã da vida, com quem dividi o teto e compartilhei os sonhos por sete anos aqui; Carol e Ícaro, por me carregarem para as rodas de samba; Ester e Pedro, pela companhia na BCE, pelos almoços e jantares no RU e por todo o nosso carinho durante essa reta final do mestrado. Matheus, Dinha, Edvaldo e Taiana, Daroit, Samuel, Tania e as demais amigas conterrâneas, por estarem presente, amo muito vocês. Sem os meus afetos eu não sou nada.

Às lindas amigas que a UnB me deu durante todos esses anos, foram muitas, não conseguirei nomear todas. Mas eu gostaria de nomear aqui especialmente: Edu, Gabi, Laísa, Kethury, Eliel, João e Lara. Que tanto me ajudaram a lidar com a ansiedade, a insegurança, a angústia e o desespero nessa reta final de escrita da dissertação. A rede de apoio que conseguimos construir entre os intervalos de cafés, choros e gargalhadas nos corredores do ICS e nos banquinhos da BCE é das coisas mais bonitas. E é muito encantador caminhar com a maior parte de vocês durante todos esses anos, desde a graduação, e saber que a Universidade também é lugar pra gente, por mais que muitas vezes tenhamos achado que não era. Vocês me mostraram que mais importante do que ter com quem contar, é ter com quem pensar.

Aos meus interlocutores de pesquisa, por cederem parte do tempo de seus dias para compartilhar comigo suas histórias e trajetórias de vida. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Ao professor Emerson Rocha, por ter aceitado compor a banca e, sobretudo, pelo cuidado, pelo rigor e principalmente pelo estímulo ofertado a mim durante o mestrado. Por toda a generosidade, gentileza e por ser inspiração, agradecido.

Ao professor Neville Julio de Vilasboas e Santos, por gentilmente ter aceitado o convite para compor a banca, agradeço também pelos apontamentos feitos ao meu trabalho e pelas

palavras de motivação durante o nosso encontro na III Jornada de Estudos Negros que ocorreu na UnB.

À professora Ana Colares, um ano de métodos sociológicos que mudou o meu caminho por inteiro.

À professora Renísia Garcia, por ter sido apoio, conforto e acolhida desde a graduação.

Ao professor Sadi Dal Rosso, meu primeiro orientador de Iniciação Científica na Sociologia. Sou grato por todo o incentivo e pela risada calorosa que encanta.

À professora Jacqueline Teixeira, das pessoas mais incríveis que já tive o prazer de conhecer.

À professora Haydée Caruso, que na reta final da escrita, me parou no corredor do ICS e disse: “Você vai terminar essa dissertação. Estou aqui se precisar, conte comigo”. Obrigado pela sacudida, professora.

Ao corpo docente do Departamento de Sociologia da UnB, que vem me formando enquanto pessoa e sociólogo. E também à equipe da Secretária, por toda dedicação e profissionalismo, especialmente Gabi, Michele, Ester, Renata e Patrícia, vocês são tudo!

Gostaria de fazer aqui um agradecimento especial à Gabi, por ter me salvado e continuar me salvando tantas e tantas vezes. Dona de uma alegria contagiante, incontáveis foram os momentos que entrei na secretaria desesperado, quase chorando e saí com um sorriso estonteante no rosto. É das pessoas mais genuínas que já conheci.

À Branca e Rosa, da secretaria do DAN, e à Dona Ana, obrigado pelos incontáveis copos de café.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento durante o Mestrado. Sem este, o desenvolvimento dessa pesquisa não seria possível.

À Universidade de Brasília, por ser casa. E às pessoas que lutaram para que fosse possível ela ser casa para pessoas como eu. Sou fruto das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, sem as quais a minha entrada e permanência na Universidade não teriam sido possíveis.

Aos que vieram antes de mim, que me guiam e me protegem, Asè.

Resumo

Esse trabalho tem como objeto central de estudo a classe média negra no Distrito Federal. Dessa forma, busca analisar a trajetória de vida de pessoas negras inseridas no serviço público, a partir de entrevistas semiestruturadas que tiveram como objetivo compreender como essas pessoas pertencentes à classe média no DF avaliam seus projetos individuais e trajetórias pessoais no processo de ascensão social, tendo como ponto fundamental as questões relacionadas à condição racial e de gênero. Assim, analisa também a experiência de ser negro e pertencer a grupos socioeconômicos de renda média/alta, bem como, a importância da educação em suas trajetórias, estilo de vida, hábitos de consumo, lazer e sociabilidade. Pode-se observar que ser uma pessoa negra e pertencer a grupos socioeconômicos de status elevado ocasiona uma contradição, visto que o peso das marcas raciais e da cor da pele ainda são sentidos de forma bastante intensa por essas pessoas.

Palavras-chave: Classe Média Negra; Relações Raciais; Mobilidade Social.

Abstract

This study focuses on the black middle class in the Federal District. It seeks to analyze the life trajectories of black people working in the public service, based on semi-structured interviews that aimed to understand how these people belonging to the middle class in the Federal District evaluate their individual projects and personal trajectories in the process of social ascension, with issues related to racial and gender conditions as a fundamental point. Thus, it also analyzes the experience of being black and belonging to middle/high-income socioeconomic groups, as well as the importance of education in their trajectories, lifestyle, consumption habits, leisure and sociability. It can be observed that being a black person and belonging to high-status socioeconomic groups causes a contradiction, since the weight of racial marks and skin color are still felt quite intensely by these people.

Keywords: Black Middle Class; Race Relations; Social Mobility.

Lista de Figuras

Figura 1 - Operação Retorno em 1964.	62
Figura 2 - Representação do Candango em propaganda de 1960.....	65
Figura 3 – Instalação.....	68
Figura 4 - Brasília: uma sociedade para o futuro.....	72
Figura 5 – Construção.	75
Figura 6 - Traços que formam a base do Plano Piloto de Brasília.	78
Figura 7 - Plano que mostra como funcionaria o Eixo Rodoviário, que corta a Asa Sul e a Asa Norte.	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição percentual da população de acordo com critérios de cor/raça e renda média no ano de 2019.....	83
Tabela 2 - Distribuição percentual de renda da população de acordo com critérios de cor/raça no ano de 2019.....	83
Tabela 3 - Distribuição percentual da população de acordo com critérios de cor/raça e renda média com ensino superior completo no ano de 2019.....	84
Tabela 4 - Rendimento médio dos assalariados no setor público e privado do DF.....	86

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - População negra por Região Administrativa do DF (2021).....	63
Gráfico 2 - População do Distrito Federal por raça/cor.....	69

Lista de Mapas

Mapa 1 - Distância do Sol Nascente para o Plano Piloto.....	70
Mapa 2 - Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010.....	71

Lista de Quadros

Quadro 1 – Sistematização das informações-chave para o estudo das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas.	12
Quadro 2 - Sistematização das informações de identificação.	144

Lista de Siglas

CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFB	Instituto Federal de Brasília.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal.
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.
UnB	Universidade de Brasília.

Sumário

Introdução.....	4
Construção do problema de pesquisa.....	7
Procedimentos metodológicos	9
1 Raça, classe e mobilidade social no contexto brasileiro	13
1.1 As três ondas teóricas dos estudos sobre relações raciais	14
1.1.1 Primeira onda	14
1.1.2 Segunda onda.....	20
1.1.3 Terceira onda.....	28
1.2 Raça, educação e mobilidade social	33
1.3 Teorias de classe	39
1.3.1 Classe média.....	44
1.3.2 Classe média negra.....	50
1.3.3 Classe média negra no Brasil	53
1.3.4 Posição de classe e condição racial.....	58
2 Conterrâneos velhos de guerra na cidade nascida para segregar.....	61
2.1 A cidade é uma só? A campanha de Erradicação de Invasões orquestrada no Planalto Central.....	64
2.2 Preto sai, branco fica: dinâmicas de segregação sociorraciais no Distrito Federal.....	67
2.3 Aqui o ser orgânico não se deteriora, petrifica-se: modernismo segregacionista e a ausência de esquinas em Brasília	73
2.4 Rua: dispositivo por excelência da cidade e seu lugar de permanência no vazio solene entre os espaços	77
2.5 Eixos que se cruzam na dualidade do concreto	78
2.6 A cidade para voar (ou ascender socialmente)	82
2.7 O lugar do negro na cidade-avião	86
3 Aqueles que ousaram sair do lugar: classe média negra no Distrito Federal	90
3.1 Origem social e familiar – lugar de negro, negro fora do lugar	93
3.2 Trajetória escolar: “A minha missão era: ir para a escola, estudar e estudar”	96
3.3 Trajetória profissional: “naturalmente, em Brasília, a gente pensa em concurso público, né?.....	98
3.3.1 “A ascensão não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração: uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos da branquitude”.....	105
3.4 Percepções da condição racial e de gênero: “não existiu isso de tornar-se negro, eu sempre soube que eu era negra”.....	108
3.4.1 Mobilidade e ascensão social: “é difícil, o pobre sempre fica em você, herança de pobre”.....	113

3.5 Hábitos de consumo, lazer e sociabilidade: “eu sempre estou sendo lembrada que sou negra”	117
Conclusão	123
Referências Bibliográficas	126
Anexo I	137
Anexo II	143
Anexo III	144

Prólogo

“Somente uma pesquisa sobre os negros em posições sociais mais elevadas – **aqueles que ousaram sair dos lugares** historicamente reservados aos negros no Brasil – será capaz de oferecer novos caminhos para a reflexão sobre o “nó” que se constituíram as interpretações sobre a mobilidade ascendente dos negros, e, quem sabe, de lançar um novo olhar sobre as dinâmicas da desigualdade racial e do racismo em nossa sociedade”.

Angela Figueiredo

Introdução

O conceito de raça – entendido enquanto um constructo social – é fundamental para explicar algumas dinâmicas relacionadas às desigualdades sociorraciais e às oportunidades de mobilidade diferenciada entre negros e brancos no Brasil. Os estudiosos das relações raciais brasileira afirmam que a questão racial, em conjunto com outras dimensões da vida social, é um fator explicativo do fenômeno da desigualdade. Assim como as categorias de classe, gênero, sexo e etc., têm importância para os estudos de estratificação social, a categoria “raça também é uma dimensão relevante tanto para a explicação de desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira quanto para a formulação de políticas públicas adequadas para superá-las” (Bernardino-Costa; Santos; Silverio, 2009, p. 216), superação que tem na educação um dos seus aspectos primordiais de redução das desigualdades raciais, uma vez que esta possui papel fundamental no processo de mobilidade social.

Enquanto um atributo social e historicamente elaborado, a categoria raça funciona como um dos critérios mais importantes na distribuição de indivíduos na hierarquia social, se relacionando de forma fundamental à reprodução das classes sociais, isto é, à distribuição destes indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social, desempenhando um papel substancial na distribuição de pessoas nos diferentes níveis da hierarquia social (Hasenbalg, 1983) e nos processos de mobilidade e ascensão.

Os estudos da mobilidade social ascendente da população brasileira, especificamente o aumento indicado por diferentes estudos demográficos das classes médias em relação aos demais segmentos que compõem a população, enunciam algumas reflexões sobre as desvantagens raciais relacionadas à ascensão social dos negros no país. Dessa forma, embora estes estudos apontem para o crescimento da classe média em termos relativos e absolutos, entre a população negra esse crescimento foi consideravelmente menor. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a quantidade de negros pertencentes à classe média ainda é bastante reduzida, “no entanto, a classe média negra das capitais brasileira teve um crescimento relativo de 10% entre os anos de 1992 e 1999, chegando ao patamar de um terço da classe média brasileira” (Praxedes, 2019, p. 116).

O trabalho de Angela Figueiredo (2012) sobre a classe média negra no Brasil foi pioneiro e extremamente importante. A autora evidencia que nas Ciências Sociais brasileira, não era possível observar muitas pesquisas a respeito do tema. Dessa forma, não havia um livro

sequer sobre a classe média negra no país. Para ela, a classe média negra no Brasil está baseada mais nos salários do que nos bens. À vista disso, esse grupo é formado por indivíduos da primeira geração de suas famílias que experimentou a mobilidade ascendente, “na maioria das vezes filhos de trabalhadores manuais que não herdaram bens imóveis, portanto, sobrevivem exclusivamente dos salários, e nem foram socializados num ambiente de classe média, o que poderíamos nos referir ao habitus de classe” (*Ibidem*, p. 205).

No que diz respeito ao tema dos negros nas elites, Emerson Ferreira Rocha (2015) evidencia que a primeira menção ao assunto pode ser encontrada no capítulo: O Mulato Bacharel, da obra Sobrados e Mocambos de Gilberto Freyre (1936). Posteriormente o tema mereceu atenção na pesquisa de Thales de Azevedo, dando origem ao livro *As Elites de Cor*, publicado originalmente em 1955. Depois das contribuições de Azevedo o tema somente voltaria a ser objeto de pesquisa nos anos 2000 (Figueiredo, 2002, 2012; Rocha, 2015).

De acordo com Figueiredo e Furtado (2014), nos últimos anos é possível observar a inserção “de um grupo de negros, homens e mulheres que passaram a fazer parte de uma classe média negra, principalmente, através do concurso público” (*Ibidem*, p. 146). É justamente em meio a essa indagação que esse trabalho se insere, tendo como objeto central de estudo a classe média negra no Distrito Federal. Desse modo, propõe-se aqui investigar de que forma a posição de classe média é vivenciada por pessoas negras no DF, mais especificamente, na Região Administrativa do Plano Piloto. Com o objetivo de responder essa questão, este trabalho faz uma análise introdutória a respeito de tema, bem como, da configuração dessas dinâmicas nesse contexto, a partir de entrevistas realizadas com pessoas negras inseridas no serviço público e pertencentes à classe média.

O primeiro capítulo faz uma revisão de literatura sobre relações raciais no Brasil, abordando a associação entre classe social e raça para analisar a questão das desigualdades de oportunidades e mobilidade social no país. Dessa forma, busca evidenciar as características presentes nas três ondas teóricas dos estudos sobre relações raciais no que diz respeito à discussão em torno dos processos de mobilidade e ascensão social. Em seguida, discute a importância da educação nos processos de mobilidade e ascensão, sobretudo referente à população negra. Por último, aborda o conceito de classe social a partir das duas principais perspectivas teóricas presentes na literatura sociológica clássica, evidenciando também um panorama das discussões a respeito da definição de classe média no Brasil e dos estudos sobre a ascensão social dos negros no país.

O segundo capítulo traz uma breve discussão sobre a história da construção de Brasília, destacando o fenômeno da migração em massa para o centro do Brasil, assim como, os processos de chegada das pessoas que estavam em busca de emprego e melhores condições de vida na edificação da nova capital do país. A partir de uma revisitação dos ideais urbanos modernistas, aborda também as políticas de segregação sociorraciais estabelecidas no Distrito Federal e as dinâmicas das relações sociais que se impuseram a partir das categorias de raça e classe na cidade modernista desde a sua construção, evidenciando assim, algumas dinâmicas de segregação presentes no cotidiano da cidade. O capítulo traz ainda breves dados sobre cor/raça, educação e escolaridade da população do DF.

O terceiro e último capítulo discute as trajetórias de vida das pessoas entrevistadas, abordando questões relativas à origem social e familiar, escolarização, trajetória profissional, percepções sobre condição racial e de gênero, hábitos de consumo, lazer e sociabilidade, para dessa forma, refletir sobre os processos de mobilidade e ascensão social dessas pessoas pertencentes à classe média negra no Distrito Federal. Percebe-se, assim, que a condição racial não permite que estas se integrem definitivamente na posição de classe média, uma vez que o peso da cor da pele é intensamente evidenciado nos espaços em que frequentam. Pode-se constatar, a partir dos relatos das pessoas entrevistadas, que estas não se sentem pertencentes à classe média, sentindo-se fora do lugar, em uma condição fronteira entre o ser e o não-ser. E ainda que possam usufruir do capital econômico e cultural, ter estabilidade financeira e práticas de consumo, lazer e sociabilidade que as fazem pertencer à classe média, a condição racial e de gênero faz com que essas pessoas não se sintam pertencentes a esse grupo.

Construção do problema de pesquisa

O objeto central da pesquisa é a classe média negra no Distrito Federal. Dessa forma, as pessoas negras inseridas nessa posição serão os principais sujeitos neste trabalho. A escolha da classe média negra no DF como objeto de análise foi consequência de uma revisão da literatura sobre relações raciais no Brasil, tendo como inspiração o trabalho de Angela Figueiredo (2012) sobre a classe média negra em Salvador. Foi a partir das inquietações que surgiram nesse processo, que se percebeu o destaque que muitas pesquisas dão para pessoas negras que ocupam posições marginalizadas – não que isso seja um problema, muito pelo contrário.

No entanto, a questão que se coloca aqui é que poucos são os estudos que se debruçaram sobre pessoas negras que ocupam melhores posições e quais são as estratégias adotadas por elas no processo de ascensão social (Figueiredo, 2012). Outro ponto fundamental para essa decisão é a própria história da construção de Brasília, que é repleta de caminhadas e lutas que foram travadas pelas pessoas negras que para cá vieram em busca de ascensão social e melhores condições de vida.

Desse modo, o recorte aplicado na pesquisa leva em consideração que o Distrito Federal possui um rendimento bastante elevado, comparado com outras unidades da federação do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, possui um dos maiores índices de desigualdade salarial entre negros e brancos inseridos na mesma posição (Codeplan, 2019). Neste trabalho, busca-se adotar uma definição de classe que se baseia na ocupação, tendo em vista que grande parte das pessoas negras pertencentes à classe média não tem um capital consolidado e sobrevivem exclusivamente dos salários, como abordado anteriormente (Figueiredo, 2012).

Isto posto, é a partir desse panorama que esse trabalho tem como objetivo analisar a trajetória das pessoas negras no processo de ascensão social e compreender as dinâmicas sociorraciais presentes no Distrito Federal. Nesse sentido, lançamos a pergunta: de que modo a posição de classe média é vivenciada por pessoas negras no Distrito Federal? E para procurar responder essa questão, buscou-se investigar como essas dinâmicas se configuram nesse contexto.

O critério de escolha dos entrevistados se deu da seguinte maneira: os sujeitos da pesquisa foram servidores públicos do Distrito Federal, autodeclarados pretos ou pardos e que

ocupam cargos de nível superior.¹ O espaço geográfico de pesquisa foi delimitado à quatro das Regiões Administrativas que constituem o “anel central” do DF e possuem alto poder aquisitivo: Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte.

Dessa forma, tendo em vista os diferentes critérios objetivos para situar o indivíduo em uma posição de classe, do ponto de vista socioeconômico (renda, escolaridade e ocupação, e etc.), tomou-se como referência para a composição da amostra a escolaridade e a posição ocupacional. É importante salientar que no roteiro de entrevista não foi colocada uma questão a respeito da faixa de renda – ainda que a variável renda tenha sido utilizada na etapa quantitativa da pesquisa. Portanto, o único critério de identificação de classe foi a posição de empregado especialista (no serviço público).

O Distrito Federal, mais especificamente a Região Administrativa do Plano Piloto, oferece condições para uma análise relevante sobre mobilidade e ascensão social, uma vez que a cidade se constitui como um centro de dominância política e econômica, além da centralidade do serviço público na configuração das dinâmicas estabelecidas na cidade. Quanto à formação histórico-social, vale lembrar que Brasília, desde a sua construção, é tida como um importante celeiro de oportunidades de mobilidade social ascendente.

¹ A escolha da categoria de funcionários públicos como um dos segmentos que configuram a classe média se deu em razão dos apontamentos e contribuições feitas pela Profa. Angela Figueiredo e pelo Prof. Emerson Rocha na qualificação do projeto que deu origem à esta dissertação.

Procedimentos metodológicos

No segundo capítulo deste trabalho, são apresentados alguns dados da distribuição percentual da população por raça/cor, renda e escolaridade – produzidos por órgãos de pesquisa do Distrito Federal – a fim de que seja possível fazer uma análise introdutória a respeito da configuração das dinâmicas sociorraciais no DF. É de conhecimento que os dados sobre a renda pessoal pode ser um problema comum na construção de amostras representativas, tendo em vista que existe um número razoável de omissão dos entrevistados em fornecer informações, o que pode acabar enviesando a amostragem (Collares, 2013). Contudo, a abordagem quantitativa da pesquisa possui apenas a finalidade de demonstrar uma breve visualização do panorama das desigualdades educacionais entre negros e brancos no Distrito Federal, considerando as variáveis de raça/cor, renda e escolaridade das pessoas inseridas nesse contexto. Do ponto de vista analítico, as entrevistas semiestruturadas possuem o fator central da investigação.

Para além da abordagem quantitativa, o desenho de pesquisa dispôs da etapa da metodologia qualitativa, feita a partir da técnica de entrevista – que é a abordagem principal enquanto fator de análise do objetivo proposto aqui. Uma vez que esta favorece a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado e, por meio de trocas verbais e não verbais que se estabelecem no processo de interação, permite uma melhor compreensão dos significados, valores e opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Sendo assim, ao privilegiar a fala dos entrevistados, essa técnica de pesquisa permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos (Fraser e Gondim, 2004) para entender o mundo da vida dos respondentes e introduzir esquemas interpretativos a fim de compreender as narrativas dos atores sociais. Assim, a entrevista foi baseada em tópico guia (roteiro), que é parte vital do processo de pesquisa, servindo como um direcionador (Gaskell, 2002).

Dessa maneira, foi adotada a técnica de entrevista semiestruturada com um roteiro previamente elaborado. As entrevistas tiveram como objetivo compreender como as pessoas negras pertencentes à classe média avaliam seus projetos individuais e trajetórias pessoais no processo de ascensão social, para investigar de que forma a posição de classe média é vivenciada por essas pessoas. Assim, realizou-se entrevistas com servidores públicos autodeclarados pretos ou pardos.

Foram realizadas 8 (oito) entrevistas, com 4 (quatro) pessoas de cada estrato, 4 (quatro) homens e 4 (quatro) mulheres, para que a amostragem da pesquisa tivesse uma maior representação possível na hora da análise, levando em consideração que foram abordados temas referentes a condição racial e de gênero dos interlocutores. No que concerne às questões éticas, foi solicitado o consentimento e permissão para gravação das entrevistas. Os áudios foram transcritos e examinados a partir da Análise de Discurso. As pessoas entrevistadas tiveram seus nomes alterados, a fim de que o seu anonimato seja preservado, os nomes usados aqui são fictícios.

O roteiro da entrevista foi dividido em cinco blocos, contendo tópicos sobre:

- i) Aspectos da família e relações de vizinhança: onde foram abordadas questões referentes à origem social e familiar dos entrevistados;
- ii) Aspectos de escolarização: com o objetivo de investigar a trajetória escolar e compreender as vivências durante o percurso escolar e sua articulação com as questões étnico-raciais durante o processo de formação dos entrevistados;
- iii) Trajetória profissional: contendo questões sobre ascensão social, experiências de mobilidade e perguntas relativas à questão do esforço pessoal;
- iv) Percepções sobre condição racial e de gênero: com o objetivo de analisar a influência da condição racial e de gênero na trajetória profissional e experiência de ser negro/a e pertencer a grupos econômicos de renda média/alta; e
- v) Hábitos de consumo, lazer e sociabilidade: contendo questões referentes aos hábitos de consumo e lazer do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2024, de forma presencial e virtual. O contato inicial com os interlocutores se deu por meio da abordagem de aproximação e da indicação dos participantes, a partir da técnica de amostragem por bola de neve, que forneceu um maior conjunto de contatos potenciais – tendo em vista a dificuldade de conseguir entrevistar pessoas de classe média e alta e as complexidades que se impõe no acesso à essas pessoas. Logo, “a amostragem em bola de neve torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados” (Vinuto, 2014, p. 203).

Contudo, essa estratégia gera algumas lacunas de pesquisa, a saber, pode ocasionar um viés de seleção da amostra, dificultando o controle sobre o perfil de participantes, uma vez que um dos pontos delicados no uso dessa amostragem é a possível semelhança das argumentações.

Assim, uma maior rede de participantes aumenta a chance do acesso às redes mais diversificadas, que oferecem uma maior variabilidade de discursos e, por isso, é necessário cuidado na realização dos primeiros contatos (Vinuto, 2014).

Apesar das limitações, essa técnica se mostrou útil para os fins da pesquisa, dada a dificuldade de conseguir entrevistar pessoas negras de classe média. Sendo assim, as abordagens diretas ocorreram na Universidade de Brasília, por indicação de amigos e, em seguida, por indicação das pessoas que foram entrevistadas. Quatro das entrevistas foram feitas de forma virtual e quatro de forma presencial. Os locais de realização das entrevistas presenciais foram variados: cafés, local de trabalho e residência das pessoas entrevistadas. Duraram em torno de 35min. a 2h e 45min.

Uma outra limitação que se apresentou durante o processo de pesquisa foi a diferença que existe entre as carreiras do serviço público, ainda que o grupo de pessoas entrevistadas seja homogêneo, do ponto de vista ocupacional – servidores públicos de nível superior –, essa diferença existente reverbera em escolhas e trajetórias distintas. Desse modo, a presente pesquisa não possui a pretensão de representar a população de pessoas negras pertencentes à classe média no Distrito Federal, nem de ser uma representação do que é o serviço público nesse contexto. Mas sim, evidenciar os lugares sociais e ocupacionais que essas pessoas ocupam na estrutura do serviço público do DF.

A Análise de Conteúdo das entrevistas foi feita a partir da decodificação do material. As categorias foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa, dessa forma, foram estabelecidas cinco categorias de análise: i) origem de destino; ii) educação; iii) trajetória profissional; iv) raça e gênero; e v) consumo.

O quadro a seguir apresenta as categorias, que foram divididas em subcategorias com códigos. Mostra também as principais perguntas que nortearam os tópicos do roteiro de entrevista. Os códigos representam variáveis construídas a partir das transcrições do material, dessa forma, foram sistematizadas informações-chave para o estudo das trajetórias de vida destas pessoas:

Quadro 1 – Sistematização das informações-chave para o estudo das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas.

Categoria	Subcategoria	Códigos	Perguntas norteadoras
Origem de destino	Origem social e familiar	Incentivo da família nos estudos	Você pode falar um pouco sobre a sua origem social e familiar? Sua família te incentivou nos estudos?
Educação	Trajetória escolar	Importância da educação no processo de mobilidade	Você pode falar sobre sua vivência de escolarização no seu processo de formação?
Trajetória profissional	Ascensão social e experiência de mobilidade	Sentimento de não pertencimento	O que mais contribuiu para que você pudesse alcançar a posição que ocupa hoje? Quais foram as dificuldades que você enfrentou para conseguir ocupar essa posição?
Raça e gênero	Percepções da condição racial e de gênero	Percepção sobre discriminação racial e da influência de raça e gênero na trajetória profissional	Você pode falar sobre a influência da sua condição racial na sua trajetória profissional? Como é a sua experiência de ser negro/a e pertencer a grupos econômicos de renda média/alta?
Consumo	Hábitos de consumo, lazer e sociabilidade	Práticas de consumo, estilo de vida e formação de status social relacionados às questões étnico-raciais	O que você gosta de fazer para se divertir? Fale um pouco sobre os lugares que você frequenta? Como você é tratado nesses lugares? Já sofreu racismo nesses ambientes?

Fonte: elaborado pelo autor.

1 Raça, classe e mobilidade social no contexto brasileiro

As discussões acerca da associação entre classe social e raça para analisar a questão das desigualdades de oportunidades e mobilidade social no Brasil estão presentes na Sociologia desde a sua institucionalização no país. Contribuições de diferentes perspectivas teóricas como as de Pierson (1945); Azevedo (1955, 1966); Bastide e Fernandes [1955] (2008); Fernandes (1965, 2007); Freyre (1973); Hasenbalg (1979, 1983, 1988); Hasenbalg e Silva (1988, 2003); Hasenbalg, Silva e Lima (1999); Cardoso e Ianni (1960); Cardoso (2003); Osório (2009), entre outros, são trabalhos importantes para compreender o panorama geral dos estudos sobre relações raciais e mobilidade social. A partir de abordagens quantitativas e qualitativas, essa vasta literatura sinaliza a importância da análise de classe e raça nos estudos sobre estratificação social e discriminação racial no contexto brasileiro.

Entretanto, alguns desses trabalhos argumentavam que no Brasil não havia preconceito racial, mas sim de classe. Essa hipótese, fundamentada no ideário da democracia racial, originou um consenso em parte da sociedade brasileira daquele período – que repercutiu por muito tempo em alguns setores – de que a discriminação racial no processo de mobilidade social seria substituída pela discriminação de classe. Autores como Gonzalez (1988); Souza [1983] (2021); Bicudo (2010); Nascimento (2016) e Moura (2019), refutaram esses pressupostos e destacaram a complexidade do racismo brasileiro, evidenciando um racismo disfarçado na manutenção das hierarquias raciais, um racismo por denegação², assim como, o entrelaçamento das categorias de raça, classe e gênero enquanto variáveis relevantes na pesquisa social.

Contrariando a hipótese de que a questão de classe seria o único fator estruturante de desigualdades nos processos de mobilidade, estudos recentes como os de Lima (1994); Figueiredo (2002, 2012); Santos (2005); Ribeiro (2006); Osório (2008, 2009); Rocha (2015, 2019); Santos (2016), mostram que o preconceito racial se torna mais evidente na elevação das hierarquias de classe. Esses trabalhos destacam que as dinâmicas de discriminação de raça e classe estão totalmente interconectadas e se tornam mais explícitas à medida que pessoas negras vivenciam os processos de mobilidade e ascensão social. Outro ponto importante desses trabalhos é a revisão dos estudos sobre relações raciais no Brasil, evidenciando as características

² GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade, 1988b.

presentes em cada onda teórica a respeito dos processos de mobilidade social e desigualdades raciais no país.

1.1 As três ondas teóricas dos estudos sobre relações raciais

A inserção do negro em posições sociais médias aparece em diversos estudos sobre relações raciais e estratificação racial no Brasil (Rocha, 2015). Na tradição sociológica³ de explicação do fenômeno das desigualdades raciais, a mobilidade social constitui o elo entre raça, classe e condição inicial⁴ (Osório, 2008). São muitas as contribuições dos estudos sobre relações raciais e mobilidade social no país e uma revisão extensa de cada um desses trabalhos exigiria um enorme tempo – que não me é possível no momento. Dessa forma, buscarei revisitar o debate e resgatar as ideias centrais dos principais autores das três ondas teóricas sobre os estudos das relações raciais no país.

Como forma de explicar esse fenômeno, os estudos sobre relações raciais e estratificação social podem ser organizados em etapas dessas produções. Sendo assim, podem ser identificadas três ondas teóricas que dizem respeito à reprodução de tais desigualdades. Buscarei discutir aqui as ideias principais de cada onda teórica, no que diz respeito à questão da mobilidade social e desigualdades raciais, relacionando-as com produções recentes que se dedicaram à análise de cada um desses trabalhos.

1.1.1 Primeira onda

Osório (2008) distingue três ondas teóricas que possuem semelhanças no que diz respeito à explicação da desigualdade racial. A primeira, tem como principal representante Donald Pierson, onde predomina a ideia de que a discriminação racial no Brasil é um fenômeno pouco relevante. Em *Negroes in Brazil*, Pierson (1945) relatou que não havia observado o preconceito racial em Salvador. Para ele, o preconceito existente na cidade seria o de classe,

³ “Essa característica da tradição sociológica permite datar seu surgimento na década de 1940, tendo sido o Projeto UNESCO (MAIO, 1997, 1998, 1999), no âmbito do qual foram patrocinados estudos sobre as relações raciais no Brasil, um fator importante para sua catálise” (Osório, 2008, p. 67).

⁴ “Reverendo a tradição sociológica de uma perspectiva panorâmica, é possível identificar nela três grandes ondas teóricas. Essas ondas tem alguns pontos em comum na explicação da desigualdade racial. Primeiro, têm como pano de fundo uma “condição inicial”, que é o estado da desigualdade racial no Brasil no momento da Abolição e a divisão da história da desigualdade antes e depois desse evento. Segundo, o fato de articularem o peso da raça – discriminação racial – e da classe – origem social – nos processos de mobilidade social a partir da Abolição para explicarem a desigualdade racial (Osório, 2009, p. 14).

não de raça, uma vez que no Brasil brancos e negros não eram separados por castas. Guimarães (2003) ressalta que para Pierson, o preconceito racial não existia no Brasil. O que havia eram casos individuais de preconceito, contudo, este não seria um fenômeno social.

Divergindo de Pierson, que afirmava que o preconceito no Brasil se dava primeiramente pela questão da classe, e somente depois vinha a raça, Virginia Bicudo (2010) observou que quanto maior a ascensão social, maior seria a consciência racial da pessoa negra, tendo em visto que as tensões sociais entre negros e brancos estabelecidas nesse espaço social eram intensificadas, assim, “as dificuldades de ascensão social estão diretamente ligadas à cor” (Bicudo, 2010, p. 120). Para a autora:

[...] a ascensão ocupacional não confere ao preto o mesmo status social do branco, considerando as restrições demarcadas na linha de cor, ao passo que ao mulato garante sua inclusão no grupo dominante, embora em sua personalidade permaneçam as consequências do conflito mental” (Bicudo, 2010, p. 160).

É importante apontar que mais tarde, Neusa Santos Souza [1983] (2021), ao articular raça e psicanálise no seu estudo sobre a ascensão social do negro brasileiro, viria a desenvolver que a rejeição e o trauma do negro que ascende seriam causados pelo sofrimento psíquico ocasionado pelo racismo. Bicudo (2010) também ressalta as categorias psicanalíticas de trauma e rejeição, assim como, sua articulação com a raça no processo de ascensão social. Para a autora, na relação entre raça e classe, a ascensão social do negro é feita a partir da educação e da ocupação, e isso não diminuiria a distância social a partir da cor:

[...] Empenha-se, então, em conseguir status ocupacional das classes sociais intermediárias, conquistando diploma de curso secundário e superior ou habilidades profissionais. Mas, apesar do esforço para valorizar o capital humano pela instrução, o preto continua sentindo-se rejeitado em certas esferas sociais, rejeição que o traumatiza e desenvolve a consciência de cor” (Bicudo, 2010, p. 158).

Sobre a interpretação de Pierson referente às demarcações da linha de cor no processo de ascensão social, Rocha (2015) ressalta que:

[...] o que Pierson equivocadamente deixa de notar é que a hierarquia entre diferentes níveis de negritude era eficaz enquanto critério de distinção no interior da casta negra apenas porque se configurava enquanto critério de distinção para a sociedade como um todo. Ainda que durante certo período um sistema institucional de segregação prevenisse quase que absolutamente a aproximação entre negros e brancos, quer no mercado de trabalho quer no mundo da vida, o fato de ter sido o mulato, tanto no passado quanto no presente, um tipo humano mais valorizado e mais admitido aos níveis possíveis de intercurso social com os brancos constituiu o fator determinante para a sua ascensão a condições sociais melhores que as da população negra em geral (Rocha, 2015, p. 35).

Osório (2008) afirma que outros trabalhos ainda tentaram generalizar a tese de Donald Pierson – de que o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça – para outras regiões do Brasil e, a despeito das diferenças históricas, concluíram que as afirmações do autor a respeito das relações entre hierarquias de raça e classe em Salvador poderiam ser generalizadas para o Brasil rural. E por isso, o país poderia ser considerada uma nação sem problemas raciais:

Assim, na primeira onda teórica, a proximidade histórica da escravidão é indicada como explicação para a sobre representação dos negros nos estratos sociais inferiores e para sua sub-representação nos superiores. Todavia, o rápido desenvolvimento econômico do país teria o condão de propiciar numerosas oportunidades para a melhoria do status socioeconômico dos brasileiros de todas as cores, e os negros dos baixos escalões teriam condições de ascender às camadas médias, fazendo desaparecer a correspondência entre cor e estratificação social (Osório, 2008, p. 72).

Na primeira onda, “o único critério de estratificação relevante na sociedade brasileira seria a classe social. As desigualdades raciais observadas seriam apenas fruto da sobreposição entre raça e classe” (Rocha, 2019, p. 45). Nela, a presença negra em posições de destaque era tida como evidência tanto da permeabilidade quanto da ausência de preconceito (Osório, 2008):

Para os representantes da primeira onda, uma das provas de que o racismo não existia ou era de pouca monta na sociedade brasileira, seria a mobilidade ascendente dos mulatos. O fato de que havia mestiços entre as elites econômicas e políticas, ou desempenhando – com reconhecimento social – ocupações prestigiosas, era tido como sinal da ausência de preconceito racial (Osório, 2008, p. 70).

Além do trabalho de Donald Pierson (1945), outro estudo importante foi o de Thales de Azevedo (1955, 1966), publicados como parte do Projeto UNESCO, sobre a mobilidade e a estratificação social em Salvador. Em “cultura e situação racial no Brasil”, Azevedo (1966), ao analisar a sociedade soteropolitana, afirma:

[...] o seu atual sistema de estratificação só pode ser compreendido através da perspectiva diacrônica dos grupos de *status* em que a mesma sociedade se diferenciava durante o período colonial e boa parte do século passado e que correspondem às linhas de raça ou de cor: senhores e escravos, brancos e negros, ou branco-senhor e negro-escravo” (Azevedo, 1966, p. 30).

O autor ressalta que os marcadores raciais eram centrais para determinar a posição e os papéis dos indivíduos e grupos –, ainda que o principal critério de classificação naquele contexto fosse o político. Dessa forma, para ele o conceito sociológico de *status* – em contraste

com o de classe – era o que explicava de forma mais acentuada a estratificação da sociedade soteropolitana à época. Sobre a transição para uma sociedade de classes na Bahia, diz:

Em virtude do seu conservantismo cultural e da permanência de uma estrutura econômica semicolonial de agricultura extensiva e de exportação de matérias-primas em troca de artigos manufaturados nacionais e estrangeiros e de certa parte dos produtos de subsistência, a Bahia não concluiu a sua passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade exclusiva ou preponderantemente de classes sociais (Azevedo, 1966, p. 32).

Por isso, as pessoas brancas continuaram ocupando as mesmas posições de prestígio do passado, à medida que as pessoas negras continuavam na pobreza e, para que estas ascendessem socialmente e ocupassem altos cargos na administração, era preciso se “embranquecer”:

“[...] um preto que alcança uma posição elevada vem a ser tratado como “escuro”, como “roxo”, até mesmo “moreno”, nunca como “preto” e muito menos como “negro, que é um termo depreciativo e ofensivo. Falando de certo mulato claro, de profissão liberal, dizia alguém: “Aquele é branco, socialmente falando, porque já ocupou um dos cargos mais elevados na administração e na política do Estado” (Azevedo, 1966, p. 34).

No seu trabalho sobre as Elites de Cor, Azevedo (1955) ressalta que as profissões liberais permitiam ao negro maiores chances de ascensão social:

Um dos aspectos da mobilidade social no Brasil é que uma pessoa de cor, vinda da mais humilde condição econômica, pode, por seu talento e esforço, subir a uma alta posição nas profissões liberais e nos meios intelectuais, adquirindo, desse modo *status* muito superior àquele em que nascera. Uma das maneiras de ascender socialmente é, para toda a gente, ingressar nas carreiras liberais. [...] As profissões liberais são, indubitavelmente, a via de ascensão social mais franca para as pessoas humildes e de cor (Azevedo, 1955, p. 150-155, 156).

Azevedo (1955) afirma que para uma pessoa negra ascender socialmente, apenas talento e esforço seriam necessários. Diz ainda que poucos eram os casos de discriminação racial na burocracia estatal:

Com o aperfeiçoamento do sistema de concursos realizados por meio de exames escritos, cujos autores não são identificados pelos membros das Comissões julgadoras, um número crescente de escuros ingressa no serviço público, em todo o Brasil, sendo raros os candidatos que se julgam vítimas de discriminação racial” (Azevedo, 1955, p. 110).

Logo em seguida, ao relatar falas de seus informantes a respeito da dificuldade em ocupar posições de destaque e cargos de direção na administração pública, o autor afirma que

“casos dessa ordem por certo que não podem ser simploriamente atribuídos a preconceito de cor, sem uma análise de outros aspectos” (Azevedo, 1955, p. 111).

Para Rocha (2019), Azevedo “tratou a burocracia como uma das portas de acesso à condição de elite para a população negra. O autor considerou, contudo, apenas a burocracia estatal” (*Ibidem*, p. 172). No tocante à mobilidade social, Azevedo (1996) ressalta que negros e brancos teriam chances equivalentes de ascensão social e descreveu a cidade de Salvador da década de 1940 como “uma sociedade multirracial de classes, na qual os negros e os brancos competiam em condições de igualdade, diferenciados apenas por suas habilidades e por outros atributos pessoais” (Osório, 2008, p. 71),

Em estudo posterior, sem contradizer essas assertivas, Azevedo (1966) ponderou que a ascensão social não implicava mudança completa de *status*, pois galgar postos rumo a ocupações mais valorizadas não representaria necessariamente ascensão em outras esferas da vida social: o negro e o mestiço poderiam, por exemplo, vir a serem advogados ou engenheiros, mas dificilmente pertenceriam aos clubes ou seriam introduzidos nos círculos familiares dos brancos nessas profissões (Osório, 2008, p. 71).

No estudo em questão [cultura e situação racial no Brasil], Azevedo (1966) observa que apesar de experienciar um processo de mobilidade ascendente, as pessoas negras não conseguiam se integrar de fato nessas posições:

Da observação da sociedade da Bahia parece que se pode induzir que o *status* resulta de uma combinação de fatores como nascimento e tipo físico, que se deixam modificar, até certo ponto, pela fortuna, pela ocupação e pela educação. O *status de nascimento* e a cor limitam a distância social que se pode percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes” (Azevedo, 1966, p. 42).

Ainda assim, para Azevedo classe é que seria a questão fundamental:

Apesar de reconhecer a existência de preconceito racial, Azevedo reduz sua importância, considerando-o muito brando ante o de classe. Além disso, argumentava que somente negros e mestiços não “socialmente brancos” sustentavam a existência de racismo (Osório, 2008, p. 71).

Esse fato evidencia que, apesar de pessoas negras experienciarem o processo de mobilidade e ascensão social, não se integravam efetivamente à posição de classe adquirida, uma vez que eram excluídas dos espaços frequentados pela classe média e alta branca, por estarem “fora do lugar”.

No entanto, sobre a competição de negros e brancos em condições de igualdade e às chances equivalentes de ascensão social entre esses dois grupos, partindo de documentos com informações sobre ocupação e cor em Salvador, Figueiredo (2012) afirma que:

Ainda que a bibliografia insistentemente nos fale sobre a relativa facilidade de ascensão social dos negros em Salvador no período anterior, não há registros que respaldem esta afirmação, tampouco fontes que deem conta do percentual de negros em posições mais elevadas naquele período. Ao contrário: a pesquisa realizada por Bacelar, tendo como fonte documental a análise dos inventários – único registro no período que continha as informações sobre ocupação e cor –, demonstra como há, em Salvador, a manutenção da hierarquia racial no mercado de trabalho existente no período escravista e, no que se refere às relações de trabalho, que ainda imperavam as relações pessoais e não contratuais baseadas nos costumes e em normas tradicionais (Figueiredo, 2012, p. 18).

A autora salienta que as profissões liberais eram ocupadas majoritariamente por brancos, enquanto que no setor secundário, o número de pretos era bastante elevado. Já os pardos, estes “exerciam atividades que requeriam alguma especialização e escolarização – alguns eram professores e conquistaram posições no serviço público; outros tinham posições de destaque na estiva, além de avançarem na hierarquia militar” (Figueiredo, 2012, p. 19). Dessa forma, no que se refere às conclusões feitas por esses autores sobre as especificidades da cidade de Salvador em relação à mobilidade social dos negros, Figueiredo (2012) faz duas observações importantes:

A primeira, de cunho mais demográfico, diz respeito ao fato de que, tendo uma população branca relativamente pequena, provavelmente havia uma maior brecha para que os mestiços ocupassem espaços que, em outros lugares, eram exclusivamente ocupados por brancos – note-se que aqui falo de mestiços, e não de pretos ou negros, ou seja, pessoas de ascendência negra, mas de características fenotípicas brancas; aqueles que podem se mover na escala classificatória da cor no Brasil, no sentido de tornarem-se menos negros ou socialmente brancos. [...] A segunda, refere-se ao fator econômico e à estagnação descrita por Bacelar (2001), que possibilitaram que apenas um número relativamente pequeno de negros (pretos e pardos) fizesse parte da classe média (Figueiredo, 2012, p.23).

Sendo assim, Figueiredo (2012) afirma que esse pequeno número foi o que favoreceu a incorporação das pessoas negras à vida social da classe média local, no entanto, essa incorporação não foi feita enquanto grupo, mas sim como indivíduos. Para a autora:

Parece que a questão mais específica revelada pelos estudos realizados na Bahia, no que se refere à mobilidade social dos negros é, de fato o maior grau de “integração” dos negros à sociedade. Essa integração, porém, pode ser interpretada como uma maior relação de dependência e subordinação entre os negros baianos e a elite local, ou seja, o que Azevedo denominou como acomodação recíproca pode ser entendido como a legitimação da hierarquia racial estabelecida desde o período colonial, em que

cada grupo racial se acomodou aos seus respectivos lugares na hierarquia social e na construção simbólica (Figueiredo, 2012, p. 23).

Em relação às análises de Pierson e Azevedo, a autora afirma:

Donald Pierson (1971) e Thales de Azevedo (1955), ao identificarem a presença de poucos negros em camadas sociais elevadas, consideravam que a mobilidade vertical na sociedade brasileira processava-se por livre competição, sem que fosse enfatizado o critério da cor, concluindo que não existiam barreiras intransponíveis baseadas na cor, ou seja, a “cor” é um simples acidente” (Figueiredo, 2012, p. 98).

A questão da integração dos negros na sociedade de classes e a hierarquização dos lugares sociais ocupados pelos grupos raciais durante as transformações econômicas desde o pós-abolição, podem ser observadas mais de perto a partir dos trabalhos desenvolvidos na segunda onda teórica dos estudo sobre raça e mobilidade social no Brasil.

1.1.2 Segunda onda

A segunda onda é mais heterogênea do que a primeira (Osório, 2008). Ganhando força a partir da década de 1950, “sua característica principal é a identificação da discriminação racial como fenômeno relevante no Brasil, se opondo, dessa forma, em suas principais conclusões, à geração anterior” (Rocha, 2019, p. 45). Para Guimarães (2003), as pesquisas de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Costa Pinto rompem com essa forma de pensar. Nesses trabalhos, a grande discussão estabelecida é a que já havia sido “colocada pelo movimento negro nos anos 1930: a existência do preconceito racial no Brasil, apesar do ideal de democracia racial” (*Idem*, p. 101).

A reação à afirmação da inexistência do preconceito racial é o que une os representantes dessa onda, que a rechaçaram com veemência. Para estes, “o preconceito racial existe e tem uma especificidade – só pode ser entendido à luz da história e particularmente das relações raciais em vigor durante o regime escravista” (Osório, 2008, p. 74):

A maior parte deles compartilha com a primeira onda a noção de que, nas primeiras décadas do século XX, a transição da sociedade de castas à sociedade de classes implica aumento substantivo da mobilidade social. Mas há um grau razoável de divergência quanto às origens, a natureza e a forma de atuação do preconceito, e também quanto à provável dinâmica temporal (futura) da desigualdade racial. (Osório, 2008, p. 74).

Osório (2008) enfatiza que dos teóricos da segunda onda, Oracy Nogueira (1998) foi o que mais elaborou sobre a especificidade do tipo de preconceito racial existente no Brasil:

Estudando as relações raciais em Itapetininga, São Paulo, chegou a conclusões altamente generalizáveis sobre o preconceito contra os “indivíduos de cor” no Brasil. Ele elaborou uma tipologia distinguindo o preconceito racial existente no Brasil e nos Estados Unidos segundo o mecanismo de atuação. A distinção entre os dois tipos explicaria o porquê de os cientistas sociais da primeira onda considerarem não existir preconceito racial no Brasil. No Brasil, o preconceito seria “de marca”, atuaria com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições. Daí a importância do branqueamento, quanto mais branca uma pessoa, maiores suas possibilidades de ascensão social e menores as chances de ser vítima de discriminação (Osório, 2008, p. 74).

Em relação ao critério de identificação baseado na aparência, Figueiredo (2012) afirma que este:

[...] tem tido maior relevância nos estudos sobre as relações raciais brasileiras quando comparado com os Estados Unidos e, de acordo com a celebre frase de Oracy Nogueira (1985), o preconceito no Brasil é de marca, e não de origem. A conclusão de Nogueira acerca dos critérios de identificação racial e da manifestação do preconceito na sociedade brasileira pode ser ampliada para o entendimento da inserção dos negros no mercado de trabalho (Figueiredo, 2012, p. 97).

A teorização de Nogueira a respeito da desigualdade racial no Brasil é singular e bastante diferente da formulação de outros teóricos da segunda onda. A estrutura social, para ele, era extremamente rígida no período pós-abolição. “Ele foi talvez o único a teorizar o problema sem pressupor que a transição para a sociedade de classes ocasiona um grande aumento da mobilidade social” (Osório, 2008, p. 74).

Um outro autor importante da segunda onda foi Luís de Aguiar Costa Pinto (1998). Para ele, o preconceito racial e a discriminação eram produtos da sociedade de classes em formação nas primeiras décadas do século XX, e não uma herança do passado escravista (Osório, 2008); sobre a ascensão social da população negra, afirma:

Quando os primeiros negros começam a ascender, porém, o preconceito racial emerge como forma de impedir isso, não em nome do racismo, mas da manutenção dos privilégios da classe dominante, que é branca. O preconceito é um signo da resistência da ordem social à sua própria transformação, é fruto dessa última. Assim, a tensão racial que emerge é, na verdade, para Pinto, uma faceta do conflito de classes. E a tendência do preconceito e da discriminação seria a de aumento de intensidade, podendo mesmo resultar no nascimento de uma ideologia racista idiossincrática e bem definida, eventualmente levando o país de volta a um sistema de castas (Osório, 2008, p. 77).

De todos os expoentes da segunda onda, o mais notável foi, sem dúvida, Florestan Fernandes, uma vez que foi o seu trabalho que definiu os contornos dessa onda teórica. Para ele, o preconceito racial surge ao longo do Brasil colônia para executar a tarefa de “legitimação da ordem social, e tende a desaparecer com a transição para a sociedade de classes, pois perde sua funcionalidade e se torna um elemento arcaico e irracional, uma herança do passado” (Osório, 2008, p. 77),

[...] é a partir dos trabalhos de Fernandes (1978) que será contestada a crença na democracia racial brasileira. Fernandes ressalta que, na nova ordem capitalista, o negro permanece ocupando os espaços marginais na sociedade, embora essa marginalidade não seja explicada por mecanismos produzidos pelo sistema capitalista, mas pela sobrevivência do passado escravista (Figueiredo, 2012, p. 98).

A respeito da integração do negro na sociedade de classes, Osório (2008) acentua que foi somente a partir da década de 1930, em São Paulo, que a massa de trabalhadores negros começou a ser incorporada, de forma lenta, à estrutura da sociedade industrial de classes que se instalava, obstaculizada pelo racismo:

Por baixo e sob o signo do racismo, que, a despeito de sua incompatibilidade com a nova lógica social, persiste. Mas não é o racismo em si que posiciona os negros na emergente sociedade industrial de classes, sua situação é herdada da ordem anterior. O racismo é um obstáculo à redistribuição dos negros (Osório, 2008, p. 79).

Em brancos e negros em São Paulo, Roger Bastide e Florestan Fernandes [1955] (2008) apontam que a industrialização abriu ao negro a possibilidade de ascensão social. E, uma vez que havia facilidade da instrução, oportunidades de industrialização, enfraquecimento do controle dos brancos graças à dispersão de famílias tradicionais na cidade, essa ascensão passou a ser como grupo social, não mais como indivíduos isolados:

“É preciso, pois, agora, esquecendo as origens étnicas, considerar a população paulista sob outro ângulo, como uma pirâmide de ocupações, de “status”, e de “papéis” sociais, e examinar sucessivamente as relações dos brancos com os negros das duas classes superpostas e dentro de cada classe. Não existe legalmente segregação racial no Brasil. O branco e o negro encontram-se por toda parte, na rua, no bar, nos jardins públicos, no teatro e no cinema. A lei inflige uma pena de multa ou prisão aos que se recusarem a aceitar um homem de cor. Todavia, quando um negro sobe no ônibus, o branco senta-se raramente ao seu lado; prefere ficar de pé durante todo o trajeto; quando se entra num cinema superlotado depois de iniciada a projeção, e se acaba por encontrar um lugar vazio, percebe-se muitas vezes, uma vez acesas as luzes, que o vizinho é um preto. Mas tais fatos não demonstram necessariamente um preconceito de cor, pois o negro é muitas vezes pobre, mal vestido ou sujo, e a gente também não se senta perto de um branco esfarrapado. [...], mas é que negro é considerado *a priori*, pela boa sociedade, um homem sem educação, bêbado ou vagabundo. [...], o estereótipo de cor é no fundo um preconceito de classe” (Bastide; Fernandes, [1955] 2008, p. 165).

Os autores afirmam que nesse caso a cor é um sinônimo de baixa condição social, onde o preconceito de cor se identifica com o de classe. Logo, a cor desempenharia o papel de um símbolo que posiciona o indivíduo em um degrau da escala social, e por isso:

[...] as exceções são ainda demasiado raras para solapar a força desse símbolo. São tão raras que o negro que subiu é sempre considerado com espanto admirativo, sobretudo pela velha geração: é respeitado, mas o respeito é o segundo momento de uma dialética afetiva, que começa por rebaixar o negro e que corrige em seguida esse primeiro ponto de vista adotado (Bastide; Fernandes, [1955] 2008, p. 166).

Para Bastide e Fernandes (2008), a cor age de duas formas: como estigma racial e como símbolo de status social inferior. Assim, cor não se confundiria completamente com a classe, uma vez que dentro da própria classe ela desempenharia um papel discriminador ao agir duplamente:

O que acabamos de dizer sobre a classe baixa aplica-se ainda melhor à classe média e à alta. Aqui a discriminação surge sob a forma de restrições mais ou menos severas à atividade social ou mesmo à atividade profissional [...] “Se assim é, quanto mais o negro se aproximar do branco, pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas probabilidades de ser aceito” (Bastide; Fernandes, [1955] 2008, p. 168).

Analisando o papel da educação no processo de ascensão social, Roger Bastide e Florestan Fernandes ressaltam que a escola constitui a base de toda elevação. Salientam ainda que na escola primária não haveria barreiras ostensivas; estas apareceriam somente nas escolas secundárias e, dessa forma, existiria uma tendência para repelir o negro:

O negro percebe cada vez melhor o valor dos diplomas e já descobriu a importância das escolas técnicas como meio de ascensão social. Não somente descobriu-o mas começou a utilizá-lo. A escola constitui pois a base de toda elevação [...] A descoberta do valor da educação é, no negro, relativamente recente. As barreiras na escola são mais de classe que de raça. Vão aumentando ao passar do ensino primário para o secundário e o superior (Bastide; Fernandes, [1955] 2008, p. 174).

Contudo, os autores denotam que o diploma não confere, automaticamente, um meio de ascensão social, caso o negro não tenha um padrinho branco para protegê-lo. A respeito das barreiras impostas aos negros ao longo do processo de ascensão social, afirmam que quanto mais o preto sobe, mais barreiras encontra. E como uma forma de contornar essas barreiras, utiliza de uma infiltração como processo de ascensão social:

Apenas nessas condições, a ascensão não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração. Uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos do branco. Não se trata de recuperar a massa, mas de selecionar elementos de escol.

O nosso inquérito permitiu-nos ver, na mobilidade profissional do negro, muitas vezes um desejo de subir. Mas a subida é fácil só até certo degrau. [...] Depois disso, a infiltração torna-se mais difícil, é preciso ter uma certa instrução, diploma. [...] Assim a infiltração nem sempre se faz pelas mesmas vias, mas segue as da menos resistência, tateia para abrir caminho por onde sente certa fragilidade. Como a água, que ataca a matéria tenra e deixa intacta a parte dura da pedra, o negro procura as partes moles para atacar por aí de preferência. E foi assim que vimos formar-se sucessivamente, acima da plebe, um proletariado de cor composto de operários semi-especializados; acima deles, uma pequena classe média e, finalmente, uma elite negra (Bastide; Fernandes, [1955] 2008, p. 223).

O autor observa as barreiras existentes no processo de mobilidade social do negro que, apesar do desejo de obter melhores condições de vida, em determinado momento do processo de mobilidade ascendente se depara com barreiras e resistências impostas à sua ascensão. Dessa maneira, precisa recorrer à outras formas, como a infiltração. Contudo, em determinado momento a infiltração também impõe barreiras ao processo de mobilidade social, e a educação seria uma dessas barreiras. O autor ressalta que o negro, cada vez mais, percebe a importância da educação como um importante fator de mobilidade. Em “O negro no mundo dos brancos”, Fernandes [1972] (2007) afirma que a ascensão social do negro possui dois aspectos diferentes:

O que parece ser ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes. A ascensão social verdadeira, isto é, a mobilidade social vertical no sentido ascendente, dentro do sistema social vigente, ainda não se organizou, para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva. Atinge a alguns segmentos (ou melhor, certos indivíduos) da “população de cor”, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões que regem as relações raciais e sem suscitar um fluxo constante de mobilidade social ascendente no “meio negro”. Em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado (Fernandes, [1972] 2007, p. 67).

Dois outros autores importantes na segunda onda são Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1960) que, se alinhando com Florestan Fernandes, partem da mesma argumentação, se diferenciando apenas no seguinte ponto:

Em Florianópolis, os processos de transição para a sociedade de classes haviam se dado de forma mais lenta do que em São Paulo, e, portanto, as oportunidades oferecidas aos negros haviam sido escassas e eles permaneciam realizando as mesmas atividades que na sociedade colonial (Osório, 2008, p. 79).

Nesse estudo sobre a mobilidade social de negros e brancos em Florianópolis, Cardoso e Ianni (1960) afirmam que a população negra se encontrava em uma posição de possibilidades

limitadas de ascensão social, dado o grau de diferenciação da estrutura econômica que acarretava na impossibilidade dessas pessoas ascenderem na escala social em grande número. Assim, com a integração do desenvolvimento econômico esta situação mudaria de forma significativa, abrindo maiores oportunidades de mobilidade e ascensão social:

No presente, a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social. tal processo, entretanto, ainda é incipiente, e, no conjunto, a posição do grupo negro na estrutura profissional da cidade apresenta traços de muita similaridade com a do passado (Cardoso; Ianni, 1960, p. 120).

Dessa forma, os padrões de relações raciais elaborados desde a ordem escravocrata resultaram em um padrão de acomodação interracial diferente em relação à sociedade brasileira tradicional, uma vez que Florianópolis não se desenvolveu nos moldes da economia colonial. Isso resultou na marginalização de população negra na cidade, tanto no que diz respeito à estrutura econômica, quanto no que tange à estrutura social. Esse fato se refletia na “distribuição ecológica” dos negros e brancos na cidade. À vista disso, foi apenas na metade do século XX que parte da população negra conseguiu modificar esse padrão de integração à ordem social, desfrutando assim, de certas possibilidades de mudança e pela ascensão social das camadas populares, fator que explicava a inexistência de uma extensa “elite de cor” naquela região, onde poucos conseguiram atingir a classe média, seja pelo acesso às escolas secundárias, ou pelo acesso às profissões liberais (Cardoso; Ianni, 1960).

Os autores apontam que foi só a partir dos desenvolvimentos que ocorreram no país em meados das décadas de 1930 e 1940 que a população negra conseguiu conquistar novas posições, ainda com oportunidades restritas de canais de mobilidade e ascensão social, dificultando a ascensão em grande número dessa população, que enfrentava dificuldades até para conseguir acessar as camadas mais baixas da sociedade. Enfatizam ainda que uma das principais preocupações dos negros que estavam ingressando na classe média era a questão da educação:

Uma das principais preocupações dos negros e mulatos, particularmente os chefes de família e aqueles que estão ingressando na classe média, diz respeito à luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos. Para eles, “o elemento de cor” somente poderá ter a sua carreira facilitada, “impondo-se pela cultura”. Assim, o preconceito racial tenderá a “desaparecer com o esforço do preto em mostrar sua capacidade de desenvolvimento cultural nas mesmas proporções que o branco”. (Cardoso; Ianni, 1960, p. 168).

Se referindo a um “elemento de cor”, os autores afirmam que para essas pessoas que estavam experienciando um processo de mobilidade ascendente, a integração do negro na sociedade de classes seria uma integração às camadas brancas da classe média. E uma vez inseridos nessa posição, o preconceito desapareceria à medida que essas pessoas se esforçassem no seu “desenvolvimento cultural”, onde a régua de aferição dessa cultura desenvolvida era medida a partir das camadas brancas das classes média a alta. Mais uma vez se referindo ao “elemento de cor”, afirmam que, no que diz respeito às profissões:

As barreiras opostas à integração e ascensão do “elemento de cor” são universais na comunidade, variando, contudo, a sua rigidez conforme as implicações sociais das situações. Apesar de que muitos brancos declarassem que aos negros e mulatos não se impunham restrições à sua admissão em muitos empregos, a totalidade destes afirma que a conquista de um emprego sempre põe em jogo a cor de candidato, seja negro ou mulato. “Quando o ingresso é um favor (isto é, não “feito por concurso”) então há o limite da cor”. Isto para os mulatos claros que começam a ingressar na classe média, pois a racionalização das atividades burocráticas tem sido uma válvula, que facilita o ingresso do indivíduo de acordo com a capacidade profissional, passando para o segundo lugar os seus caracteres somáticos. O concurso, entretanto, somente aumenta as oportunidades do negro ou mulato quando a função que ele vai exercer é considerada compatível”. Caso contrário, isto é, quando o emprego diz respeito a uma atividade que exige o que os brancos chamam de “representação”, então o negro ou mulato é eliminado a despeito do concurso. Quando se trata de ocupações que não apresentam a alternativa do concurso [...] a resistência é muito grande (Cardoso; Ianni, 1960, p. 174).

Assim como na primeira onda, aqui pode-se perceber a importância das carreiras burocráticas através do concurso público no processo de ascensão social do negro, onde o “limite da cor” não seria um impedimento para o seu ingresso. Contudo, em posições de “representação”, os negros se deparavam com barreiras impostas ao seu ingresso em determinados cargos da administração pública.

Ao se perguntar se haveria relação entre o grau de instrução do branco e a intensidade do preconceito, ressaltam que nos círculos de convivência social em Florianópolis, como escola, família, bailes e etc., os dados empíricos mostravam que “quanto mais elevada a classe a que pertence o branco, mais preconceituoso este parecia ser” (Cardoso; Ianni, 1960, p. 173) e a intensidade de rejeição seria maior por parte das pessoas pertencentes à classe média do que por aqueles pertencentes à alta, uma vez que as posições de classe média só passaram a ser alcançadas pela população negra naquele momento.

Ribeiro (2006) afirma que nas interpretações feitas por Cardoso, Ianni, Florestan e Bastide, as desvantagens raciais observadas no Brasil seriam um legado da escravidão, onde a estratificação da sociedade por raça era uma herança do passado colonial que perdurava, até o

momento em que fosse substituída pela discriminação de classe – uma vez que o Brasil estava em vias de uma acelerada mudança de transição para uma sociedade de classes.

Osório (2008) ressalta ainda que tanto Cardoso, quanto Ianni, ponderaram a ideia de que o preconceito tenderia a acabar à medida que a transição para uma sociedade de classes fosse se efetivando, ou seja, consideravam que a desigualdade racial seria apenas um conflito de classes. Entretanto, em “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul”, Cardoso (1977) faz uma mudança conceitual quanto à irracionalidade do preconceito e passa a compreender que este não seria apenas uma herança do passado no presente, uma vez que há uma mudança de conteúdo significativo e de funções sociais.

Ao discutir sobre o negro na sociedade de classes em formação no Rio Grande do Sul, Cardoso (1977) afirma que a discriminação e a violência oficializada atingiam os negros no que era essencial para sua inserção na sociedade de classes, uma vez que os brancos tentavam impedir o acesso dessas pessoas às posições de prestígio e melhor remuneração no funcionalismo público, ressaltando que:

Com efeito, teoricamente a opção que coube aos negros quanto ao processo de integração à ordem social em formação estava balizada entre dois polos: a consciência da autenticidade da condição de negro na sociedade de classes, com a dupla determinação de proletário e negro, ou a transigência com a ideologia dos brancos, enquanto "raça" e enquanto grupo social dominante. Esta última garantiria a integração imediata à "comunidade nacional", nas posições socialmente menos favorecidas, alimentando, ao mesmo tempo, uma concepção alienada da sociedade e da situação que o negro podia aspirar nela (Cardoso, 1977, p. 256).

No entanto, o autor evidencia que a questão era na realidade mais complexa. Não bastava o desejo de ascender socialmente através da instrução; era preciso que houvesse possibilidades efetivas para isso, e elas eram escassas:

Enquanto uns acreditavam que a ascensão social e a instrução seriam suficientes para provocar a revisão das representações e das formas de comportamento do branco para com os negros, outros acreditavam que o “preconceito” manter-se-ia se não houvesse uma “luta contra o preconceito”. [...] Todos os que foram capazes de situar-se como negros, entretanto, não só compreenderam que viviam em condições sociais espoliadoras e que, portanto, era preciso obter uma classificação adequada na estrutura de classes em formação, como acreditavam na necessidade do negro afirmar-se, corajosamente, como alguém que reivindica legitimamente novas posições sociais (Cardoso, 1977, p. 262).

Sendo assim, os canais de ascensão social da população negra naquele contexto eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas, uma vez que:

A democracia brasileira se limitava a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime. O negro ascendia socialmente como negro, e o processo de ascensão era regulado pela fidelidade dos “cidadãos” aos chefes de parentela poderosos. A mobilidade social controlada fazia com que, como condição para a ascensão, estivesse inscrito um princípio de subordinação (Cardoso, 1977, p. 264).

O apadrinhamento configurava um desses princípios de subordinação ao qual o negro estava condicionado para poder ascender socialmente (Figueiredo, 2012). Osório (2009) destaca que essas conclusões apresentavam uma visão das relações raciais brasileira muito marcada pela situação das relações raciais nos Estados Unidos e também pela leitura realizada por Gilberto Freyre (1994) em *Casa grande & senzala*. Para eles, a explicação para a sobre-representação de pessoas negras nos estratos inferiores e para a sua sub-representação nos superiores era devido à proximidade histórica com o período escravista.

Dessa forma, o que possibilitaria oportunidades de melhoria do status socioeconômico para toda a população brasileira seria o acelerado desenvolvimento econômico do país, pois, só assim um maior número de pessoas negras teria condições de ascender às camadas médias, ocasionando o desaparecimento da correspondência entre cor e estratificação social. Porém, apesar desse prognóstico otimista, os autores sinalizavam que o progressivo aumento da competição entre negros e brancos, por canais de ascensão social, levaria à irrupção ou ao acirramento de tensões raciais (Osório, 2009).

Avançando nessa discussão sobre os canais de ascensão social para negros e brancos, estudos posteriores destacaram – por meio de técnicas estatísticas – o papel central da educação nos processos de mobilidade e ascensão social, evidenciando os efeitos da discriminação racial ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, como é possível perceber com mais detalhe na seção seguinte.

1.1.3 Terceira onda

A terceira onda teórica surge em meados da década de 1970 “e sua marca é o rigor metodológico na aplicação de técnicas de mensuração para identificar os efeitos da raça tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional” (Rocha, 2019, p. 45). Apesar de possuir semelhanças com a segunda onda, era esse fato que a distinguiu daquela, que usava de estatísticas descritivas nas interpretações das desigualdades raciais. Essa nova onda possui como

característica uma certa homogeneidade e é a partir dela que surge a explicação sobre a persistência da desigualdade racial no Brasil. Seus principais autores são Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (Osório, 2008). Para Figueiredo (2015), as contribuições desses autores foram fundamentais nos estudos das relações raciais e desigualdade no país, principalmente o trabalho de Hasenbalg, justamente

Por operar um deslocamento na ênfase dos estudos de relações raciais para os estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil; denunciar o racismo existente na configuração do mercado de trabalho e no acesso à educação; destacar o uso de uma metodologia quantitativa em seus trabalhos; bem como propor a substituição do conceito de ascensão social para o de mobilidade social ascendente (Figueiredo, 2015, p. 13).

A adoção de metodologias quantitativas de pesquisa para a análise do fenômeno das desigualdades raciais no contexto brasileiro foi uma das principais características dos trabalhos desses autores. Ao analisar os dados agregados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Hasenbalg e Silva:

Demonstram por a mais b que as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros, ou seja, entre aqueles que se definem como brancos e como pretos e pardos [...] não podem ser explicadas nem pela herança do passado escravagista, nem podem ser explicadas pela pertença de negros e brancos a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais (Guimarães, 2003, p. 103).

Na literatura sociológica sobre relações raciais no Brasil – primeira e segunda onda teórica –, a estratificação racial da população foi explicada a partir das causas históricas ocorridas durante o regime escravocrata, evidenciando as sequelas da escravidão e a competição com os imigrantes na formação da sociedade de classes após a abolição. Contudo, esses imigrantes não possuíam qualificação profissional especializada (Hasenbalg, 1983), e de acordo com Theodoro (2008),

A concentração da população não-branca em regiões pouco dinâmicas também contribuiu para o quadro atual das desigualdades raciais. Como produto de uma história de mais de três séculos de escravidão, à época da abolição a grande maioria da população afro-brasileira permanecia fora da região onde uma sociedade urbana e industrial estava em formação. As políticas públicas voltadas à promoção da imigração vieram a acentuar esse quadro de desigualdades regionais. Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. [...] O período que se seguiu à abolição foi caracterizado pela aceleração do desenvolvimento econômico e pela abertura de novas oportunidades de ascensão social. [...] Contudo, essas oportunidades não foram aproveitadas pela população negra (Theodoro, 2008, p. 35-36).

Foi somente a partir da terceira onda que os estudos começaram a se concentrar nos diferenciais de mobilidade social segundo a categoria raça, evidenciando que a posição socioeconômica inferior do negro na estrutura social se devia não somente por conta das causas históricas, “mas também à desigual estrutura de oportunidades sociais enfrentada pela população branca e negra na sociedade brasileira” (Hasenbalg, 1983, p. 54).

Ao evidenciar as três linhas de pesquisa que dizem respeito às relações entre raça, classe e desigualdades sociais no Brasil, Hasenbalg (1979, 2022) ressalta ainda que a noção de democracia racial⁵ formulada por Gilberto Freyre foi uma arma ideológica contra o negro, que influenciou fortemente as teorias das relações raciais no Brasil da década de 1930. O autor sinaliza que “na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidades é predicado fundamentalmente no terreno racial” (Hasenbalg, 2022, p. 106). Cabe evidenciar aqui a formulação de Lélia Gonzalez (2020) a respeito da noção de democracia racial. Para a autora, esta seria:

Um dos mitos mais eficazes de dominação ideológica. [...] Na sequência da suposta igualdade de todos perante a lei, ele afirma a existência de grande harmonia racial... desde que estejam sob o escudo do grupo branco dominante, o que revela sua articulação com a ideologia do branqueamento. Em nossa opinião, quem melhor sintetizou esse tipo de dominação racial foi um humorista brasileiro, quando afirmou: “No Brasil não existe racismo porque o negro sabe seu lugar”. Vale a pena notar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da “democracia racial, na medida em que suas análises sobre nossa realidade social nunca vislumbraram alguma coisa além das contradições de classes (*Ibidem*, 2020, p. 144).

Gilberto Freyre influenciou ainda outra linha de pesquisa nas décadas de 1940 e 1950, que tinha como objeto de estudo as relações raciais no Norte do Brasil. Os estudiosos dessa linha descartaram a ênfase da discriminação racial e seus efeitos sobre a mobilidade social das pessoas negras, apesar da forte associação entre cor e posição social. E ainda que sinalizassem o preconceito existente no Brasil, afirmavam que este era mais de classe do que de raça (Hasenbalg, 2022), caracterizando assim, “uma realidade em que raça não seria relevante para determinar as relações sociais e nem a mobilidade social dos indivíduos, bastando o esforço pessoal” (Bernardino-Costa, 2023, p. 101), dessa forma,

As ideias de Freyre marcariam a política e cultura brasileira até praticamente o final do século XX. Com base nessas ideias, a exaltação da mestiçagem aliada ao ideal de embranquecimento, criou uma idealização do Brasil como uma nação paradisíaca, uma democracia racial, onde não havia conflitos ou problemas raciais. Essas ideias

⁵ “A consequência implícita dessa ideia é a ausência de preconceito e de discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (Hasenbalg, 2022, p. 105).

continuam a permear todas as dimensões da vida social brasileira, desde as instituições estatais até a cultura popular” (Bernardino-Costa, 2023, p. 101)⁶.

Já nas décadas seguintes, 1950 e 1960, a segunda linha de pesquisa, desenvolvida por estudiosos da escola de São Paulo (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni), integra uma análise de classe da questão racial. De modo geral, esses autores concluíram que o sistema de relações raciais é evidenciado por meio da análise do processo de desagregação do sistema escravista de castas e da formação de uma sociedade de classes, onde a condição social do negro após a abolição foi vista à luz da herança do regime escravocrata. Assim, a discriminação racial resultou na marginalização e desclassificação social do negro. No entanto, as análises que diziam respeito à região Sul do Brasil (Cardoso e Ianni) não poderiam ser generalizadas para as outras regiões uma vez que a maior parte da população negra do Sul só conseguiu sair da condição de servidão nos anos finais do sistema escravocrata (Hasenbalg, 2022).

Hasenbalg (2022) argumenta que dessas três abordagens de relações raciais elencadas acima, a obra de Florestan Fernandes possui a contribuição mais importante dos estudos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, em razão de obter a análise mais minuciosa do período pós-abolição, uma vez que seu trabalho destaca a integração do negro no mercado de trabalho e na estrutura da sociedade de classes:

Na sua avaliação da situação social e econômica do negro nas décadas imediatamente posteriores ao fim do escravismo, a discriminação racial e a preferência dos empregadores por trabalhadores imigrantes aparecem junto com uma forte ênfase nas deficiências culturais do ex-escravo – ausência de normas organizadas de comportamento, desorganização social e familiar. Por outro lado, preconceito e discriminação raciais são vistos como requisitos do funcionamento do regime escravista, mas como sendo incompatíveis com os fundamentos jurídicos, econômicos e sociais de uma sociedade de classes (Hasenbalg, 2022, p. 108).

Hasenbalg (2022) então afirma que esse diagnóstico otimista de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes fez crer que o preconceito e a discriminação racial desapareceriam com o amadurecimento do capitalismo. E apesar das divergências no tratamento do problema, é perceptível para ele que a perspectiva assimilacionista ronda as três abordagens das relações raciais no Brasil, uma vez que, no primeiro caso, o papel central da

⁶ “Freyre's ideas were the standard for Brazilian politics and culture until practically the end of the twentieth century. On the basis of these ideas, the exaltation of miscegenation, combined with the model of whitening, created an idealization of Brazil as a paradise nation, a racial democracy, where there were no conflicts or racial problems. These ideas continue to permeate all dimensions of Brazilian social life, from state institutions to popular culture” (Bernardino-Costa, 2023).

raça na geração de desigualdades é rejeitado. Em outro, o preconceito racial é diminuído a um fenômeno de classe e, na terceira abordagem, a discriminação racial integra o passado escravocrata. Logo, nenhuma dessas abordagens ponderam a possibilidade da existência mútua entre racismo, industrialização e desenvolvimento do capitalismo.

Assim, pode-se observar que os estudos de Hasenbalg contrariam os argumentos que afirmavam que as desigualdades raciais no Brasil eram heranças do passado escravocrata que desapareceriam com o desenvolvimento do país. Estes estudos negam também a noção freyriana de que as desigualdades raciais no Brasil seriam menos rígidas, demonstrando que as chances de ascensão para as pessoas negras ainda eram menores do que para as pessoas brancas, ou seja, a condição racial seria o principal fator de explicação das desigualdades no processo de ascensão social dos negros, uma vez que a discriminação e o preconceito racial adquiriram novos significados na estrutura social após a Abolição, criando entraves raciais nos processos de mobilidade social de pessoas negras (Santana, 2014).

Sugerindo uma hipótese diferente a de Florestan Fernandes, Hasenbalg afirma que mesmo com a acelerada expansão da sociedade de classes, a discriminação racial ainda seria um importante fator de estratificação social no país; e as desigualdades nas chances de mobilidade social continuariam existindo independentemente da classe de origem (Ribeiro, 2006).

Dessa forma, Hasenbalg e Silva desafiam as perspectivas hegemônicas vigentes na sociologia à época – de que o racismo era um arcaísmo e que a situação de classe era o que realmente moldava a desigualdade racial –, e que sustentavam o mito da democracia racial. Para eles, “a persistência da desigualdade racial não poderia ser explicada sem conferir um papel relevante à discriminação sofrida nas diferentes fases da vida por pretos e pardos, e às desvantagens que dela resultam” (Osório, 2021, p. 11). Evidenciam ainda que:

[...] de uma geração para outra, a desigualdade racial era transmitida como desigualdade de classe, depois reforçada por mais discriminação racial, em um ciclo de desvantagens cumulativas. Ou seja, como são maioria entre os pobres, os negros têm maior probabilidade de nascerem na pobreza, de sofrerem as consequências da pobreza na primeira infância, na escola, e, depois, de restrições de oportunidades de ascensão socioeconômica. Sobre todas essas desvantagens, acumulam-se camadas de discriminação. Essa carga pesada é transmitida à próxima geração, que reinicia o ciclo (Osório, 2021, p. 11).

Os autores desenvolveram assim a teoria das desvantagens cumulativas ao longo da vida, que é baseada no estabelecimento de etapas pelas quais o indivíduo passa no decorrer de

sua trajetória. Essa onda teórica possui algumas proximidades com a segunda, no entanto, possuem um distanciamento teórico bastante significativo:

Se para Fernandes o racismo existe, mas tende a desaparecer na transição para a modernidade, com a instalação da sociedade industrial de classes, da democracia representativa liberal e da massificação da educação, para Hasenbalg, somente a atividade política dos negros pode romper com o ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos, e que ele delinea a partir do estudo da mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil (Osório, 2008, p. 84).

A interpretação geral da teoria das desvantagens cumulativas é que o efeito da discriminação seria independente da origem social, ainda que as evidências observadas pelos autores apontem algum grau de interação. Assim, estudos recentes a respeito da teoria das desvantagens cumulativas chamam a atenção para o ponto de que a discriminação racial e a origem social interagem nos processos de mobilidade social, logo, não são fatores independentes. E dependendo da origem social, pessoas negras podem sofrer os efeitos da discriminação racial de forma mais intensa. Outro ponto importante desses novos estudos ressalta que as análises observadas “apontam a preponderância da origem social sobre a discriminação nos processos de mobilidade” (Osório, 2009, p. 36). Isto posto, essa teoria evidencia que as pessoas negras possuem menores chances no acesso ao sistema educacional, fator que reduz as chances de mobilidade social ascendente e as oportunidades no mercado de trabalho, como poderemos observar melhor na seção seguinte.

1.2 Raça, educação e mobilidade social

Ao longo da revisão feita na seção anterior em torno das três ondas teóricas dos estudos sobre relações raciais no Brasil, podemos perceber que a questão da educação perpassa os diferentes autores que constituem esse campo. No entanto, é somente a partir dos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva que a importância da educação nos processos de mobilidade e ascensão social é evidenciada. Verifica-se, assim, o papel basilar dos processos educacionais ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, principalmente nas trajetórias de pessoas negras no processo de mobilidade social.

Desse modo, é possível observar que foi a partir dos trabalhos da terceira onda que a educação se tornou “central para entender a produção e a reprodução das desigualdades entre brancos e não-brancos” (Lima, 2014, p. 925). Portanto, é a partir daí que o tema da “mobilidade

social dos negros passa a ser relacionado à educação” (Figueiredo, 2015, p. 14). Assim, Figueiredo (2015) afirma que,

Até então, na literatura clássica constatava a existência de três mecanismos prioritários de ascensão social utilizados pelos negros brasileiros, a saber: o apadrinhamento dos negros por famílias brancas; o casamento inter-racial, basicamente entre homens negros e mulheres brancas; e o embranquecimento social. Em todos os casos, a mobilidade ascendente era vista como exemplo contundente da inexistência do preconceito de cor/raça (Figueiredo, 2015, p. 14).

Sabe-se que a educação formal é um dos principais fatores de ascensão e mobilidade social (Lima, 1995; Figueiredo, 2012), bem como, um importante determinante das trajetórias sociais (Pastore; Silva, 2000) e, também, um dos mais acessíveis. Não é possível ocupar posições de profissionais liberais – ou outras posições que possibilitem melhores condições de vida – sem a qualificação educacional (Ribeiro, 2006), uma vez que ela é vista como um fator classificador que permite o acesso aos empregos (Santos, 2005), sobretudo “quando se considera a educação superior não como uma única categoria de nível educacional, mas em termos das diferentes áreas de formação” (Rocha, 2019, p. 111).

Esta é tomada no duplo sentido de adaptação aos padrões de valores das classes média e alta e da aquisição de títulos profissionais universitários, sendo esse fator indispensável para o processo de mobilidade, como já observava Azevedo (1966). Dessa forma, “não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social” (Pastore; Silva, 2000, p. 40), “principalmente para a população negra” (Figueiredo, 2012, p. 99). Sendo assim, Santos (2016) afirma que

Negros em geral recebem menos renda por incremento educacional do que os brancos, ou seja, os negros têm um retorno educacional menor. [...] A discriminação racial se efetiva em diferentes etapas da vida dos negros, desde a sua origem social, passando pela escolarização, pela transição da escola para o trabalho, pela inserção ocupacional, até chegar aos rendimentos (Santos, 2016, p. 147, 170).

Desse modo, os estudos sobre ascensão social têm demonstrado que a educação é fundamental para a mobilidade e, no caso dos negros, mais ainda. Para ocupar cargos melhores nas hierarquias do mercado de trabalho, estes se veem na obrigação de ter que possuir melhor nível educacional do que os concorrentes brancos. E ainda assim as desigualdades salariais permanecem entre os dois grupos de cor (Santos, 2016),

Os trabalhos de Hasenbalg e Silva já apontaram que o núcleo das desvantagens que pretos e pardos sofrem está no processo de aquisição educacional. No Brasil, em média, pretos e pardos têm menos anos de estudo do que os brancos. Os negros

constituem, por isso, uma parcela pequena entre os profissionais universitários e as demais ocupações elevadas (Santos, 2016, p. 140).

Ao analisar a estrutura das desigualdades raciais no Brasil, Hasenbalg (1979, 1988, 2022) observa que a educação constitui um dos principais meios de desigualdades raciais no país, evidenciando que o grau de desigualdade educacional experienciado por pretos e pardos aumenta à medida que o grau de instrução vai ficando mais alto. Dessa forma, a educação, acompanhada da distribuição regional e da posição no mercado de trabalho são fatores determinantes nas disparidades da distribuição de renda e na persistência de oportunidades desiguais no processo de ascensão social, uma vez que pretos e pardos estão expostos a menores probabilidades de mobilidade social ascendente. Dessa forma,

[...] o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapô-las. Por isso, os representantes da terceira onda, em particular Silva (1978, 1980), encaram com ceticismo o potencial das políticas educacionais para a equalização racial (Osório, 2008, p. 85).

Essas diferenças nas oportunidades de mobilidade ascendente aumentam quanto maior for o status de origem familiar do indivíduo. Sendo assim, a população negra está exposta a um ciclo cumulativo de desvantagens que interferem diretamente na sua mobilidade social, fazendo com que essas pessoas enfrentem estruturas de oportunidades sociais diferentes e mais desfavoráveis do que as oportunidades acessadas por pessoas brancas. Essa estrutura desigual de oportunidades faz com que as pessoas negras tenham desvantagens competitivas em todas as etapas do processo de mobilidade social (Hasenbalg; Silva, 2003; Hasenbalg, 2022). E como ressaltado por Figueiredo (2012):

Hasenblag e Silva (1988) observam que não só os negros têm menor oportunidade de mobilidade, como estão expostos a um maior risco de experimentarem a mobilidade social descendente, ou seja, os negros têm maior dificuldade que os brancos em se manterem na posição de classe mais elevada (Figueiredo, 2012, p. 97).

Hasenbalg constata então que para a população negra, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante que para a população branca, uma vez que essa é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desigualdades de origem, se qualificando para usufruir dos canais de mobilidade ascendente (Osório, 2008). De acordo com Jaccound (2008),

Entre os negros, observam-se menores índices de mobilidade ascendente, e essas dificuldades são maiores nos oriundos de estratos mais elevados de renda. Esse último grupo também é exposto a maiores possibilidades de mobilidade descendente. Esses estudos apontam que os rendimentos derivados do trabalho são invariavelmente

menores entre os negros, em todos os estratos ocupacionais estudados (*Ibidem*, 2008, p. 54).

No entanto, as formulações de Hasenbalg acerca da desigualdade nas chances de mobilidade entre brancos e não-brancos independente da origem social foram repensadas a partir de alguns estudos recentes sobre raça, classe e mobilidade. Ao analisar os efeitos de classe e raça nas chances de mobilidade – e como eles se combinam –, Ribeiro (2006) destaca que os estudos sobre desigualdades de oportunidades educacionais indicam para a permanência dos efeitos de classe de origem e raça sobre as transições educacionais. Percebe-se que essas desigualdades são determinadas pela estratificação racial, que é ainda mais intensificada na elevação do sistema educacional. Dessa forma, “a desigualdade de oportunidades está presente no topo da hierarquia de classe, mas não na base desta hierarquia” (*Ibidem*, p. 863). para o autor:

A desigualdade racial realmente parece ser mais forte para entrar nas classes mais altas do que para entrar nas classes mais baixas. Ou seja, a entrada nas classes mais baixas é desigual antes em termos de origem de classe do que de raça, ao passo que, para entrar nas classes mais altas, há desigualdade de oportunidades entre brancos e não-brancos (pretos + pardos) indicando que a discriminação racial fica mais forte na medida em que se sobe na hierarquia de classes” (Ribeiro, 2006, p. 859).

Sendo assim, o autor afirma que a desigualdade racial no processo de mobilidade ascendente está presente nos níveis mais altos da hierarquia de classes, à medida que “as chances de quem tem origem nas classes baixas são determinadas pela posição de classe e não pela raça ou cor da pele” (Ribeiro, 2006, p. 862).

No que diz respeito à educação, vimos no início desta seção que esse é um dos principais fatores de mobilidade social. Ao analisar as desigualdades de oportunidades educacionais, Ribeiro (2006) ressalta que suas análises indicaram a existência de desigualdades “nas chances de fazer transições tanto em termos de cor da pele quanto de classe de origem, mas que o segundo tipo de desigualdade é maior do que o primeiro (*Ibidem*, p. 863). Logo, à medida que os anos de estudos aumentam, as desigualdades raciais vão se tornando mais evidentes. Isto posto, o autor pontua que essas conclusões são relevantes para a discussão das teorias sobre raça e classe que foram abordadas no início deste capítulo, para ele:

A primeira, derivada do trabalho de Pierson (1945), sugerindo que: não haveria barreiras raciais fortes à mobilidade ascendente, mas sim barreiras de classe. A segunda, apresentada por Costa Pinto (1952), sugere que a expansão da sociedade de classes vai levar a um aumento da mobilidade social, e na medida em que não-brancos comecem a entrar nas classes mais privilegiadas haverá um retorno e acirramento da discriminação racial. A terceira, apontada por Fernandes (1965), diz que a discriminação racial no processo de mobilidade social será paulatinamente substituída

pela discriminação de classe, ou seja, o preconceito racial é uma herança do passado colonial. Finalmente, o trabalho de Hasenbalg (1979) sugere que a discriminação racial continuaria sendo um importante fator de estratificação social na sociedade brasileira mesmo com a expansão da sociedade de classes advinda da industrialização (Ribeiro, 2006, p. 864).

Em suma, o autor chega à conclusão de que as desigualdades raciais nas chances de mobilidade são marcadas a partir das diferenças nas origens de classe. Assim, Rocha (2019) ressalta que,

O ponto de partida socioeconômico e a escolaridade formal explicam a maior parte da desigualdade de renda observada entre negros e brancos. Não obstante, a condição racial tem um efeito próprio que estabelece graves iniquidades entre negros e brancos equiparáveis em termos daqueles fatores. Além disso, a intensidade dos efeitos da discriminação racial varia de acordo com a posição socioeconômica. O que torna complicado o debate é, mais uma vez, sua relação com o imbricado imaginário sobre relações raciais no Brasil (Rocha, 2019, p. 35).

Rocha (2019) evidencia que quanto maior o nível socioeconômico, maiores serão as implicações socioeconômicas da discriminação contra pessoas negras, dado que a presença destas nessas posições contraria o princípio que articula as dimensões de condição racial e classe social na formação de status. Sendo assim, pessoas negras com uma condição econômica afluyente ocupam uma posição contraditória, pois, enquanto a classe social as coloca em uma posição de status positiva, a condição racial assume um sentido oposto. No que diz respeito à desigualdade de renda, é evidente que os negros são minorias entre os ricos e, além disso, contam com um menor nível de renda. Essa questão está associada à escolaridade:

A educação é um dos principais fatores associados à riqueza. [...] é nítida a relação existente entre determinadas formações superiores e a chance de se estar entre os 1% mais ricos. Além disso, parte considerável da desigualdade racial de renda é explicada por desigualdades educacionais. [...] a probabilidade de uma pessoa negra ser rica equivale a aproximadamente 22% da probabilidade de uma pessoa branca o ser. O que explica essa disparidade? Sabe-se que a educação medeia uma porção substancial da desigualdade racial de renda (Rocha, 2019, p. 111-112 e 115).

Apesar das mudanças estruturais que ocorreram no país nas últimas décadas, não houve transformações significativas no que diz respeito à criação de oportunidades iguais entre negros e brancos. As chances de oportunidades não foram niveladas nem mesmo pela expansão do ensino superior. “No mercado de trabalho, os negros continuam representados na base da hierarquia ocupacional, nas profissões de baixo *status* e baixa remuneração” (Santos, 2016, p.138),

O acesso da população negra ao ensino superior sofreu impacto considerável apenas na primeira década dos anos 2000, com a adoção de políticas de ação afirmativa. Contudo, ainda assim, o acesso desigual ao diploma de nível superior levará décadas para apresentar níveis de desigualdades menos deletérios. Para Hasenbalg (1999), portanto, pode-se concluir que o déficit de mobilidade social dos negros para os níveis mais elevados da estrutura ocupacional se deve a: “1) processos discriminatórios que operam nas fases do ciclo de vida anteriores ao ingresso no mercado de trabalho, limitando a aquisição de educação formal; e 2) discriminação racial no mercado de trabalho” (*Ibidem*, p. 68).

É fato que o acesso à educação superior e ao serviço público são um dos principais canais de ascensão social adotados pela população negra no Brasil. Dessa forma, Borges e Bernardino-Costa (2022) enfatizam a importância da Lei de Cotas na democratização do ensino superior, que

Apesar das fragilidades, especialmente ao tornar a cota racial uma espécie de subcota das ditas cotas sociais, a Lei 12.711/2012, sem dúvida, significou um avanço em termos de democratização do acesso ao ensino superior no país. Um dos grandes incômodos causados pela lei de cotas não é o fato de ela reservar vagas, por exemplo, para candidatos oriundos de escolas públicas e provenientes de famílias com determinada renda per capita, mas sim porque contempla a população negra e indígena. Não à toa, muitos dos 65 projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal miram justamente a retirada da dimensão étnico-racial da política de cotas. Esta oposição às cotas étnico-raciais não é novidade (Borges; Bernardino-Costa, 2022, p. 3).

Assim, a partir dos apontamentos de Osório (2008) a respeito dos estudos de mobilidade social, é possível identificar “a presença de uma nova onda teórica, protagonizada por pesquisadores e pesquisadoras negros e antirracistas” (Bernardino-Costa; Brito, 2022, p. 5):

Se Osório (2008), a partir da teoria das desvantagens cumulativas desenvolvida no final dos anos 1970, identificou uma mudança paradigmática nos estudos de mobilidade social e desigualdade racial, podemos também identificar que, a partir do ingresso de estudantes negros nas universidades, esse paradigma interpretativo ganhou um novo ingrediente: a interpretação dos estudos de mobilidade social e das desigualdades sociais a partir de sujeitos negros e indígenas social e politicamente localizados (*Ibidem*, p. 5).

Dessa forma, foi possível observar, como um efeito da Política de Ação Afirmativa nas Universidades, “uma alteração nos padrões sócio-demográficos dos corpos discentes” (Bernardino-Costa; Borges, 2022a, p. 5). Evidenciando uma “desenhorização” das instituições públicas de ensino no país:

Ao trazermos o neologismo dessenhorrar [...] estamos nos contrapondo a uma imagem da nação em que ao país e às suas instituições são dados significados somente a partir da população branca, pensada na sua plena humanidade, enquanto negros e indígenas são vistos como descartáveis, elimináveis e, na melhor das hipóteses,

assimiláveis (vide o mito da democracia racial e o ideal do embranquecimento) (Borges; Bernardino-Costa, 2022b, p. 4).

Os autores evidenciam a centralidade da discussão racial no contexto brasileiro, bem como, a posição do Estado no que diz respeito às desigualdades existentes, que mobilizou ou descartou determinadas agendas centradas na raça (Bernardino-Costa, 2022), assim,

O mito da democracia racial funcionou como um regulador das relações sociais, enquanto em outros países as relações sociais foram reguladas pelo segregacionismo. Mediante a exaltação da miscigenação e também mediante a afirmação de que não existia barreiras raciais para a ascensão social de negros, o mito da democracia racial retirou da esfera pública o debate sobre o racismo e o remeteu à esfera privada. Em outras palavras, as constatações de racismo e discriminações raciais no Brasil sempre foram vistas como traços de comportamentos individuais, jamais como responsabilidade das instituições sociais [...] ao lado do antirracismo estatal, o racismo não só ganhou fôlego como se cristalizou na sociedade brasileira, assim como foi um dos fatores que ajudou a construir e a reproduzir visíveis desigualdades de renda, de escolaridade, de acesso à saúde, de acesso à água e ao saneamento básico, de habitação, etc. A estratégia de não nomeação ou do não-reconhecimento oficial da questão racial – para que não existissem problemas raciais no país – demonstrou-se inócua e inoperante, falhando quanto ao propósito de eliminar o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais (Bernardino-Costa, 2022, p. 76).

Portanto, o autor pontua que no século passado, a categoria raça foi usada para justificar as desigualdades ocasionadas pelo racismo. Para ele, isso se resulta da política racial adotada pelo governo que, ao mesmo tempo que reconhece as desigualdades entre negros e brancos, usa de artifício para aumentá-las (Bernardino-Costa, 2022). Assim, pode-se perceber a centralidade da categoria raça na implementação de políticas públicas que visam a redução das desigualdades no Brasil, uma vez que o discurso sobre a desigualdade no país ainda é muito centralizado no debate sobre as desigualdades de classe.

1.3 Teorias de classe

Na sociologia, as classes são categorias da estratificação que se referem às representações da estrutura da desigualdade e dos processos de mobilidade (Osório, 2009). Por isso, este é um dos conceitos mais discutidos nas ciências sociais, devido a sua complexidade e os diferentes sentidos a ele atribuído a partir das diferentes perspectivas teóricas (Santos, 2016). É um conceito complexo e envolve um conjunto de questões e decisões teóricas em seu uso. Na teoria sociológica, existem conceitos distintos para o sentido de classe e alguns dos diferentes indicadores usados como variáveis de classe podem ser: renda, educação e posição

ocupacional (Lima, 2016). Ao colocar em evidência as diferentes concepções em que o conceito de classe é operacionalizado no Brasil, Rocha (2018) aponta que a definição a ser usada depende dos objetivos pretendidos, assim,

No nível teórico, a estrutura de classes consiste na configuração global das relações de poder. No nível operacional, em estudos empíricos que adotam indivíduos como unidades de análise, ela é representada por um conjunto de grupos discretos, que ocupam posições especificadas com base em indicadores mensuráveis (*Ibidem*, p. 782).

Na Economia, a ideia de classe é operacionalizada a partir de faixas de renda e até como a posse de bens de consumo duráveis, nesse sentido, classe seria apenas um constructo nominalista. O sentido sociológico da noção de classe é diferente, por ser um componente causal, não é definido somente pela renda e busca oferecer explicações referentes às desigualdades (Barbosa, 2023). Dessa forma, as perspectivas sociológicas que usam o conceito de classe como uma dimensão importante das desigualdades, sinalizam a centralidade da divisão social do trabalho para compreender como se estrutura a distribuição de bens e recursos na sociedade (Ribeiro; Carvalhaes, 2020) que, para Wright (2015), é o objetivo da análise de classes, “uma vez que as relações sociais em questão continuam sendo constituídas pelos direitos e poderes desiguais das pessoas sobre bens economicamente relevantes” (*Ibidem*, p. 28).

Existem duas principais abordagens de classe na literatura sociológica: a marxista e a weberiana. E independentemente da abordagem adotada, a categoria de classe é arquitetada enquanto uma dimensão holística na estruturação da desigualdade, sendo um indicador que sumariza diversos vetores da desigualdade na sociedade. Podemos encontrar convergências entre essas perspectivas – apesar da existência de um “desacordo sobre os critérios teórica e empiricamente relevantes na operacionalização da variável classe social na sociedade contemporânea” (Ribeiro, Carvalhaes, 2020, p. 4).

Na abordagem marxista, classe é um conjunto de indivíduos que ocupam a mesma posição nas relações de produção, onde o controle do capital define as fronteiras entre os diferentes grupos (Barbosa, 2023). De acordo com Marx, as classes sociais correspondem a estratificação social no mundo moderno e “são definidas pela divisão social do trabalho e da propriedade e pela relação econômica da exploração, além de terem um papel central na mudança social” (Lima, 2016, p. 21), uma vez que em sua análise o desenvolvimento do capitalismo apontava para uma homogeneização polarizada entre proprietários e não

proprietários dos meios de produção, ainda que essa polarização comportasse espaços intermediários (Lima, 2016). Nessa abordagem,

Classe tende a ser definida como uma posição estrutural da sociedade, resultante das relações sociais em torno da produção da vida material. Nesse sentido, diferentes classes corresponderiam a posições estruturais complementares, no sentido de composição parcial da estrutura social, mas também opostas, no sentido dos interesses antagônicos que inevitavelmente manifestam, uma vez que posições de classe diferentes indicam posições diferentes (e desiguais) em relação ao controle, administração e exploração dos meios de produção. Se a classe dos que controlam os meios de produção é necessariamente e constitutivamente relacionada à classe que vende sua força de trabalho para colocar em processo a produção, elas também se contrapõem, pois suas posições de classe se antagonizam em suas oportunidades de realização econômica, exercício de poder e interesses os mais variados (Santos, 2016, p .77).

O conceito base dessa análise é o de exploração⁷, assim, classe se fundamenta a partir de um “conjunto de compromissos normativos com uma forma radical de igualitarismo” (Wright, p. 21). Dessa forma,

Quando os direitos e poderes das pessoas sobre os recursos produtivos são distribuídos de forma desigual – quando algumas pessoas têm mais direitos/poderes que outras sobre determinados recursos produtivos – essas relações podem ser descritas como relações de classe. [...] Para haver uma relação de classe não é portanto suficiente a existência de direitos e poderes desiguais em relação à simples propriedade de um recurso. Deve também haver direitos e poderes desiguais quanto à apropriação dos resultados do uso desse recurso (*Ibidem*, p. 21).

Sendo assim, Wright evidencia a complexidade nas situações de classe e afirma que se estas “são definidas pelos direitos e poderes que as pessoas têm sobre os recursos produtivos e as atividades econômicas, então outra fonte de complexidade dentro das situações de classe está na quantidade de recursos e no escopo das atividades que esses direitos e poderes controlam” (*Ibidem*, p. 32). Por consequência, essas dimensões são indispensáveis para demarcar as posições de classe no Brasil (Rocha, 2018).

No que diz respeito à abordagem weberiana, o conceito de classe é deslocado do fundamento das relações de produção para a situação de mercado, focando nas condições de trabalho e produção dos grupos sociais que, por sua vez, configuram oportunidades parecidas para os membros pertencentes às mesmas classes. Assim, a questão central dessa abordagem são as chances de vida e a mobilidade dos indivíduos. Isso possibilitou a concessão de graus de liberdade às desigualdades intraclasses, “por conseguinte, a renda – assim como a educação, o

⁷ “A exploração, portanto, é um diagnóstico do processo pelo qual as desigualdades são geradas pelas desigualdades de direitos e poderes sobre os recursos de produção” (Wright, 2015, p. 38).

prestígio ocupacional e as hierarquias de gênero e raça – poderia variar de forma relativamente independente de outras características do sistema de estratificação” (Barbosa, 2023, p. 7).

Weber afirma que,

As “classes” não são comunidades no sentido aqui adotado, mas representam apenas fundamentos possíveis (e frequentes) de uma ação social. falamos de uma “classe” quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, a medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho (“situação de classe”) (Weber, 2015, p. 176).

Para ele, a situação de classe se relaciona com a oportunidade de vida e situações de interesse semelhantes, consistindo em uma quantidade de pessoas que têm em comum um componente causal específico de suas chances de vida na medida em que esse componente é representado de forma exclusiva por meio de interesses na posse de bens e oportunidades de renda e representado a partir das condições de mercadoria e mercado de trabalho (Lima, 2016). Para Weber, “a oportunidade no mercado é o condicionador comum do destino dos indivíduos. Nesse sentido, a “situação de classe” significa, em última instância, a “situação no mercado” (*Ibidem*, p. 177).

Assim, “as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens “(Weber, 1982, p. 226). Logo, foi a partir dessa conceituação que a sociologia contemporânea buscou operacionalizar o conceito de classe social e, a partir da variável ocupação, definiu critérios que ordenaram a escolha das dimensões presentes nessa variável. Por meio da definição de Weber, foram construídos um conjunto de categorias ocupacionais que representam uma estrutura de classes. A partir da definição de Marx, as categorias ocupacionais tiveram como critérios a divisão entre proprietários ou não dos meios de produção (Lima, 2016). Na perspectiva weberiana,

A classe não é compreendida predominantemente como uma posição de classe estrutural, mas como uma condição de classe, ou seja, o grupo ao qual pode ser aplicado o termo classe consiste em um conjunto de pessoas que se encontram em uma situação semelhante e nitidamente distinta da situação na qual se encontram outros grupos, do ponto de vista das relações de mercado. Nesse entendimento, a dinâmica do mercado, mais do que a estrutura das posições sociais, tende a influenciar a composição das classes, já que são as situações de mercado e não a propriedade ou não de meios de produção o que vão aproximar e agrupar indivíduos em uma determinada “condição”, que envolve, além do aspecto econômico estrito, também características como o status variados (Santos, 2016, p. 77).

Nunes e Santos (2016) ressaltam que nos estudos sobre estratificação e desigualdade social, é possível analisar quatro eixos principais onde as hierarquias sociais estão constituídas: i) as relações sociais de produção; ii) a estrutura ocupacional; iii) a distribuição de rendimentos; e iv) as diferenças no estilo de vida e nos padrões de distinção social. Esses eixos representam tradições teóricas que foram constituídas a partir das influências de abordagens dos autores clássicos da Sociologia.

Como vimos em Wright (2015), na abordagem neomarxista o conceito de classe social possui como ideias centrais as relações de classe e estrutura de classe, sendo esse baseado nas relações de produção e definido em termos de dominação e exploração. A concepção de exploração é substancial nesta abordagem, visto que, por estar interligada à dominação, tipifica a interdependência dos interesses materiais dos indivíduos, sendo um retrato da forma da condição de constituição das desigualdades de direitos e poderes sobre determinados bens e recursos. Analisando os direitos e poderes desiguais em uma sociedade, bem como a renda gerada pelo emprego de recursos ou bens da produção.

Ao possuir uma relação entre o modo de organização das relações de produção no processo de troca e de produção, esta acomoda as posições ocupadas pelos indivíduos nesses processos. Sendo assim, por conta da multiplicidade de direitos e poderes sobre os fatores de produção, estabelecem contradições no processo de complexificação. E ao redistribuir direitos e poderes nesse percurso, provocam mudanças nas relações de classe. Nessa abordagem, os diferentes tipos de relações de classe se complexificam, coexistindo e se interligando. Desse modo, a dinâmica e as contradições específicas decorrem a partir do modo como se combinam os princípios de relações de classe (Wright, 2015).

Para Wright (2015) os direitos e poderes que os indivíduos podem ter sobre determinados recursos são emaranhados complexos de direitos e poderes. Isto é, a posse de bens e coisas sofre uma complexificação e a redistribuição de direitos e poderes estabelece uma forma de variação nas relações de classe, transformando as relações e as tornando cada vez menos polarizadas. “Além disso, os critérios de raça e sexo se sobrepõem a esses eixos, ocasionando padrões de distribuição de bens e recursos que combinam características adquiridas ao longo da vida e características ditas “inatas” (Nunes; Santos, 2016, p. 88).

Existem outras importantes conceituações de classe na literatura sociológica, como a de Bourdieu, Sorensen e Durkheim, que constituem um complexo e variado debate a respeito dessa definição. Contudo, abordou-se aqui apenas as definições marxista e weberiana, visto que são

as principais teorias usadas nos estudos sobre desigualdades e estratificação para uma definição de classe.

1.3.1 Classe média

O debate em torno da noção de classe média no Brasil tem defendido a ideia de crescimento desta e houve, até mesmo, a ideia do surgimento de uma nova classe média. Recentemente, tem-se visto notícias apontando que, em 2024, o país voltou a ser um país de classe média, devido ao aumento da renda e do padrão de consumo da população.⁸ Sendo assim, busca-se evidenciar aqui os debates em torno desta noção.

Como apontado no início da seção anterior, há duas perspectivas sobre a noção de classe: a sociológica, mais estrutural, e a econômica, focada na renda, assim, Salata (2015) ressalta a importância de fazer um aprofundamento dessas perspectivas. Por conseguinte, o debate da noção de classe média é fomentando a partir de trabalhos que definem a categoria de classe social através das variáveis de renda, educação e consumo, como os de Marcelo Neri (2008, 2010).

Contudo, embora a renda seja importante, do ponto de vista sociológico, esse critério talvez não seja o mais adequado “para se atestar o crescimento ou diminuição da classe média. O aumento da renda e do consumo não retrata, necessariamente, mudanças na composição das classes, muito menos no que diz respeito às desigualdades nas chances de vida (Scalon; Salata, 2012, p. 388). No que se refere à variável renda, ressaltam que a distribuição de renda sofreu algumas alterações nos últimos anos:

O índice Gini, uma das medidas mais tradicionais de desigualdade de renda, vem caindo continuamente, alcançando os menores valores das últimas três décadas. Nos últimos anos, a renda dos mais pobres cresceu de forma substantiva, acarretando um declínio dos níveis de pobreza e miséria. Seja do ponto de vista da distribuição de renda, da diminuição de pobreza, ou do crescimento do emprego e da formalidade no mercado de trabalho, a última década trouxe melhorias significativas para uma grande parte da população brasileira (Scalon; Salata, 2012, p. 388).

⁸ “Após quase uma década, o Brasil voltou a ser predominantemente um país de classe média. Os dados foram divulgados pela Tendências Consultoria. Os números evidenciam que, em 2024, 50,1% das residências brasileiras seriam classes A, B e C, com renda familiar mensal superior a R\$ 3,4 mil. No último dado apresentado, o maior índice foi em 2015, quando 51% das famílias brasileiras preenchiam essa faixa de renda”. In: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/01/7028157-classe-media-volta-a-ser-predominante-no-brasil-apos-9-anos.html>

Dessa forma, o trabalho de Neri (2008) foi um dos principais difusores da ideia de uma nova classe média brasileira. Para ele, existem ao menos duas perspectivas para conceituar classe média: a primeira seria a partir da análise das atitudes e expectativas das pessoas. E a segunda, “é pelo potencial de consumo, tal como no chamado Critério Brasil na qual a classe média é aquela chamada de Classe C” (*Ibidem*, p. 22). O autor se propõe, assim, a fazer a medição da classe média por meio da combinação da renda e do acesso a bens de consumo, dividindo a sociedade brasileira em 5 classes: A, B, C, D e E.

Porém, Scalón e Salata (2012) indicam algumas imprecisões na argumentação desenvolvida por Neri (2008) a respeito da definição de classe, uma vez que este não manteve um diálogo próximo com a extensa literatura sociológica sobre a categoria classe, como podemos observar na seção anterior. Para os autores:

Se, empiricamente, a definição se dá unicamente através da renda, a ideia por trás dessa abordagem inclui, também, poder de consumo, posição na ocupação, investimento em educação, plano de saúde e carteira de trabalho assinada. Porém, o único resultado ao qual os dados apresentados por Neri (2008) podem nos levar é o de que houve, nos últimos anos, no Brasil, aumento da participação dos grupos de renda intermediário. Falar, a partir daí, de crescimento da classe média, exigiria, no mínimo, um maior diálogo com a extensa literatura sociológica sobre o tema (Scalón; Salata, 2012, p. 389).

Ressaltam ainda que, apesar da diversidade de argumentos existente para definir classe social, as abordagens de classe marxista e weberiana são as principais bases por meio da qual a definição de classe e classe média são estabelecidas, bem como, os importantes trabalhos de John Goldthorpe e Erik Olin Wright, que definem classe a partir de agregados ocupacionais:

Para Wright, fariam parte das classes médias os pequenos empregadores, gerentes, supervisores e trabalhadores manuais qualificados. Ao contrário de Goldthorpe, que confere um caráter unitário à service class, Wright não enxerga uma única, mas sim várias classes médias. Além disso, enquanto a classificação de Wright se baseia nos ativos e está diretamente ligada ao caráter do trabalho exercido pelos diferentes grupos no processo produtivo, a classificação de Goldthorpe se baseia no contrato de trabalho e na situação de mercado das diferentes classes tema (Scalón; Salata, 2012, p. 391).

Destarte, a noção de classe proposta por Wright não pode ser confundida com grupos ocupacionais (Rocha 2015; Santos, 2016), uma vez que “a primeira, referente a relações sociais de controle sobre diferentes gêneros de capital e a segunda referente à organização técnica da atividade produtiva” (Rocha, 2015, p. 47). Por conseguinte, Santos (2016) afirma que ocupação

diz respeito à uma divisão “técnica do trabalho e representa uma configuração de atividades que preenchem certas funções técnicas. Classe, por outro lado, designa posições nas quais as relações sociais de produção ordenam as relações entre os atores” (*Ibidem*, 82).

No Brasil, pode-se observar alguns trabalhos que definem classe a partir de agregados ocupacionais, como o de Márcio Pochman (2012, 2014). Ao analisar a evolução da definição de classe média em quatro tempos históricos, o autor salienta que “a expressão classe média requer considerar – por ter sua força constitutivamente marcada pelo desenvolvimento capitalista – a temporalidade em que este específico segmento social ganhou identidade analítica” (Pochmann, 2014, p. 25). Dessa forma, o debate sobre a definição de classe média no capitalismo possui uma complexidade maior (Pochmann, 2012). Logo, Scalon e Salalata (2012), mostram que no país, a definição é a partir das ocupações dos indivíduos, onde a classe média é identificada “como agregados de ocupações não manuais” (*Ibidem*, p. 392).

Até meados do século XIX, o Brasil contava com uma estrutura social pouco diversificada, herdada de seu passado colonial como economia escravista agroexportadora. Nessa época, podíamos encontrar, nas cidades brasileiras – especialmente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo – pequenos grupos de profissionais liberais, militares, empregados públicos e trabalhadores do comércio (Scalon; Salata, 2012, p. 392).

Consequentemente, foi com o desenvolvimento adquirido a partir daí que as classes médias começaram a se desenvolver no país, constituindo importantes estratos no contexto urbano do século seguinte. As alterações da classe média se deram somente a partir da década de 1980:

Mas, somente a partir de 1930 – através do processo de substituição de importações – , é que a base econômica das classes médias pôde se expandir substancialmente. Entre 1930 e 1980, o Brasil sofreu intenso processo de urbanização, expansão econômica e industrialização. Durante esse período, a classe média brasileira se expandiu vigorosamente em virtude da diversificação da estrutura social, com a criação de ocupações intermediárias e crescimento da burocracia e dos serviços oferecidos pelo Estado. Concomitantemente, o perfil da classe média brasileira também foi mudando, ao longo desse período, diminuindo a participação de pequenos proprietários e aumentando o percentual de assalariados no comércio (Scalon; Salata, 2012, p. 392).

Dado esse panorama, os autores demonstram que foi diante desse contexto que se difundiu a ideia de que o Brasil estaria se tornando – ou já seria – um país de classe média, assim, esse fato

Teria consequências em relação às demandas da população, seu estilo de vida, visões de mundo, aspirações, orientações políticas, etc. No entanto, acreditamos que outras

maneiras de mensurar a classe média, especialmente aquelas que fazem parte da tradição sociológica, baseadas nas informações sócio-ocupacionais, poderiam nos ajudar a interpretar os recentes movimentos das classes médias no interior da estrutura social brasileira no comércio (Scalon; Salata, 2012, p. 394).

Os autores apontam para outra característica crucial presente no país, que é a estratificação da população por cor ou raça, evidenciando que é um importante indicador “do grau de fechamento social das classes médias” (Scalon; Salata, 2012, p. 400):

Note que existe uma concentração de indivíduos da raça negra no setor rural e no manual não-qualificado. Mais uma vez, dentro das classes médias, destaca-se a posição dos profissionais e administradores, que apresenta uma participação de mais de 70% de brancos em seu interior. Os dois outros grupos da classe média ficam mais próximos nesse quesito, com uma proporção um pouco maior de negros entre os trabalhadores não manuais de rotina (Scalon; Salata, 2012, p. 400).

Portanto, afirmam que as classes médias “obtêm rendimentos nitidamente mais elevados (com exceção dos trabalhadores não manuais de rotina), é mais fechada – em relação à educação e raça –, e tende a possuir mais bens de consumo” (*Ibidem*, p. 402). Assim, as classes que ocupam a base da estrutura social no país foram as que mais se beneficiaram com o aumento de renda e consumo. E dado esse contexto, existiria uma dificuldade em afirmar que o Brasil seria um país de classe média (Scalon; Salata, 2012).

Nesse sentido, ao invés de falarmos de uma nova classe média poderíamos ponderar, talvez, sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias (Scalon; Salata, 2012, p. 404).

Salata (2015) indica ainda que o setor da população definida como “nova classe média”, não se sentem pertencentes à classe média e nem reivindicam pertencem à mesma, ainda que esta seja a identidade de classe mais provável para esse tipo (*Ibidem*, p. 127). Alguns outros trabalhos questionam também essa ideia de nova classe média, como os de Souza (2012), que abdica desta noção e abraça a ideia de uma nova classe trabalhadora, evidenciando que:

Aqui não se trata de “renda”, já que efetivamente pode-se ter uma renda relativamente alta e uma condução de vida típica das classes populares. Associar classe à renda é “falar” de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas, como vimos mais acima. Mas é por conta desse tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica, que é possível falar-se de “nova classe média” sem a cerimônia que se fala no Brasil (Souza, 2012, p. 47).

O autor então define classe da seguinte forma:

Como vimos, “fala-se” o tempo todo de classes sociais sem que se “compreenda” o que elas são. Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida, com exemplos concretos acessíveis a todos, mais acima nesta introdução (Souza, 2012, p. 45).

Sendo assim, evidencia que a ideia de nova classe trabalhadora ao invés de nova classe média,

Não se trata apenas da ausência do tema do “expressivismo” e, portanto, da ausência de participação na luta por distinção social a partir do consumo de “bom gosto” que caracterizam as classes superiores. As classes dominantes – classes média e alta – se definem, antes de tudo, pelo acesso aos dois capitais pessoais que asseguram, por sua vez, todo tipo de acesso privilegiado a literalmente todos os bens (materiais ou ideais) ou recursos escassos em uma sociedade de tipo capitalista moderna (Souza, 2012, p. 48).

Para ele, essa classe trabalhadora seria caracterizada então a partir:

[...] da sua “inclusão subordinada” no processo de acumulação do capitalismo em todas as suas fases históricas. O trabalhador, ao contrário da “ralé” e de todos os setores desclassificados e marginalizados, é reconhecido como membro útil à sociedade e pode criar uma narrativa de sucesso relativo para sua trajetória pessoal (Souza, 2012, p. 52).

No entanto, as posições de classe média seriam, especificamente, as ocupações ligadas a um dos seguintes estratos, como afirma Ribeiro e Carvalhaes (2020):

“Professores do ensino fundamental e médio, profissões intermediárias da saúde e do trabalho social, clérigos e religiosos, profissões intermediárias administrativas da administração pública, profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas, técnicos, contramestres e agentes da supervisão do trabalho” (*Ibidem*, p. 5).

Assim, todos esses esquemas são formados por agregados de ocupações e da combinação dos indicadores de posição na ocupação e setor de atividade, fator que os torna semelhantes e resulta em efeitos parecidos (Ribeiro e Carvalhaes, 2020).

Thales de Azevedo (1955) já evidenciava que a classe média é o grupo que se encontra entre os dois extremos da escala no que se refere aos níveis de vida, ao prestígio de suas ocupações e ao seu papel no controle dos meios de produção. É composta pelos pequenos e médios comerciantes, proprietários e profissionais, os funcionários públicos médios, os

técnicos, os empregados no comércio, ou seja, os economicamente autônomos de recursos médios e os dependentes e salarizados no mercado de trabalho,

Compõem-na os pequenos e médios comerciantes, proprietários e profissionais, os funcionários públicos médios, os técnicos, os empregados no comércio, como ocorre em toda a América Latina, isto é, os economicamente autônomos de recursos médios e os dependentes e salarizados que empregam sobretudo as faculdades intelectuais em suas ocupações. Os mais modestos dessa camada, os que não tem folga mas procuram viver com “decência”, são os “remediados”. Mas estes, como os demais componentes do estamento, identificam-se com a alta sociedade por seu sistema de valores, por certos padrões de comportamento e por suas aspirações. Identificam-se também com os “brancos”, embora as considerações de tipo físico sejam menos fortes, ai, tanto que, em suas aspirações, podem tomar parte morenos e mulatos e até alguns pretos (Azevedo, 1955, p. 36).

No entanto, o autor argumenta que as pessoas pertencentes à classe média se identificam com a alta sociedade por seu sistema de valores, pelos padrões de comportamento e por suas aspirações. Dessa forma, haveria uma linha de distinção que separa dois grupos de *status* e prestígio que são formados de um lado, pelo agregado das classes alta e média e, de outro, pela classe baixa. E por esse motivo, a classe média estaria mais distante da pobreza do que da elite, tanto em seus costumes, como em seus privilégios.

Para Santos (2016), a renda é fundamental para a explicação sociológica do fenômeno das desigualdades, uma vez que estas se dão mais no interior das classes do que entre elas (Figueiredo, 2012; Rocha, 2019), assim,

Mesmo assumindo que a renda cumpre um papel fundamental no entendimento das transformações entre e intraclasses, não se pode negar que a posição de classe é uma variável crítica de mediação entre a origem social e a renda. Então, a posição de classe afeta não apenas a renda da posição ocupacional, mas também a extensão na qual as características de origem, elas mesmas, podem ser convertidas em renda. Em particular, a posição de classe influencia fortemente a extensão na qual a educação influencia a renda (Santos, 2016, p. 146).

Ao revisitar o debate sobre as definições de classe média no Brasil, bem como, as discussões da terceira onda teórica a respeito dos processos de desigualdades sociais, pode-se perceber a centralidade de uma definição de classe social a partir da renda e da categoria ocupacional. Sendo assim, é nítido que uma definição de classe que se baseie apenas na renda é insuficiente para definir uma posição de classe média.

E por isso, neste trabalho, buscou-se uma definição de classe baseada na abordagem neomarxista, que para Rocha e Visser (2022), “se expressa a partir de três dimensões que podem

definir a posição de classe: “posse de ativos produtivos, nível de especialização da atividade e exercício de autoridade nas relações de emprego” (Rocha; Visser, 2022, p. 914). Dessa forma, os autores diferenciam os empregados especialistas entre funcionários públicos e empregados do setor privado. Assim, acredita-se que esta seja uma das conceituações possíveis para o que foi proposto neste trabalho.

1.3.2 Classe média negra

Figueiredo (2012) ressalta que a respeito da origem da classe média negra, é possível dizer que existe uma relação com os trabalhos de autores norte-americanos sobre o tema, dessa forma, afirma que “no Brasil, é praticamente impossível falar sobre a classe média negra sem que haja referências à Black middle class” (Figueiredo, 2012, p. 69). Discute ainda até em que medida é possível fazer uma comparação da classe média negra no Brasil com a dos Estados Unidos, para efeitos de melhor compreensão dessas duas realidades:

A construção teórica e interpretativa sobre a classe média negra teve origem nos Estados Unidos e, como não poderia deixar de ser, refletia os anseios, as necessidades e as expectativas dos negros norte-americanos da primeira metade do século passado. Naquele período, havia – e ainda há – uma relação complexa entre os termos, mobilidade e/ou ascensão social, desenvolvimento econômico, emancipação política e solidariedade entre os negros de diferentes classes sociais. Essa correlação também está presente nas interpretações sobre a ascensão social dos negros no Brasil, sendo que, aqui, a ênfase é atribuída à conexão entre os aspectos relativos à mobilidade e à solidariedade entre os negros. Conquanto a dinâmica das relações raciais e o sistema de classificação da cor sejam diferentes nos dois países, há uma inclinação para a observância de questões similares e rejeição de algumas das dinâmicas das relações raciais brasileiras (Figueiredo, 2012, p. 70).

Para a autora, a mobilidade social de pessoas negras nos Estados Unidos ocorreu por conta dos processos de segregação estabelecidos no país e devido à recusa, por parte dos brancos, da oferta de empregos para a população negra. No contexto brasileiro, é possível perceber que a ascensão se deu a partir dos três mecanismos que foram mencionados anteriormente no início deste capítulo (Figueiredo, 2012), assim,

Isso demonstra o quanto é distinta a estratégia de mobilidade empregada pelos negros em diferentes contextos, o que, de certo modo, dificulta a atribuição de um mesmo significado à classe média negra nos dois países. Em primeiro lugar, é importante lembrar que a mobilidade social dos negros, enquanto grupo, iniciou-se nos Estados Unidos antes da década de 60 e intensificou-se a partir da década de 70, inclusive como resultado das políticas de ações afirmativas implementadas pelo governo americano. No Brasil, provavelmente, esta é a primeira vez que um grupo de negros, ainda que reduzido, ocupa melhores posições no mercado de trabalho, constituindo-

se numa pequena classe média. Aqui, também, nunca houve políticas governamentais específicas que visassem reduzir as desigualdades entre negros e brancos. Para finalizar, é importante observar que as rendas médias brasileiras são inferiores às norte-americanas (Figueiredo, 2012, p. 71).

Ao fazer um percurso sobre a origem da burguesia negra nos Estados Unidos, a autora pontua alguns aspectos importantes sobre o tema, observados na obra de Franklin Frazier (1975):

Nas cidades, a Black Bourgeoisie constitui-se inicialmente como o resultado de um mundo segregado em que os brancos rejeitavam oferecer serviços para os negros. Assim, a burguesia negra era, em grande parte, constituída de profissionais que atuavam no comércio, principalmente no setor de serviços, como, por exemplo, em barbearias, salões de beleza, lavanderias e tinturarias, casas de artigos funerários e lojas de sapateiros. Posteriormente, a burguesia negra passou a ser constituída, principalmente, por negros que exerciam as atividades de White Collar. Ainda que Frazier faça uma rápida referência à mudança do perfil das atividades desenvolvidas pela burguesia negra, essa mudança repercutirá de um modo bastante significativo no interior da comunidade negra, conforme veremos mais adiante. Para Frazier, os critérios de identificação da burguesia negra emergente estavam pautados na educação e no comportamento, em vez dos critérios de ocupação e de renda (Figueiredo, 2012, p. 73).

Sobre a constituição da burguesia negra, a autora ressalta que:

[...] a burguesia, ou a classe média negra, foi originalmente constituída de um grupo de negros-mestiços que se beneficiou do status positivo atribuído à pela clara e alguns desses negros-mestiços foram favorecidos pelo ancestral branco, que proporcionou o acesso à educação formal (Figueiredo, 2012, p. 74).

Ainda a respeito da classe média negra nos Estados Unidos, Rocha (2019) delinea o seguinte:

Existe, portanto, na virada do século XX, uma elite negra enquanto classe em si e para si. Ela existe em si como fruto de um processo de diferenciação social iniciado entre negros livres na sociedade escravizada e intensificado a partir da Guerra Civil. Ela existe para si porque concebeu a si mesma enquanto tal e, assumindo-se como, mais do que elite, vanguarda, atribuiu a si mesma o papel de discutir sobre o passado, o presente e o futuro do processo de integração do negro à sociedade de classes (*Ibidem*, p. 62).

Para o autor, os trabalhos sobre a ascensão social dos negros nos Estados Unidos, apesar de serem raros os estudos dedicados aos negros nas elites, permitem observar o desenvolvimento de uma tradição de estudos em duas etapas:

[...] (i) uma que começa ao final da década de 1980, em que a pesquisa sobre elites negras se confunde com a formação de uma consciência de classe e de uma narrativa de classe dominante negra basicamente em termos de uma elite demiurga e (ii) uma

segunda fase de estudos mais estritamente acadêmicos. A primeira fase culmina em trabalhos de crítica à narrativa de classe construída durante as primeiras décadas do século XX, abalando-se a ideia de que a composição de uma elite negra seria uma via de emancipação para o conjunto da população de cor. Em outras palavras, há um deslocamento da posição de primeira pessoa, articuladora da narrativa de classe dominante negra, para uma posição de terceira pessoa, observadora e crítica dessa narrativa (*Ibidem*, p. 53).

O autor ressalta que um dos principais trabalhos sobre o tema é o de Franklin Frazier (1957), intitulado *Black bourgeoisie*, que faz uma crítica à narrativa sobre a elite negra. Assim, seu “argumento principal é o de que a burguesia negra, em certo sentido, ocuparia uma espécie de não lugar social” (*Ibidem*, p. 66). Figueiredo (2019), ao analisar os trabalhos referentes à *Black bourgeoisie* e a *black middle class*, afirma que os autores analisados:

[...] dialogam com Frazier e estabelecem que a classe média negra apresentada por este é a velha classe média, e a que é descrita por eles é a nova classe média. Em que pese o emprego da mesma denominação – nova classe média negra –, não há convergência acerca das mudanças ocorridas neste grupo. Talvez o maior erro desses autores tenha sido refletir sobre a classe média negra norte-americana como um grupo homogêneo, e, de fato, nas Ciências Sociais, há esta tendência. Mas como sair da armadilha que uma abordagem generalizante nos reserva? Provavelmente, um dos primeiros impulsos é recorrer ao estudo de caso; entretanto, o estudo de caso também nos coloca diante de diversos problemas e nos limita, de certo modo, no momento de fazer uma análise mais ampla. Questões como essas permeiam direta ou indiretamente os nossos trabalhos (Figueiredo, 2014, p. 83).

Dessa forma, a autora pontua que se questionar sobre as estratégias de mobilidade social adotadas pela população negra nas duas sociedades em questão não é um fator que possui relevância fundamental, assim,

As estratégias só podem ser questionadas à luz do contexto em que foram utilizadas e, provavelmente, os negros brasileiros recorreram aos recursos de mobilidade que estavam disponíveis na dinâmica da sociedade brasileira. Com relação aos *Black entrepreneurs*, existem duas importantes questões colocadas pelos autores que precisam ser destacadas: a primeira refere-se ao fato de os negros serem sub-representados na categoria empregador, mesmo quando comparado com outras minorias étnicas; já a segunda diz respeito ao elevado nível de falência dos *Black business*. Não há unanimidade acerca das respostas, mas as análises destacam a falta de recurso financeiro e a dificuldade de acesso ao crédito devido ao racismo nas instituições financeiras, ausência de cultura empresarial e background familiar e o baixo grau de escolaridade dos negros (Figueiredo, 2014, p. 102).

Sobre as estratégias de mobilidade empregadas nos dois países, Santos (2016) ressalta:

No caso estadunidense, a bibliografia estabelece estreita relação entre os empregadores e a classe média negra. Importância considerável também é atribuída aos empreendimentos dos empresários negros na economia. No caso brasileiro, o que

interessa é que o empreendimento para a população negra pode ser uma estratégia de mobilidade independente do grau de escolarização formal (Santos, 2016, p. 142).

Isto posto, dada essa breve contextualização sobre a origem da classe média negra, pode-se partir para esse fenômeno no contexto brasileiro.

1.3.3 Classe média negra no Brasil

No Brasil, ainda que possamos observar estudos que se dedicam às questões de mobilidade e ascensão social de pessoas negras, ainda são poucos os trabalhos que tratam dos negros nas posições de classe média e de elite. Dentre eles, o de Angela Figueiredo (2002, 2012) foi o primeiro que tratou especificamente sobre o tema da classe média negra, e respectivamente, o de Rocha (2015, 2019), sobre o negro nas elites, ambos de forma exitosa. De acordo com Figueiredo (2012):

O estudo da classe média negra, [...] ainda que muito importante para a compreensão das dinâmicas sociorraciais, esteve à margem dos grandes temas que dominaram os estudos das relações raciais no Brasil, os quais seguem uma perspectiva diferente daquela existente nos Estados Unidos, cuja temática da classe média tem sido determinante para a compreensão da relação entre negros e brancos e entre negros de diferentes classes sociais” (Figueiredo, 2012, p. 11).

Além dos trabalhos de Figueiredo (2002, 2012) e Rocha (2015), nos últimos anos, pode-se perceber a emergência de estudos que tratam da mobilidade e ascensão social de pessoas negras em algumas cidades do Brasil, tanto dentro do serviço público quanto no mundo empresarial. Esses estudos abordam diferentes indagações e perspectivas que constituem o universo da classe média negra e são questões relacionadas às identidades, subjetividades, estilos de vida, preconceito e discriminação e etc., (Soares, 2004; Santana, 2009; Pinto, 2010; Spolle, 2010; Junior, 2011; Santos, 2016; Castro, 2017). Contudo, dadas as condições de tempo, não foi possível fazer uma análise minuciosa sobre cada um desses trabalhos.

Para Santos (2016), entre os pesquisadores do tema, há o entendimento de que a ascensão social de pessoas negras ocorre através do uso de estratégias individuais – mais do que coletivas –, apesar da centralidade atribuída à família nesse processo, independente dos mecanismos de mobilidade. De acordo com o autor,

Mesmo Azevedo (1996) já havia apontado que a ascensão social dos negros enquanto indivíduos era visível, mas não se podia dizer o mesmo quando se considerava o grupo. Os estudos de Fernandes (1965; 1972) se preocuparam com a mobilidade dos

negros, mas revelaram pouco sobre a forma como esta ascensão se dá em setores específicos do mercado de trabalho e quais as estratégias utilizadas com mais frequência (Santos, 2016, p. 139).

A respeito dos mecanismos de mobilidade, Figueiredo (2012) argumenta que independente destes, “vale a pena destacar que a ascensão social dos negros no Brasil se efetiva, basicamente, a partir do uso de estratégias individuais, muito embora algumas pesquisas recentes apontem para a importância da família no percurso ascensional” (*Ibidem*, p. 25). Neusa Santos Souza (2021) também evidenciou esse caráter das estratégias individuais adotado pelo negro no processo de ascensão:

A inexistência de barreiras de cor e de segregação racial – baluartes da democracia racial –, associada à ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro, que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente. O caráter individualista da ascensão era coerente com as prédicas da democracia racial que colocava ênfase na capacidade individual como responsável pela efetivação do projeto. Por outro lado, as inúmeras barreiras à conquista da ascensão social encontradas pelo negro contribuíram para ampliar o fosso que o separava de sua identidade enquanto indivíduo e enquanto negro” (*Ibidem*, p. 50-51).

Isto posto, as mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas repercutem nos mecanismos de ascensão social dos negros brasileiros. Atualmente, ainda que a população preta e parda mantenha desvantagens no mercado de trabalho, alguns negros ocupam posições mais elevadas (Figueiredo, 2012),

Um bom exemplo disso é o acesso ao emprego público, uma vez que, no passado, pertencer ao setor público era indicativo das boas relações que pretos e pardos mantinham com os brancos, revelando o clientelismo existente na contratação e nas relações de trabalho; atualmente, argumenta-se que o critério de preenchimento de vagas no setor público, através de concursos, elimina ou ameniza os efeitos perversos do preconceito e da discriminação racial (Figueiredo, 2012, p. 25).

Ao analisar a classe média negra no Rio de Janeiro, Hasenbalg (1983) observa que foi a partir da aquisição de educação formal que a pequena parcela da população negra ultrapassou a barreira manual/não manual. Assim, foi através de investimentos educacionais que um pequeno número de pessoas negras experimentou mobilidade social ascendente, ainda que de forma bastante limitada comparado às pessoas brancas inseridas na mesma posição. Os dados analisados permitiram ao autor constatar que “a pequena classe média negra urbana origina-se fora da própria classe média, havendo um predomínio da camada de ocupações manuais urbanas” (*Ibidem*, p. 56).

Figueiredo (2012) evidencia que a mobilidade social dos negros no Brasil se resultou a partir do contato destes com os brancos, enquanto que nos Estados Unidos, esta se deu por meio das dinâmicas de segregação entre negros e brancos:

[...] a ascensão social dos negros norte-americanos ocorre, inicialmente, como o resultado da segregação racial rígida e da recusa dos brancos em oferecer os serviços para a população negra. Do modo contrário, a ascensão dos negros brasileiros se efetiva, a princípio, através das relações de subordinação com os brancos. [...] dinâmicas raciais distintas e estratégias de mobilidade diferenciadas” (*Ibidem*, p. 102).

Sendo assim, afirma que não faz sentido comparar as estratégias utilizadas pelas pessoas negras no processo de ascensão social nessas duas realidades distintas, uma vez que, “os negros brasileiros recorreram aos recursos de mobilidade que estavam disponíveis na dinâmica da sociedade brasileira” (Figueiredo, 2012, p. 102).

A argumentação da autora gira em torno das indagações colocadas pela literatura sobre relações raciais no Brasil – principalmente a primeira e segunda onda teórica, que foram trabalhadas no início deste capítulo – a respeito da experiência de mobilidade dos negros no país. A saber, questões relativas ao apadrinhamento, embranquecimento e o “complexo de inferioridade desenvolvido pelos negros que ascendem socialmente e que são rejeitados pelos brancos (Figueiredo, 2012, p. 102), o que Neusa Souza (2021) nomeou como fatores que constituíram “o tripé formado pelo *continuum* de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial – sustentáculo da estrutura das relações raciais no Brasil – que produziu as condições de possibilidade de ascensão do negro” (*Ibidem*, p. 50). Assim, Figueiredo (2012) define três significados a respeito do termo embranquecimento:

1) É uma proposta ideológica do Estado-nação; 2) o resultado da mestiçagem; e 3) o embranquecimento social dos negros, que é resultado da adoção de valores éticos e estéticos dos brancos. Foi observado que o embranquecimento é um conceito tanto nativo quanto analítico, além de ser empregado na maioria das vezes num tom acusatório, já que somente os outros embranquecem, não sendo constatado o uso deste conceito na primeira pessoa (*Ibidem*, p. 157).

Em seu estudo sobre as práticas de solidariedade racial que permeiam os processos de ascensão social de pessoas negras, Nubia dos Reis (2010), pôde observar que a ascensão social dos negros “não os leva ao branqueamento, mas a uma sensação de desconforto” (*Ibidem*, 2010, p. 91). No que se refere ao embranquecimento, podemos perceber na discussão feita em torno da primeira e segunda onda teórica, a prevalência na crença – ainda muito difundida no senso comum – de que o dinheiro embranquece (Figueiredo, 2012). Para Rocha (2019) “não é

incomum o argumento de que o negro, ao ascender socialmente, “embranquece”, no sentido de ser aceito socialmente como uma pessoa branca, como se a ascensão de classe virtualmente eliminasse a discriminação racial” (*Ibidem*, 2019, p. 87). O autor nos traz importantes apontamentos a respeito desse fenômeno:

O fato de se utilizar eventualmente termos de branquidão para se referir a um negro que é rico não significa que o eixo de classificação racial tenha sido abandonado em nome do eixo de classificação por classe, mas tão somente que aquilo que seria o eixo de classificação racial assume, por metonímia, uma habilidade expressiva para conotar posição de classe ou, melhor ainda, *status* social. É como se fosse extraída, de maneira espontânea, da distribuição por esses dois eixos de classificação (a raça e a classe) a componente principal que expressa uma variável latente, que seria o próprio *status* social. O “embranquecimento” consiste em atribuir a essa grandeza latente o rótulo de branquitude. Nesse sentido, o “embranquecimento” é apenas expressão de uma operação lógica sintética, ao nível das formas de classificação social, que faz a brancura operar como rótulo para uma grandeza latente que constitui uma noção genérica de prestígio (Rocha, 2019, p. 88).

Rocha (2019) ressalta que Thales de Azevedo já apontava para algo semelhante, ao observar que cor e traços físicos operariam como símbolos de *status*, “fazendo da resistência ao intercurso racial uma manifestação simultânea de preconceitos por raça e por classe” (*Ibidem*, p. 88). E diz ainda:

O mais importante é que não se pode confundir o “embranquecimento”, que constitui sem dúvidas um fenômeno relevante do ponto de vista semântico, com o princípio de articulação entre raça e classe no que se refere ao comportamento efetivo da discriminação racial ao longo da hierarquia socioeconômica. Esse princípio parece ser o da acomodação das relações raciais em posições de classe e, de acordo com esse, as resistências sociais impostas aos negros na verdade se agravam quando se trata de posições sociais mais elevadas. De acordo com essa acomodação, o negro que enriquece não é um branco. Ele parece ser antes de tudo aquilo que é: um negro rico. E contra ele reage um princípio que é contrariado pelo simples fato de ele ocupar a posição social que ocupa. Sua simples condição contraria o mapeamento normativo, socialmente compartilhado, dos grupos raciais em posições de classe (Rocha, 2019, p. 89).

Dessa forma, para ele a ideia de embranquecimento precisa ser analisada enquanto um fenômeno semântico:

Ponha-se de lado a ideia de que se trata da irrelevância do preconceito racial diante da ascensão socioeconômica. [...] O que se revela é uma figura de linguagem; nada mais e nada menos que uma metonímia. É que a classificação social opera muitas vezes por síntese. Se, do ponto de vista analítico, condição racial e posição de classe constituem dimensões distintas da formação de *status*, do ponto de vista da experiência, a colinearidade empírica entre esses dois vetores informa uma semântica sintética de classificação social” (Rocha, 2019, p. 88).

Assim, a articulação entre raça e classe vai se mostrando mais evidente à medida que o negro experimenta os processos de mobilidade ascendente, uma vez que, “é justamente sobre os negros alcançando degraus mais altos da hierarquia socioeconômica que as barreiras raciais parecem pesar mais” (Rocha, 2019, p. 88).

A principal ideia desenvolvida pelo autor a respeito da intensificação da desigualdade racial em estratos de alta renda, é a de que há existe uma manifestação de um princípio subjacente que articula condição racial e classes sociais. Esse princípio é chamado de “acomodação das relações raciais em posição de classe” e consiste num esquema de organização social implícito que estabelece uma contradição entre a condição de negro e pertencer às posições de elevado *status* socioeconômico” (*Ibidem*, p. 18), sendo assim, afirma:

A ideia de acomodação é empregada em oposição à ideia de sobreposição. É bastante claro que classe e raça se sobrepõem. As classes mais baixas são majoritariamente negras e as mais altas, compostas por maioria branca. A sobreposição entre raça e classe é um estado de coisas, identificável pelo estudo descritivo da distribuição dos grupos raciais por faixas de *status* socioeconômicos (Rocha, 2019, p. 50).

Ao evidenciar a discussão sobre acomodação, também presente em Hasenbalg, Rocha (2019) ressalta ainda o imaginário a respeito da representação dos lugares que o negro ocupa no imaginário social,

A acomodação, por seu turno, se refere a um padrão de interação entre raça e classe que é identificável somente a partir de modelos explicativos de análise. Ela diz respeito ao porquê de as barreiras de discriminação racial se acentuarem em se tratando da competição pelas posições sociais mais bem aquinhoadas. Ela chama atenção para o fato de que o que ocorre não é apenas uma naturalização de que pessoas negras ocupem tipicamente posições desfavorecidas. Esse estado de coisas parece contar também com uma força normativa. No nível agregado, a discriminação racial se comporta não apenas como efeito da existência generalizada de preconceitos em relação aos negros, mas também como uma força que procura manter uma ordem das coisas, segundo a qual, por assim dizer, determinadas posições sociais não são para pessoas de cor (Rocha, 2019, p. 50-51).

No que diz respeito à contradição, Patrícia Hill Collins (2019) ressalta que a classe média negra nos Estados Unidos ocupa um lugar contraditório na economia política do país, tendo em vista que ser uma pessoa negra de classe média e ocupar cargos gerenciais e administrativos requer um estabelecimento de relações sociais específicas com donos do capital e trabalhadores. Nesse contexto, a classe média domina o trabalho, e ao mesmo tempo, se subordina ao capital. A autora afirma que é essa simultaneidade de domínio e subordinação que

faz com que a classe média seja “média”, evidenciando a relação contraditória entre a condição de ser negro e pertencer a grupos socioeconômicos de status elevado, como observado por Rocha (2019).

Pode-se acrescentar ainda que essa relação é contraditória não no sentido de pessoas negras não poderem pertencer à classe média, mas sim, de não se sentirem pertencentes a ela. É com base nessa contradição que James Forman (1968) discute que o desenvolvimento do racismo fecha a possibilidade de uma pessoa negra se integrar definitivamente em uma posição de status elevado.

1.3.4 Posição de classe e condição racial

Tendo em vista que a construção da nação brasileira está estruturada a partir do mito da democracia racial – onde as barreiras raciais eram pouco relevantes –, essa interpretação introjetada no imaginário social de que as desigualdades raciais no Brasil são fundamentalmente desigualdades de classes, resulta na compreensão que Bernardino-Costa (2002, 2009, 2020) e Bonilla-Silva (2014) denominam de “racismo à brasileira, um racismo sem racistas.” Dessa forma, mesmo que esse racismo classificado como cordial se manifeste sutilmente, acaba provocando efeitos devastadores sobre corpos racializados. Sua formulação tem como fundamento a ideia de que a mistura racial diluiu toda e qualquer presença de racismo na sociedade brasileira.

A questão que permeia esse funcionamento do racismo são as suas formas de manifestação que possui singularidades nas dinâmicas da vida social. Logo, analisando o Brasil a partir de sua estrutura socioeconômica, relacionando questões de renda, ocupação e escolaridade, é nítida uma linha racial entre pessoas negras e brancas, pois se entre os pobres há um número significativo de brancos, entre os ricos os negros são expressivamente reduzidos (Telles, 2003; Medeiros, 2005; Rocha, 2019; Bernardino-Costa, 2020). É com base nessa duplicidade de raça e classe que os estudos elencados neste capítulo buscaram compreender de que forma as desigualdades raciais afetam os processos de mobilidade e ascensão social dos negros inseridos nas posições de classe média e alta. Desse modo, Hasenbalg (2022) afirma:

A insistência em conceitualizar o negro simplesmente como um segmento explorado (ou superexplorado) da classe trabalhadora e em particular as hierarquias raciais unicamente em termos dos interesses e estratégias da classe capitalista tende a ofuscar o que há de específico na opressão racial. É por esse motivo que militantes e

intelectuais negros americanos, não obstante adotarem posturas anticapitalistas, têm insistentemente assinalado a duplicidade da exploração da classe e da opressão racial (Hasenbalg, 2022, p. 97).

Winnie Bueno (2020) afirma que no contexto brasileiro, as teorias sociológicas clássicas a respeito da questão racial foram arquitetadas a partir de imagens de controle⁹, “que são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada” (*Ibidem*, p. 73). Essas imagens de controle são baseadas em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e gênero. Sendo assim, a narrativa imposta no imaginário brasileiro a respeito da escravização – cordial e menos segregada do que a experiência da escravidão em contextos como o sul dos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul – foi alicerçada em estereótipos de imagens de controle que nos permite entender como os sistemas de dominação mobilizam opressões baseadas nas hierarquias de classe, raça e gênero no processo de constituição da branquitude.

De acordo com Cida Bento (2022), a branquitude se constituiu no bojo do processo de colonização, onde os europeus brancos definiram sua identidade comum a partir da outridade. Dessa forma, o colonialismo europeu beneficiou não somente as companhias e famílias ricas que extraíram riquezas das colônias, mas também,

Todas as outras classes, até as mais pobres, também se beneficiaram da elevação de padrão de vida, do desenvolvimento econômico e da transferência de trabalho pesado para as colônias, o que corroborou com as perspectiva de raça e classe desenvolvida por W.E.B. Du Bois nos estudos sobre branquitude, ou seja, mesmos os brancos pobres e a classe trabalhadora se beneficiam do legado da opressão racial (*Ibidem*, p. 30).

Assim, “a colonização europeia das Américas inaugurou um sistema mundial capitalista que ligou raça, terra e divisão do trabalho, conferindo substância à relação de dominação que se constituiu” (*Ibidem*, p. 36). Relações essas que demonstram como o racismo está imbricado ao desenvolvimento do capitalismo. E nas sociedades marcadas pela colonização e pelo racismo, a condição de branco implica no acesso a vantagens sociais e econômicas, como se pode perceber principalmente no que diz respeito às oportunidades educacionais entre negros e brancos no Brasil.

⁹ O conceito de Imagens de Controle foi formulado por Patricia Hill Collins (2019). A autora define três imagens de controle que são aplicadas enquanto sistemas de dominação sobre às mulheres negras: a *mammy*, a matriarca e a jezebel. In: “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”.

Há muito, o apadrinhamento mencionado por Thales de Azevedo deixou de ser a estratégia adotada pela população negra como forma de ascensão social. Hoje, as políticas educacionais de acesso ao ensino superior e o ingresso no serviço público configuram as principais estratégias de mobilidade e ascensão social que são utilizadas pela população negra na sociedade brasileira, como podemos perceber ao longo da discussão feita até aqui e durante os próximos capítulos.

No capítulo seguinte, pode-se observar que esse fenômeno que veio se desenvolvendo desde o período da colonização Europeia, foi tomando outras formas e constituindo novas formas de dominação e segregação impostas pelo racismo, como é possível observar na construção de Brasília, calcada pelos ideais modernistas.

2 Conterrâneos velhos de guerra na cidade nascida para segregar¹⁰

“Quando ouvi falar em Brasília a primeira vez, todo mundo chegava lá e dizia: Brasília é um céu aberto. Quem quiser ir, quem tiver passando dificuldade”.

“Vocês vão embora pra Brasília que vocês vão melhorar a vida. O governo lá é muito humano, ajuda a pobreza. Tá precisando de gente para construir Brasília”.

Tela em plano aberto: é negra a primeira família que surge no filme Conterrâneos Velhos de Guerra (1992), de Vladimir Carvalho.

Brasília é fruto de um concurso público de Arquitetura e Urbanismo, realizado no ano de 1957, que tinha como objetivo a mudança da capital do Brasil no Rio de Janeiro para o centro do país. Sua construção impulsionou um grande deslocamento de pessoas que vieram de muitos estados do Brasil, principalmente das regiões Norte e Nordeste. Em sua grande maioria, eram famílias compostas por pessoas negras e pobres que, sob muitas dificuldades, migraram em busca de emprego na edificação da nova capital do país, em busca de edificar também suas vidas. Atualmente, o Distrito Federal se divide em 35 regiões administrativas e abriga uma população estimada em 2,9 milhões de pessoas. No período da construção, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, fez uma forte campanha para o recrutamento da mão de obra das pessoas que chegavam à cidade, levando assim

Milhares de pessoas a deixarem suas cidades natais em busca de oportunidades de emprego, renda e de futuro promissor no planalto central brasileiro. Movidos pela promessa de futuro melhor e com chances de mudança da qualidade de vida, as populações de migrantes, principalmente nordestinos, somavam-se em 12 mil pessoas antes mesmo do início da construção da cidade que chegavam à Brasília com a ideia de que ali encontrariam ofertas de emprego com salários altos e sem limites para rendimento (Jacques; Junior, 2017, p. 479).

O historiador Guilherme Lemos (2022) ressalta que Brasília foi a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista e da Marcha para Oeste¹¹, onde as reservas financeiras acumuladas pelo desenvolvimento industrial foram usadas para a construção da nova capital. Ademais,

“O desenvolvimento das técnicas de planejamento regional e urbano junto de uma arquitetura modernista brasileira já consagrada no exterior firmava de uma só vez a

¹⁰ O subtítulo faz referência ao documentário “Conterrâneos velhos de guerra” (1992), do cineasta Vladimir Carvalho, que aborda a história da construção de Brasília, focando na vida dos trabalhadores que para cá vieram.

¹¹ Marcha para Oeste foi uma política pública do Governo de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo a integração das regiões Norte e Centro-Oeste do país.

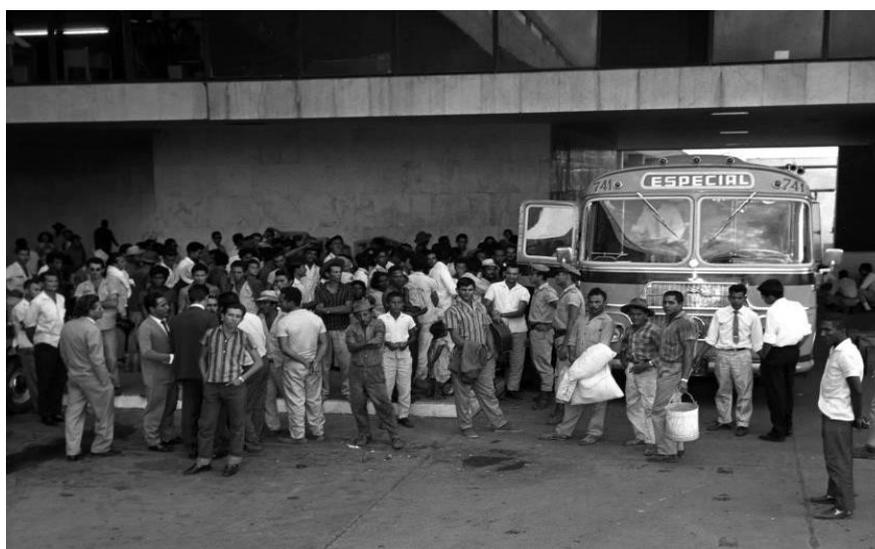
cidade como símbolo final do Brasil moderno – Brasil que não havia superado a memória colonial na antiga capital do Rio de Janeiro” (Lemos, 2022, p. 194).

Lemos (2022) evidencia ainda que em “Os Condenados da Terra”, Franz Fanon (1961) se atentou para esse movimento e pontuou que a transferência da capital brasileira de Rio de Janeiro para Brasília foi um empreendimento colonial moderno. Na passagem, Fanon (2005) afirma:

[...] É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide trabalhar. É, em certo sentido, o que o governo brasileiro tentou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto para o povo brasileiro. Mas, infelizmente, Brasília é mais uma nova capital, tão monstruosa quanto a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através do mato. Não, nenhum motivo sério pode se opor à escolha de uma outra capital, ao deslocamento do conjunto do governo para uma das regiões mais desfavorecidas. A capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial. Mas nos países subdesenvolvidos, devemos multiplicar o contato com as massas rurais. Devemos fazer uma política nacional, isto é, antes de tudo uma política para as massas. Nunca devemos perder o contato com o povo que lutou pela sua independência e pela melhoria concreta de sua existência (FANON, [1961] (2005), p. 215).

Portanto, “a nova capital seria tão monstruosa quanto a primeira, devido à cisão de seu propósito com as “massas” (Lemos, 2022, p. 194). E como podemos evidenciar na passagem de Fanon, o povo sempre lutou pela sua independência e por melhores e concretas condições de vida. Assim, com o fenômeno da migração em massa para o centro do país, isso não foi diferente, as pessoas estavam em buscar de edificar suas vidas.

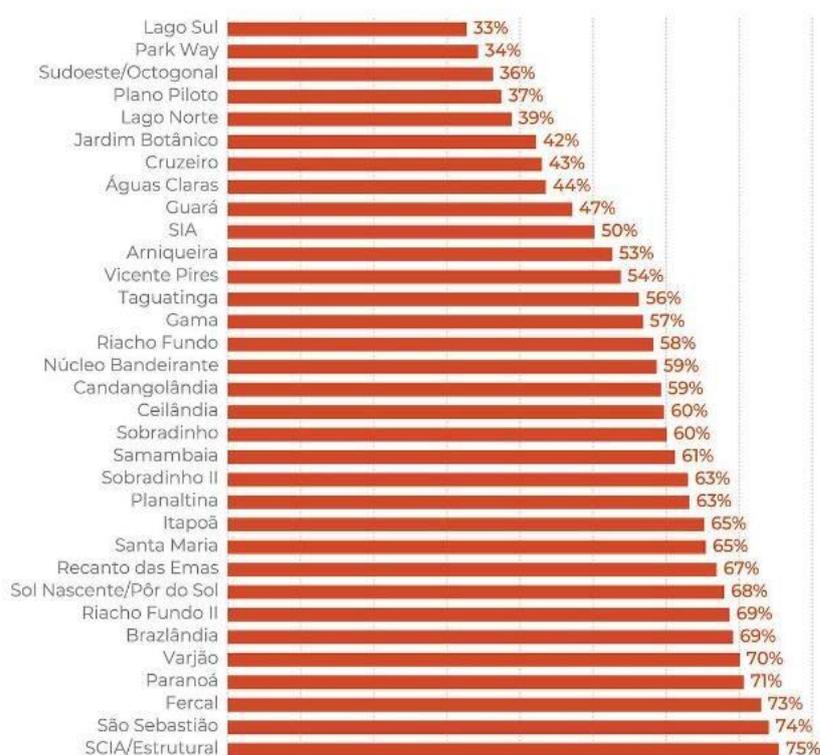
Figura 1 - Operação Retorno em 1964.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Os processos históricos de segregação socioespacial que se acentuaram no período pós-abolição, destacaram a marginalização da população negra e pobre e isso não foi diferente no Distrito Federal. Atualmente, essas desigualdades são evidenciadas nas dinâmicas de segregação sociorraciais entre as Regiões Administrativas (Lemos, 2017). No gráfico abaixo, podemos perceber que, quanto mais próximo ao Plano Piloto, menor é o percentual de pessoas negras. E quanto mais distante do centro, maior é esse número, evidenciando um padrão de segregação racial imposto desde o início da nova capital.

Gráfico 1 - População negra por Região Administrativa do DF (2021).



Fonte: Instituto no Setor (PDAD/DF, 2022).

No entanto, na historiografia da cidade, de sua construção até os primeiros anos, a questão racial desapareceu das exclusões presentes na realidade citadina a partir da miscigenação, dando lugar apenas para a condição social (Lemos, 2017; Souza, 2016; Pinto, 2014), dessa forma, a cidade era estratificada entre candangos e pioneiros. Apesar disso, esse padrão de segregação racial teve origem já no início da nova capital e pode ser evidenciando na Campanha de Erradicação de Invasões (CEI).

2.1 A cidade é uma só? A campanha de Erradicação de Invasões orquestrada no Planalto Central¹²

Durante a edificação de Brasília, a palavra *candango* ganhou um outro significado, passando a se referir àquele que construiu a capital (Videsott, 2008). Assim, Holston (1993) diferencia o *candango* e o *pioneiro* a partir da questão dos salários, moradia e das condições na cidade. No entanto, o autor “deixa-se enganar pela ideia da ausência do racismo devido ao processo miscigenacionista brasileiro” (Lemos, 2017, p. 9). Dessa forma,

Se na primeira fundação do país os mais atingidos foram os nativos, habitantes da “terra nova”, na refundação a partir da construção da capital, além da população indígena do cerrado os mais atingidos foram os próprios construtores da “cidade nova”, operários migrantes, os chamados *candangos* (Jacques; Junior, 2017, p. 479).

Para essas pessoas, designou-se o termo *candango* que, apesar de não ter surgido no contexto brasiliense, foi empregado e vinculado aos construtores da cidade (Jacques; Silva, 2017). Esse termo possuía um “viés depreciativo, quase insultuoso. Significava alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa” (Holston, 1993, p. 210). Dessa forma, o processo de formação da cidade modernista entedia a estratificação a partir dos conceitos de *candango* e *pioneiro*, “sendo *pioneiro* todo aquele funcionário do Estado escolarizado e *candango* o trabalhador não escolarizado e pobre (Lemos, 2017, p. 8). Contudo,

Se analisarmos o conceito e sua etimologia na história perceberemos que essa separação contém um aspecto racial, passado despercebidamente graças a ideia de nação miscigenada. *Candango* tem origem na palavra *ka-ndongo*, usada primeiramente na língua *kimbundu*, falada pelos *Mbundu* no sudoeste da Angola para se referenciar ao português como “pequenos”, “desprezíveis”, “vís”. No *kimbundo* o prefixo “*ka*” flexiona os nomes no diminutivo enquanto “*ndongo*” é uma referência à região homônima (Lemos, 2017, p. 8).

Lemos (2017) destaca ainda que a literatura sociológica e historiográfica nivelou o conceito de *candango* como sendo os trabalhadores braçais, assim,

“A agência do conceito *candango* como homem bruto/massa trabalhadora, foi estimulada tanto pelas teorias que versam sobre proletariado e luta de classes quanto pela sociologia brasileira de Gilberto Freyre que encontra na miscigenação a base das respostas para a formação do Brasil. Os prejuízos dessa abordagem engendram apagamento de processos de violência racial e de gênero (Lemos, 2017, p. 5).

¹² O subtítulo faz referência ao documentário “A cidade é uma só” (2011), do cineasta Adirley Queirós, que aborda o processo de exclusão territorial e social entre a capital e seu entorno.

Figura 2 - Representação do Candango em propaganda de 1960.



**"MÔÇO...
EU FIZ ESTA CIDADE!"**

"Quer dizer, eu não fiz ela tóda, mas ajudei um bocádo!" Assim como éle, milhares de outros "candangos"... milhares de novos bandeirantes se orgulham de ter feito Brasília. Cada um dêles contribuiu com o seu quinhão de técnica, de talento e de trabalho para tornar realidade êsse belo sonho brasileiro.

Hoje Brasília abre as portas para o mundo e canta a sua glória. Mas a glória que fica é a dos "candangos" brasileiros - dos administradores e dos técnicos aos operários. Êles gravaram na epopéia da construção de Brasília a marca do arrojô brasileiro, o valor de sua inteligência e a fé inabalável no futuro dêste País.

A Esso Brasileira de Petróleo estíve ao lado dêsses homens desde o primeiro instante. E êles nos ajudaram a construir ali o primeiro pósto de serviço de Brasília - pioneiro em terra de pioneiros - o Pósto Esso Tiradentes, inaugurado a 21 de abril de 1959 pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO 

Fonte: De Brasília: Edição Arquitetura & Engenharia (1960).

De toda forma, a relação da imagética das remoções orquestradas no Planalto Central nos faz lembrar das ações ocorridas no Distrito Federal entre os anos 1950 e 1970:

No Distrito Federal assistiu-se o maior movimento de remoção já realizado através da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), fazendo surgir a satélite mais populosa da região: Ceilândia. Como o processo de expulsão para as fronteiras do não cessou, as pessoas se mobilizaram mais uma vez pela premência em seus territórios por meio de associações de moradores resistindo à especulação imobiliária impulsionada pela relação Estado e capital. Em Ceilândia, por exemplo, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) iniciou um processo contra a Terracap para garantia dos preços iniciais dos lotes, além de promover ações culturais e a publicação de um jornal comunitário (Lemos, 2022, p. 26).

É evidente que o conceito de candango estava permeado pelas formulações do ideal de democracia racial, uma vez que a questão de classe era o que imperava nas relações sociais estabelecidas no Distrito Federal, configurando aquilo que Lélia Gonzalez (2020) denominou de neurose cultural. Assim, para Marcos Vinicius Santos (2020), classe foi um dos elementos estruturantes de organização da arquitetura da nova capital, “de maneira que as primeiras vilas habitacionais já carregavam o signo de “Vilas Operárias” (*Ibidem*, p. 7). O autor ressalta que

Contudo, devemos ir além para entender as características das pessoas que constituíam a região, visto que a categoria de classe pouco nos informa sobre a formação racial desta população. Em outros termos, é necessário o exercício de um olhar que encare os trabalhadores desta época em toda sua complexidade, buscando entender como as relações de raça, classe e gênero estão diretamente interligadas na reprodução dos dispositivos de opressão (Santos, 2020, p. 7).

A compreensão dessas intersecções é fundamental para analisarmos a maneira como se deu a organização das Vilas Operárias no território do Distrito Federal, uma vez que

Em 1959 a Vila Amaury já possuía a presença de 11,8% de pretos e 46,5% de pardos autodeclarados de acordo com o censo da época. Há de se perceber que a Vila Amaury [...] foi o Setor Habitacional submerso em prol da criação do Lago Paranoá. Este tipo de expulsão e desapropriação pode ser lido como uma demonstração do que aconteceria com as outras Vilas Operárias nos anos seguintes, que foram afastadas do centro de Brasília por intermédio de dispositivos jurídicos que executaram a expulsão da população negativamente racializada das proximidades de Brasília (Santos, 2020, p. 7).

De acordo com relatórios oficiais, a remoção das Vilas Operárias desabrigou cerca de 80 mil pessoas durante os anos de 1971 e 1972 (Lemos, 2022),

A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), sigla que deu nome à cidade, foi promovida pelo governo local no momento em que o nacional-desenvolvimentismo ganhava novos contornos e estabilidade com a ditadura civil-militar em plena ascensão. Primeiramente, houve a tentativa de convencer as famílias da Vila do IAPI que a mudança seria positiva. [...] Através do slogan “A Cidade é uma Só” com filmagem de um vídeo de crianças da vila cantando um jingle nunca recuperado, mas representado recentemente no docodrama homônimo dirigido por Adirley Queirós (2013). A estratégia não surtiu efeitos e a solução encontrada foi a remoção forçada das famílias em março de 1971, mesmo sem a construção das casas de alvenaria (Lemos, 2017, p. 6).

A Ceilândia apresentada por Adirley Queirós é uma das Regiões Administrativas onde moram boa parte dos antigos candangos. Estes, residiam com suas famílias em moradias que foram improvisadas à época da construção da cidade. Cidade esta que construíram:

Com suas próprias mãos, mas que após sua inauguração, em 1960, foram removidos e expulsos para a periferia do Plano Piloto, projetado por Lucio Costa somente para os funcionários da capital federal. No entanto, não só os candangos queriam

permanecer na cidade que eles construíram, como eles também resistiram, em suas favelas autoconstruídas, à relocação para as cidades-satélite, que ficavam distantes do plano piloto. Não havia no projeto moderno de Lucio Costa previsão de habitações populares para os operários de sua construção, e esperava-se por parte dos planejadores, que os operários deveriam voltar a seus estados de origem após a inauguração da cidade. Justamente por essa prerrogativa que toda as construções erigidas, para o canteiro de obras, foram feitas em madeira, de forma a facilitar a demolição e remoção dos alojamentos após a inauguração da capital (Jacques; Junior, 2017, p. 484).

As remoções das Vilas em Brasília fizeram parte da política de Estado, que tinha como pretexto assegurar a saúde e segurança da população, contudo, estas:

Estavam previstas antes mesmo da construção. O fornecimento desses recursos básicos à manutenção da vida nesses locais foram lentos e graduais. Residências dignas, água potável, saneamento básico, só alcançaram a cidade de Ceilândia, por exemplo, depois de 1980. O plano de infraestrutura da cidade só foi elaborado no final de 1974, ou seja, 3 anos após o início das remoções (Lemos, 2022, p. 224).

As remoções habitam um lugar específico na memória brasiliense, ocupando um não-lugar no imaginário social. É a face oculta da cidade modernista, que constitui a concretude da neurose sob o concreto desde o seu surgimento e da contradição entre a utopia e a realidade.

2.2 Preto sai, branco fica: dinâmicas de segregação sociorraciais no Distrito Federal¹³

Ao longo do processo de constituição da cidade de Brasília, os lugares sociais foram muito bem demarcados a partir das categorias de cor/raça e classe social. Do lado de dentro da cidade de muros¹⁴ imagináveis habitavam os brancos e ricos e, do lado de fora, negros e pobres.

Anterior à construção de Brasília, o pedaço de chão do Planalto Central era predominantemente negro (Bertran, 2011). A cidade é compreendida como o projeto de extensão colonial que vem desde o século XVIII, tomando forma no século XIX, para se concretizar no século XX (Lemos, 2022). Desde os primeiros anos da construção da capital, ficou evidente a contradição entre seu projeto urbanístico com inspirações igualitárias e a falta de habitação para as pessoas que para cá migraram em busca de condições dignas da maneira de viver (Patriota; Januzzi, 2010), pessoas negras e pobres, em grande parte nortistas e nordestinos, que vieram trabalhar na construção da nova capital. Em Brasília, o mesmo ar que

¹³ O subtítulo faz referência ao documentário “Branco sai, preto fica” (2014), do cineasta Adirley Queirós, que aborda as tensões raciais no Distrito Federal, explorando temas da exclusão social e marginalização do povo negro no DF.

¹⁴ CALDEIRA, Teresa. “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo, 2000.

liberta e traz o anonimato, é o ar da individualidade e o que trouxe também a maior segregação espacial no ambiente urbano (Silva, 2016).

Vale ressaltar que os filhos, netos e bisnetos desses migrantes se “instalaram” nessas regiões, como consequência de projetos políticos posteriores a época de construção da capital federal, após serem removidas das chamadas “invasões”. Santos (2020) evidencia que historicamente, as denominadas remoções habitam um local específico nas narrativas sobre o Distrito Federal, uma vez que se fala de um não-lugar, de uma memória que nunca é trazida à tona nos discursos oficiais, pois fere diretamente a narrativa modernista que construiu a cidade.¹⁵

Brasília é considerada como uma das mais modernas capitais do Brasil. Se constituiu historicamente como um lugar importante para a construção simbólica da identidade negra com o símbolo do candango (Santos, 2020) que migrou das regiões Norte e Nordeste para a construção da terceira capital do país. Contudo, o Distrito Federal possui um dos maiores índices de desigualdade do Brasil.

Figura 3 – Instalação.

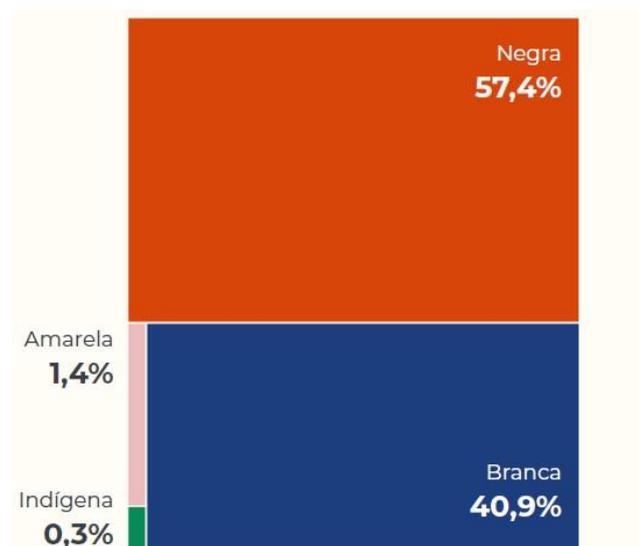


Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

¹⁵ “Afinal, quantas cidades desapareceram do mapa para a construção de Brasília? Vilas do I.A.P.I, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Morro do Urubu e do Querosene são nomes de Vilas que existiram próximas aos acampamentos e canteiros de obras de Brasília. Podemos então falar da existência de um complexo de favelas que demonstrava a face oculta da cidade, que era habitado por cerca de 80.000 habitantes” (Santos, 2020, p. 8).

Esse passado histórico marca as configurações sociais e simbólicas da nova capital federal. Atualmente, a população do Distrito Federal é composta por 57,4% de pessoas negras (pretas e pardas):

Gráfico 2 - População do Distrito Federal por raça/cor.

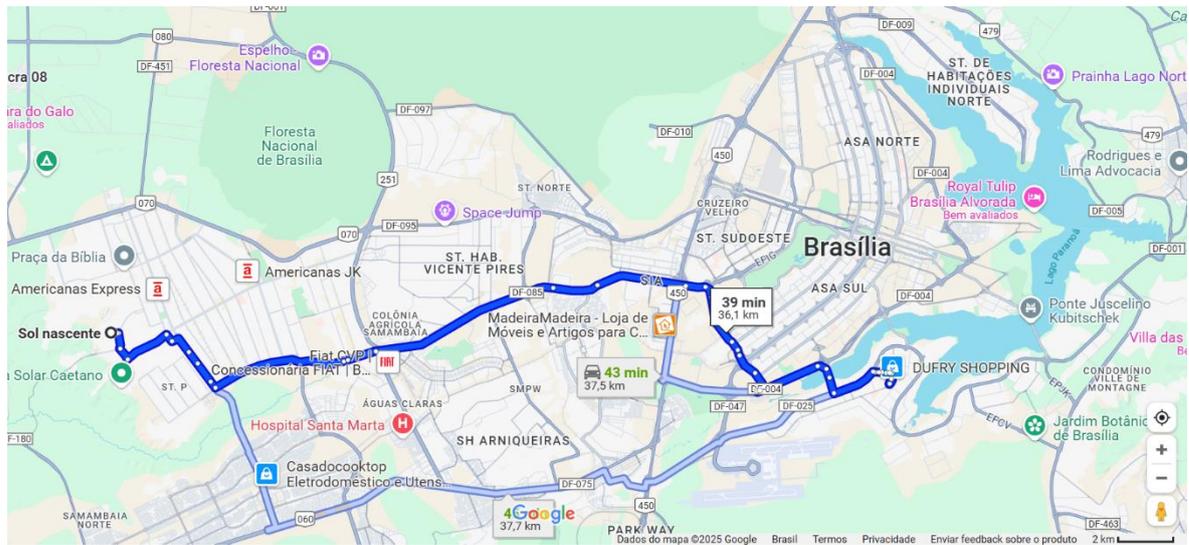


Fonte: mapa das desigualdades do DF (Inesc, 2022).

No que diz respeito ao rendimento médio da população, o DF registra níveis de desigualdade maiores do que outras regiões do Brasil. De um lado, existe uma grande concentração de renda, em regiões como o Lago Sul; do outro, reside aqui uma das maiores favelas da América Latina, o Sol Nascente, localizada na Ceilândia, onde 68% de sua população é composta por pessoas negras (Codeplan, 2019).

No mapa abaixo, podemos perceber que a distância física entre o Sol Nascente e o Lago Sul é cerca de 35km. No entanto, as distâncias de origem e destino (Hasenblag, 2003), bem como as distâncias sociais e simbólicas que se cristalizam entre essas duas Regiões Administrativas podem percorrer gerações.

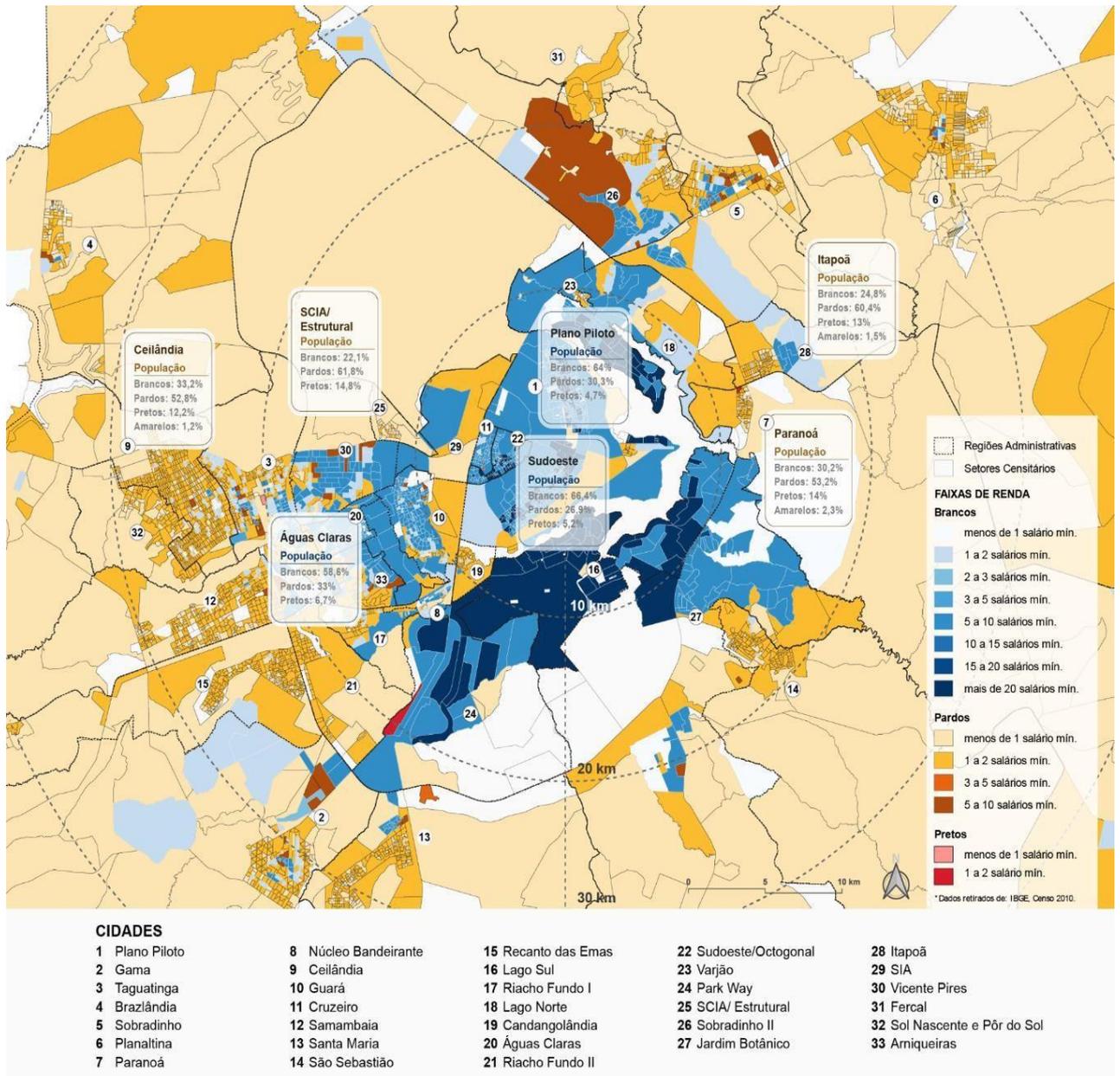
Mapa 1 - Distância do Sol Nascente para o Plano Piloto.



Fonte: Google Maps (2025).

Brasília é uma das cidades com os maiores índices de segregação do país, é um espaço racialmente segregado. Isso pode ser observado a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010 que, quando analisados por geoprocessamento, indicam um centro embranquecido e rodeado de satélites onde a maioria da população é negra (Lemos, 2022):

Mapa 2 - Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010.



Fonte: LEMOS, Guilherme Oliveira. No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheid entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971). Tese (Doutorado em História, UnB), 2022. (Print).

No mapa acima, pode-se perceber as diferenças de renda entre as regiões centrais e periféricas do Distrito Federal. Observa-se que a renda média da população branca, que ocupa o centro da cidade, pode chegar a 20 ou mais salários mínimos. À medida que nas regiões periféricas, ocupadas em sua grande maioria pela população negra, o máximo é 10 salários mínimos, indicando uma sobreposição entre raça e pobreza (Lima, 2012) e evidenciando o nível de segregação racial presente no DF (Lemos, 2022). Neusa Santos Souza (2021), argumenta que

“Nas sociedades de classes multirraciais como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). Assim, a categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (*Ibidem*, p. 48).

A autora evidencia ainda que a estratificação racial foi substancial para a estratificação de classe. Isso se torna evidente no projeto de segregação urbana, econômica, racial e social implementado no Distrito Federal. Aqui, “o corpo negro será expelido da estética moderna ao mesmo tempo em que é fundamental como mão de obra nas construções” (Lemos, 2022, p. 47).

Figura 4 - Brasília: uma sociedade para o futuro.



Correio Braziliense, 17 de abril de 1971, p.17.

Brasília é símbolo de *status* e fator de distinção e, através do seu mapa social, pode-se perceber que existe um modelo de imagem comum ao seu universo. Sua distribuição espacial diz respeito a determinados padrões materiais e não-materiais (Velho, 1973), onde o projeto de Lúcio Costa delimita a cidade entre dois eixos que se cruzam no Planalto Central: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. A cidade é atravessada por processos de classificação que

constituem formas de estabelecimento do espaço, dando lugar à centralidade de discursos sobre valores individuais-meritocráticos aos lugares à habitação do cosmos da capital (Patriota; Januzzi, 2010), uma cidade-natureza estabelecida pelo modelo de Unidade de Vizinhança que dissociou o andar a pé à movimentação dos automóveis. Em Brasília, a rua nasceu desabitada e segregada, ocasionando a existência de individualidade e o vazio das calçadas das ruas onde predominam os automóveis.

2.3 Aqui o ser orgânico não se deteriora, petrifica-se¹⁶: modernismo segregacionista e a ausência de esquinas em Brasília

A constatação imediata do mover-se em Brasília é perceber a ausência de esquinas, o que causa um profundo estranhamento a quem não é habituado a esta realidade citadina. Aqui, não se observa concentração de gente nas ruas, nem o vaivém das pessoas circulando e estabelecendo processos de socialização e relações de troca e consumo nas redes heterogêneas constituídas nas esquinas das grandes cidades. Essa falta de esquinas gera um efeito de interiorização que restringe e circunscreve o universo social, uma vez que, em Brasília não há multidões urbanas, nem sociedades formadas nas esquinas, muito menos sociabilidade nas calçadas, e isso é em grande parte pelo fato de não existirem praças, nem ruas, nem esquinas (Holston, 1993):

Em Brasília, onde o balão ou o trevo substituem a esquina – não havendo, portanto, cruzamentos que distribuem os direitos de passagem entre o pedestre e o carro –, o perigo é nitidamente maior. O balanço de forças que daí resulta tende a ser simplesmente eliminar o pedestre: quem pode, usa o automóvel. [...] Brasília substitui a rua por vias expressas e becos residenciais; o pedestre, pelo automóvel; e o sistema de espaços públicos que as ruas tradicionalmente estabelecem é substituído pela visão de um urbanismo moderno e messiânico (Holston, 1993, p. 109).

O vislumbre de que Brasília é uma cidade sem esquinas causa uma enorme desorientação, diferenciando o experienciar a cidade de outras metrópoles brasileiras. À vista disso, a ausência do rito de passagem das esquinas indica um dos traços mais distintivos e radicais da modernidade de Brasília, que é a ausência das ruas. A palavra rua não aparece em momento algum no plano de Lúcio Costa. Assim, a ausência da palavra revela a tentativa de

¹⁶ O subtítulo faz referência à crônica “Nos primeiros começos da Brasília” (1970), de Clarice Lispector, que aborda a impressão que a autora teve na sua primeira visita à Brasília.

desmantelar o tradicional mercado urbano, reorganizando as relações entre comércio e residência, pedestres e transporte. Aqui, “se realizou um dos mais fundamentais objetivos urbanísticos da arquitetura moderna, que é redefinir a função urbana do trânsito, eliminando o que é denominado rua-corredor, a rua delimitada por fachadas contínuas de prédios” (Holston, 1993, p. 110).

Como ressalta Holston (1993), ao criticar as cidades e a sociedade criada pelo capitalismo, a arquitetura moderna considera a eliminação da rua um pré-requisito para a organização urbana moderna. Logo, a arquitetura dita moderna ataca a rua porque esta é constituída de uma organização arquitetônica dos âmbitos privado e público da vida social que o modernismo busca superar, pois, no gênero de cidade que o modernismo condena, a rua é ao mesmo tempo um tipo específico de lugar e um âmbito da vida pública. Quando se examina sua estrutura na cidade pré-industrial e sua eliminação na cidade tal como concebida pela arquitetura moderna, percebe-se de que modo a rua corporifica o discurso entre o público e o privado.

Consequentemente, o modernismo rompe a forma decisiva com o sistema tradicional de significação arquitetônica, dado que, enquanto a cidade pré-industrial barroca ordenava os valores do público e do privado justapondo convenções arquitetônicas de repetição e de exceção, a cidade modernista é concebida como a antítese tanto desse modo de representação quanto da ordem política que esta busca representar. A alternativa modernista em Brasília é o setor comercial local, que foi destinado a oferecer os mesmos serviços comerciais das ruas e das praças, onde as funções de comércio e residência estão misturadas (Holston, 1993), porém, esses serviços acompanham uma política de espacialidade que retroalimentam as segregações urbanas, como observa Lemos (2022):

“A arquitetura moderna se pretendia, antes e depois da Segunda Guerra, como um estilo “internacional”. [...] É com foco nessa internacionalização da arquitetura moderna que procuramos entender a segregação racial como movimento global. Segregação que é sempre acompanhada de uma política de espacialidade colonial que, por sua vez, alimenta o capitalismo através do fluxo dos considerados sub-humanos entre o centro e as regiões periurbanas. Quando olhamos para estes habitantes periurbanos, percebemos que a construção simbólica do estatuto da diferença, através da história colonial previamente dada, realimenta a realidade contemporânea das segregações urbanas (Lemos, 2022, p. 127)”.

Nesse sentido, o urbanismo pré-industrial no Brasil se cristalizou em um padrão válido para todo o país no período final do século XVIII e início do XIX. Ao longo desse período, as

grandes cidades brasileiras surgiram como importantes centros de influência na vida social e no comportamento, estabelecendo padrões de forma urbanística e de sociedade urbana. Portanto, a industrialização caracterizou um padrão básico de vida social e de organização do espaço em várias cidades brasileiras. No contraste entre o urbanismo pré-industrial e o modernista, a cidade de Brasília foi planejada com o objetivo de transformar, arquitetônica e socialmente, um modo de vida urbano que foi cristalizado nas cidades pré-industriais. Desse modo, o modernismo europeu investiu contra a cidade do século XIX em larga medida porque suas bases físicas pré-industriais, dominadas pela ordem implacável da propriedade privada, não se coadunaram com as exigências e os resultados da industrialização (Holston, 1993).

Figura 5 – Construção.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Lemos (2022) destaca Brasília como a concretização da ideia do Brasil moderno luso-tropical, dado o seu contexto segregacionista, legando sequência às críticas feitas à ideia de democracia racial e ao luso-tropicalismo. Para o autor, o movimento “modernizador” da cidade não se restringiu apenas aos grandes edifícios, monumentos de concreto e ao planejamento

regional e urbano, como evidenciado por Holston, mas também ao estilo racionalizado de habitação popular de baixo custo para os trabalhadores que edificaram a capital,

“Em Brasília, a arquitetura moderna de expressão brutalista tem no concreto sua matriz; uma força que condensa e calcifica corpos, sobretudo, os corpos forjados na modernidade como inferiores sob o estigma da raça. [...] Os prédios de Brasília são grandes modelos do modernismo. Desenhados por Oscar Niemeyer, carregam quase sempre os cinco pontos de Le Corbusier: plantas livres, fachadas livres, pilotis, janelas em fita, terraços-jardins. Os edifícios atestam a ampla utilização do espaço, a livre circulação dos pedestres e belas vistas para o ambiente fora dos edifícios. Sem excesso de ornamento interno e externo, a estética moderna garante que nenhum vestígio do passado desponte nas obras. Brasília teria sido erigida de um “deserto de não-vida” e “sem qualquer história”, projetada para criar espaços do novo homem brasileiro do século XX, síntese do melhor de todas as raças, conforme os anseios de Gilberto Freyre (Lemos, 2022, p. 43)”.

Assim, o bojo da cidade guarda as tão antigas e costumeiras dinâmicas de desigualdades sociais e raciais brasileiras, que são “ofuscadas pelas segregações urbanas, pelas míticas imagéticas e representações sociais criadas sobre Brasília” (Silva, 2020, p. 48). Ao decompor o concreto armado das vigas, pilotis e paredes da arquitetura modernista¹⁷, encontra-se o corpo coberto por calcário: pessoas negras, povos indígenas e candangos concretados na formação das vigas. “Em Brasília, o candango fixado como operário “mulato” na historiografia e no discurso dos idealizadores da cidade teve sua imagem reinventada e (re)visitada para mobilização de uma identidade comum ao moderno brasileiro, sendo a base do projeto de Brasil moderno” (Lemos, 2022, p. 58).

Assim, com intensa racionalização cartesiana modernista, que mais inflexivelmente “subordina os moradores à sua própria lógica” (Freitag, 2006) e com a morte da rua pela arquitetura moderna, em Brasília, o fluxo e a movimentação de pessoas nas ruas é evidente na Rodoviária do Plano Piloto, onde se observa um grande número de pessoas negras no vaivém do cotidiano durante os dias da semana – e aos fins de semana, se torna um deserto na imensidão do concreto.

A massiva presença negra e indígena no Brasil central rompe a ideia de uma região sem história antes de Brasília, redefinindo a ideia do “espaço vazio” difundida no discurso colonial

¹⁷ “No planejamento das cidades modernas, cimento e concreto são elementos fundamentais. Esses elementos evocam um dilema a respeito do estado da matéria (do líquido para o sólido) à matéria do Estado (da vida para o lucro com a morte). Percebendo o concreto armado como o material que dita as formas urbanas dessas cidades, relembramos que Milton Santos já havia salientado a importância das formas como ferramenta do capital” (Lemos, 2022, p. 56).

moderno durante a construção da nova capital do país¹⁸. “Os espaços vazios são constituintes da cidade moderna” (Lemos, 2022, p. 33). E dessa forma, “o candango que constrói a cidade moderna, junto com sua inventividade em lidar com a contingência, é o mesmo que constrói as favelas onde mora nas margens da mesma cidade moderna. Nele, o “atraso” coexiste com o “moderno” formando algo outro” (Jacques; Junior, 2017, p. 485), na dualidade do vazio e do concreto.

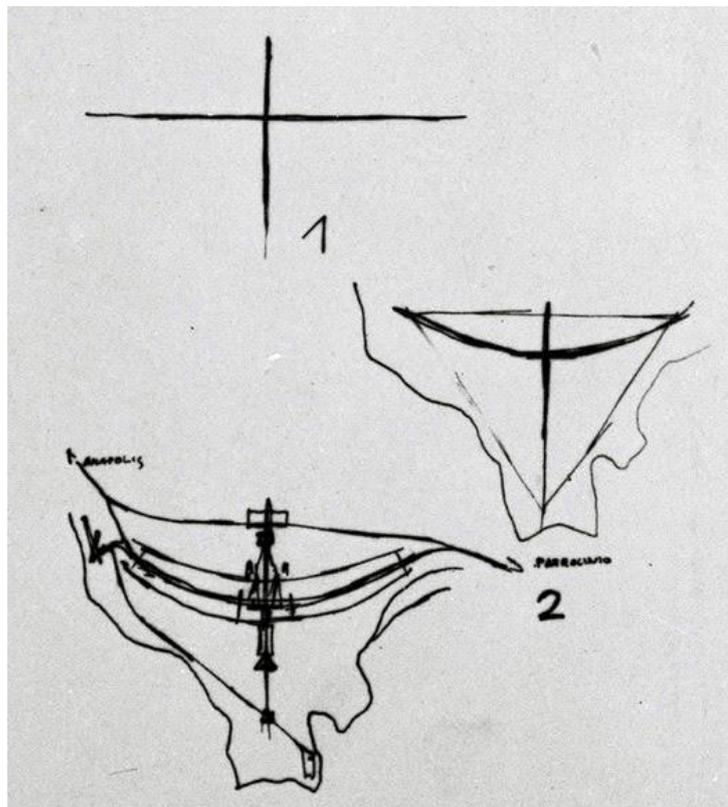
2.4 Rua: dispositivo por excelência da cidade e seu lugar de permanência no vazio solene entre os espaços

Em Brasília, pode-se observar uma das maiores segregações espaciais no ambiente urbano. Ora, o reduto dos distantes concretos arquitetônicos e dos amplos espaços vazios, onde a solidão se reflete não mais na proximidade da multidão que – para os que para cá vieram – outrora ocupava as avenidas; mas sim, nas experiências morfológicas das superquadras. E dado que aqui não existe espaço para multidões entre as ruas, o vazio é ocupado na imensidão modernista entre o espaço da cidade, onde os estímulos sensoriais e a experiência do caminhar na rua são mais fortes com a natureza do que com as pessoas. Brasília é o lugar do vazio nas ruas e dos vazios monumentais. Lugar do distanciamento não apenas físico, mas também emocional entre as pessoas.

E como afirma Milton Santos (1965), “Brasília é um fenômeno que se antecipa ao futuro do país. Diante do sentimento do inacabado, dado pela imensidão dos espaços vazios, os candangos têm razão para indagar a si mesmos se não estará a cidade à procura de uma alma (*Ibidem*, p. 68).

¹⁸ “A ideia da transferência da capital para o interior “vazio” não nasceu no século XX, ela é a sequência de demandas e camadas coloniais. Surge primeiro do século XVIII com a reforma administrativa pombalina. Depois, no início do século XIX, com José Bonifácio e Varnhagen sugerindo a transferência dentro da proposta de reformulação do que viria a ser a jovem nação. Passa pela materialização legal com a proclamação da república e o delinear, na constituição de 1891, do perímetro onde seria erguida a capital” (Lemos, 2022, p. 189).

Figura 6 - Traços que formam a base do Plano Piloto de Brasília.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

“Brasília nasceu de um gesto primário. Dois eixos cruzando. Ou seja: o próprio sinal da cruz. Como quem pode benção ou perdão” (Behr, 2014). Dessa maneira, esse “traçado purista do plano-piloto em forma de cruz pode ser visto como o exato avesso da complexidade formal da cidade autoconstruída, das favelas brasileiras, ou da própria periferia mais pobre de Brasília, no entorno do Plano Piloto” (Jacques; Junior, 2017, p. 485). Assim, “vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realidade efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual” (Santos, 1965, p. 55).

2.5 Eixos que se cruzam na dualidade do concreto

No deslocamento cotidiano por Brasília, podemos observar ao longo da semana uma grande circulação de pessoas entre comércios e superquadras – em sua grande maioria brancas –; já entre ruas, avenidas e paradas de ônibus a composição de quem frequenta esses espaços é outra – em sua maioria negras.

Outro ponto da cidade em que há uma grande circulação de pessoas negras é na rodoviária do Plano Piloto, que movimenta um grande número de feirantes e vendedores ambulantes. Ao final do dia, quando chega a hora do fim de expediente, o caos da multidão se instala na rodoviária, observa-se filas gigantescas, ônibus superlotados e o estresse do cotidiano: as pessoas estão voltando pra casa, ou, para as cidades-dormitório, como também são conhecidas as Regiões Administrativas periféricas do Distrito Federal.

Aos finais de semana a cidade parece outra. Suas principais ruas e avenidas fora do Eixo central são tomadas por um grande vazio. Nos dias de domingo, o vazio da rua adquire um caráter ainda mais fantasmagórico: é pouca, ou nenhuma, a circulação de pessoas nas principais vias comerciais. O domingo é um dia dedicado ao descanso e ao lazer para boa parte da população. Em Brasília, aos domingos e feriados, o trânsito de veículos no Eixo Rodoviário – um dos eixos que cruza o Planalto Central – é interrompido entre às 6h e às 18h, para dar lugar ao tradicional Eixão do Lazer, um dos planos de ocupação da cidade, para que assim, as pessoas possam se dedicar às práticas de lazer e atividades físicas ao longo do dia.

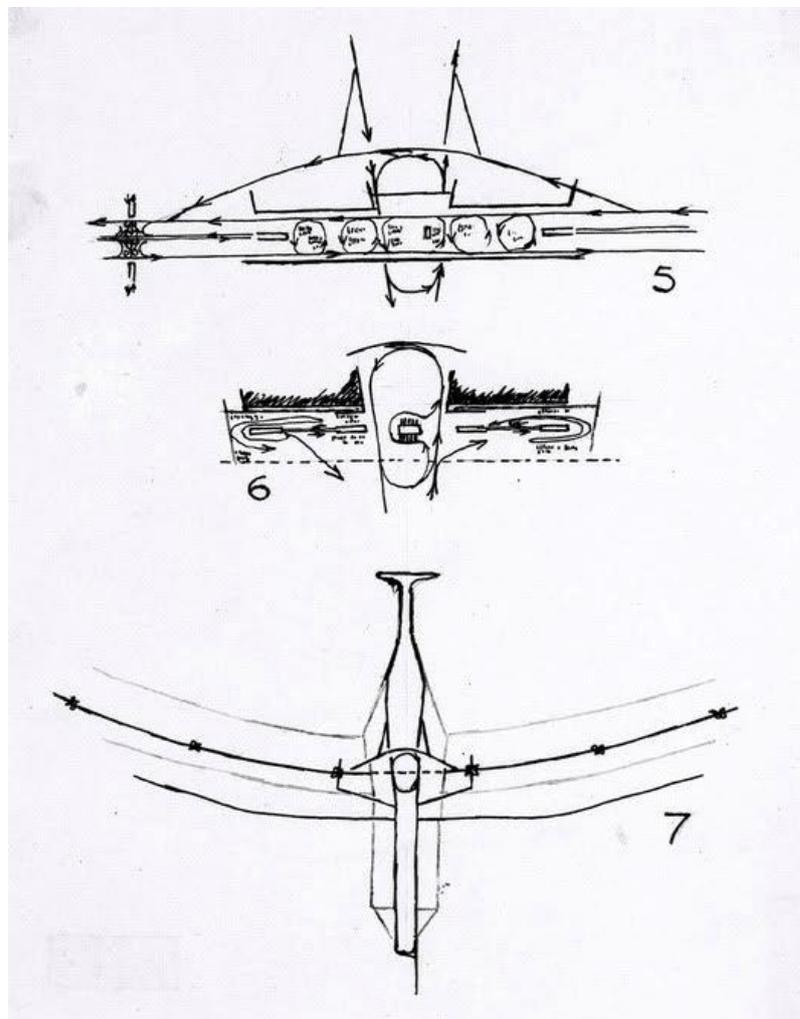
Neste dia, do Eixo Norte ao Sul – ou do Sul ao Norte, para quem sai da maior parte das regiões administrativas, onde os canais de acesso à cidade se dão pelas vias EPTG e EPNB¹⁹ – percebe-se uma grande circulação de pessoas, em sua maioria brancas e que residem no Plano Piloto. Vê-se uma ou outra pessoa negra se dedicando ao lazer entre o vai-e-vem do Eixo Monumental. Parte significativa das pessoas negras que frequentam o Eixão do Lazer durante o domingo estão em posições de feirantes e vendedores ambulantes. É evidente que a maior parte de pessoas negras observadas durante o domingo ocupam o imaginário de “estereotipação dos papéis e lugares do negro” (Hasenbalg, 1988, p. 184) que definem “o entendimento sobre o lugar dos negros na sociedade brasileira” (Figueiredo, 2012, p. 154).

Por outro lado, há espaços públicos como Parque da Cidade, Ponte Juscelino Kubitschek, Deck Sul, Deck Norte, Ermida Dom Bosco e Pontão do Lago Sul, que podem ser definidos como espaços de encontros da Brasília segregada, espaços esses frequentados por aqueles que têm direito à cidade, uma vez que há uma redução da oferta de transportes públicos e o acesso a esses espaços é dificultado para quem não possui transporte particular. Dessa forma, domingo é o dia mais branco da cidade.

¹⁹ Estrada Parque Núcleo Bandeirante e Estrada Parque Taguatinga.

Logo, os enclaves fortificados determinam suas distâncias sociais segregacionistas como bolhas muradas simbolicamente, fragmentando assim o espaço urbano em descontinuidades seletivas (Caldeira, 1997) que se concebem “como espaços urbanos privatizados e fechados, atraindo um crescente público de classes médias e altas que, em muitos casos, passam a ver nos ambientes públicos, representações do caos urbano, das interações humanas conflituosas, violentas e heterogêneas” (Silva, 2020, p. 58), simbolizadas por representações de papéis e lugares sociais demarcados nas dinâmicas do cotidiano.

Figura 7 - Plano que mostra como funcionaria o Eixo Rodoviário, que corta a Asa Sul e a Asa Norte.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Na literatura sobre relações raciais no Brasil, o termo “lugar nos remete a uma dimensão muito crucial das desigualdades raciais” (Lima, 2022, p. 10). Hasenbalg (1988) a descreve

como uma dimensão do inconsciente, na qual o negro é representado ora como trabalhador não qualificado, “ora como aquele que ascendeu pelos canais de mobilidade considerados legítimos para o negro” (*Ibidem*, p. 184). A respeito dessa estereotipia, o autor afirma:

Este último grupo está constituído por pessoas ligadas a atividades de diversão tais como jogadores de futebol, artistas, cantores e compositores de música popular. A tipificação cultural do negro nos polos de trabalhador desqualificado e *entertainer* remete, por sua vez, a outro elemento em comum, condensado em atributos do corpo: vigor e resistência física, ritmo e sexualidade. Ao negar outras características, a estereotipia nega o negro que não encaixa nesses dois polos: o operário qualificado, o empregado de escritório, o bancário, o universitário etc. (Hasenbalg, 1988, p. 184).

Sendo assim, “a raça é mantida como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros do grupo racial subordinados àquilo que o código racial das sociedades define como “seus lugares apropriados” (Hasenbalg, 1979, p. 83). Lima (2022) afirma que assim como Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg analisa a ideia de lugar:

Como resultante de práticas discriminatórias impostas à população negra que atuam com o intuito de regular suas aspirações através da construção dos “lugares apropriados”. Ao analisar o negro na publicidade, o autor destaca como esse segmento reproduz estereótipos, contribuindo para a construção desses lugares que em geral confinam o negro em posições subordinadas ou de entretenimento” (Lima, 2022, P. 11).

Dessa forma, a premissa de “saber o seu lugar” é uma expressão de naturalização das posições sociais, uma hierarquia presumida que aloca indivíduos segundo os marcadores sociais de raça, classe, gênero e território” (Lima, 2022, p. 10). Contudo, há ainda:

Outros sentidos importantes atribuídos à ideia de lugar, presentes em especial na obra de Lélia Gonzalez, cujo pensamento é marcado por duas chaves analíticas: chamar atenção para as desigualdades e hierarquias sociais, mas também para as formas de luta e resistência. A importância de um pensamento feminista afro-latino-americano que evidencia uma reflexão de e sobre mulheres negras dá sentido à ideia de lugar enquanto uma posição da qual se fala (Lima, 2022, p. 10-11).

Para Gonzalez (2020), “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, que tem no racismo o seu sintoma por excelência (*Ibidem*, p. 76). Dessa forma, Santos (2016) evidencia que o “lugar do negro” na história brasileira perpassa o caminho de sua vinculação com o mundo do trabalho e com a sua resistência à opressão, da qual vez ou outra conseguia escapar, a partir do processo de

mobilidade. Assim, “A história do negro no Brasil, ao longo de todo o século XX está cheia de referências ligadas à posição de trabalhador assalariado, ou mesmo escravo, após a Abolição” (*Ibidem*, p. 71).

2.6 A cidade para voar (ou ascender socialmente)

Sabe-se que a terceira capital do Brasil foi projetada sob um ideal de modernidade de integração e harmonia entre todas as classes sociais. Nos anos seguintes à sua construção, a cidade-avião – alguns dizem que é borboleta – rondava o imaginário da população brasileira enquanto sinônimo de melhoria de vida e ascensão social. Era a cidade perfeita para subir de vida, a cidade para voar – ou ascender socialmente.

Em parte, isso é verdade, uma vez que aqui se estabeleceu a cultura do funcionalismo público, que é um dos mais importantes canais de mobilidade e ascensão social, como conseguimos observar no capítulo anterior. No entanto, para a maior parte da população que reside aqui, a realidade é outra: a cidade é marcada por um enorme abismo de desigualdade social. É neste lugar do desencontro, da segregação, e do vazio solene entre os espaços das ruas e da imensidão do concreto que a classe média negra emerge no planalto central.

Como vimos no capítulo anterior, a educação é um fator importante no processo de ascensão social (Hasenbalg, 1979, 1988; Lima, 1995; Pastore & Silva, 2000; Santos, 2005; Ribeiro, 2006; Figueiredo, 2012), “no entanto, o retorno do investimento em educação tem se mostrado altamente discriminatório” (Lima, 1995, p. 148). Na tabela a seguir, elaborada a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC, do ano de 2019, podemos observar a renda média da população do Distrito Federal de acordo com os critérios de cor/raça.

Tabela 1 - Distribuição percentual da população de acordo com critérios de cor/raça e renda média no ano de 2019.

Distrito Federal		
Cor/Raça	Percentual na população	Renda Média
Branca	40,03	5.133,05
Preta	10,63	2.818,92
Parda	48,3	3.269,68
Amarela	0,64	5.385,80
Indígena	0,4	2.806,38
Ignorado	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – IBGE.

Observações: os dados foram produzidos levando em consideração a primeira visita de 2019.

No que se refere ao rendimento média da população desagregado por grupos raciais, observa-se que brancos possuem uma renda média de R\$5.133, enquanto pardos recebem R\$3.269 e pretos R\$2.818.

Tabela 2 - Distribuição percentual de renda da população de acordo com critérios de cor/raça no ano de 2019.

Distrito Federal	
Branco	R\$ 5.133
Pardos	R\$ 3.269
Pretos	R\$ 2.818
Desigualdade pardos/brancos (em %)	-36,3
Desigualdade pretos/brancos (em %)	-45,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – IBGE.

Ao analisar o ônus da negritude em detrimento do bônus da branquitude, a desigualdade salarial entre os grupos raciais se torna evidente. Pardos recebem em média 36,3% a menos do que os brancos. Entre os pretos esse número é ainda pior, totalizando 45,1% quando comparado aos brancos. Essa desigualdade salarial é ainda mais acentuada quando observamos os dados referentes à população com nível superior completo no Distrito Federal.

A tabela a seguir mostra os dados sobre a renda média da população com nível superior completo no Distrito Federal, onde pode-se observar uma diferença de rendimento entre negros e brancos. Dessa forma, é possível perceber que apesar do mesmo nível educacional, a diferença de rendimento entre esses grupos raciais é marcante (Lima, 1995; Figueiredo, 2012).

Tabela 3 - Distribuição percentual da população de acordo com critérios de cor/raça e renda média com ensino superior completo no ano de 2019.

Distrito Federal		
Cor/Raça	Percentual na população	Renda Média
Branca	52,94	7.983,86
Preta	7,74	5.880,38
Parda	38,02	6.691,76
Amarela	1,01	8.291,84
Indígena	0,29	4.438,17
Ignorado	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – IBGE.

Observação: Renda média calculada com base no Rendimento mensal habitual do trabalho principal para pessoas de 14 anos ou mais de idade e a renda foi deflacionada levando em consideração o ano de 2019.

Os dados apontam que 52% da população branca no Distrito Federal possui nível superior completo. Em relação às pessoas pardas, esse número é de 38%. Quanto às pessoas pretas, o número chega a apenas 7%. Se agregarmos as categorias pretos e pardos, o número de pessoas negras com nível superior completo no Distrito Federal é de 45%. No que tange à renda média, brancos recebem cerca de R\$7.983, seguido pelos pardos que recebem R\$6.691 e os pretos, R\$5.880. Logo, igualdade educacional não significa iguais oportunidades de renda (Rocha, 2019).

Percebe-se que a diferença salarial entre brancos e pardos é de aproximadamente R\$1.292, que corresponde a 17%. Entre brancos e pretos esse número é ainda mais desigual, totalizando R\$2.103, que corresponde a 26% da renda média. E entre pardos e pretos é de aproximadamente R\$811, correspondendo a 13%. Dessa forma, percebe-se como se comportam as desigualdades salariais entre brancos e negros que possuem a mesma escolaridade.

Tendo em vista que a porcentagem de amarelos e indígenas que compõem a população do Distrito Federal é bastante reduzida a níveis de comparação com negros e brancos, decidiu-se focar na análise entre esses dois últimos grupos. Mas não se pode deixar de observar que o grupo de amarelos possuem a maior renda média, enquanto indígenas possuem o menor salário em relação a todos os outros grupos. Como mostram os dados divulgados pela Codeplan em 2019, no Distrito Federal negros recebem em média 39,4% menos do que os não-negros. E 63,9% dessas pessoas negras moram nas regiões administrativas, com renda média domiciliar de até R\$3.101.²⁰

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a desigualdade salarial pode ser observada tanto em estados que apresentam menores rendimentos, como em estados com rendimentos elevados, como o Distrito Federal, onde o percentual da diferença de salário médio, apesar de ser menor do que a nacional, ainda é alto.

A pesquisa constatou que o rendimento médio mensal da população branca é superior ao da população negra. No Distrito Federal, a diferença de rendimento das pessoas negras e não negras pode ser observado tanto nas ocupações formais, quanto nas informais. Apesar dessa desigualdade se encontrar presente independentemente do nível de instrução das pessoas, ela pode ser notada de maneira mais acentuada no grupo de pessoas que tem ensino superior completo.²¹ Essas questões são extremamente importantes para analisar as dinâmicas raciais presentes no mercado de trabalho do Distrito Federal.

Na tabela a seguir, elaborada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, é possível notar o rendimento médio da população do DF entre os setores público e privado.²²

²⁰ <http://www.codeplan.df.gov.br/639-da-populacao-negra-do-df-mora-em-ras-de-media-baixa-e-baixa-renda/>

²¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/11/13/interna-brasil.806070/rendimento-mensal-de-brancos-e-73-9-maior-do-que-o-de-negros.shtml>.

²² Disponível em: <https://infodf.ipe.df.gov.br/anuario-estatistico/>. Aba: trabalho e rendimento.

Tabela 4 - Rendimento médio dos assalariados no setor público e privado do DF.

Rendimento médio real dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteiras de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador - Distrito Federal - 2018 - 2020.						
RENDIMENTO MÉDIO REAL ⁽¹⁾		2018	2019	2020	2019/2018	
					Variações anuais (%)	
Total Assalariados ⁽¹⁾		3.816	3.842		0,7	
Assalariado no setor privado	Total ⁽²⁾	2.057	2.081		1,2	
	Setor de atividade econômica	Indústria de transformação ⁽³⁾	(7)	(7)		0,0
		Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas ⁽⁴⁾	1.668	1.696		1,7
		Serviços ⁽⁵⁾	2.174	2.195		1,0
	Carteira de trabalho	Assinada	2.121	2.158		1,7
		Não-assinada	1.656	1.570		-5,2
Assalariados do setor público ⁽⁶⁾		8.318	8.357		0,5	

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDEF

No que diz respeito ao setor público, no ano de 2019 a média de renda da população no serviço público era de R\$8.357. Infelizmente, não foi possível obter os dados de renda média desagregados a partir das categorias de raça/cor a partir de categorias ocupacionais.

2.7 O lugar do negro na cidade-avião

Sabe-se que o Distrito Federal, mais especificamente o Plano Piloto, oferece ótimas condições para uma análise relevante sobre processos de mobilidade e ascensão social, uma vez que esta é a cidade do serviço público. Além de se constituir enquanto um centro de dominância política e econômica no cenário nacional. Quanto à sua formação histórica, vale lembrar que a cidade foi construída para abrigar os funcionários públicos que se deslocaram para a nova capital, como foi possível observar anteriormente.

No início deste capítulo, foi abordado o fenômeno da migração para Brasília durante a construção da cidade enquanto um mecanismo adotado pelas pessoas na busca por emprego na nova capital. Foi possível observar que esse fato se configurou enquanto um importante movimento de fluxos migratórios de pessoas negras em busca de melhores condições de vida e trabalho, principalmente para as pessoas que vieram das regiões Norte e Nordeste.

Figueiredo e Furtado (2014) ressaltam que atualmente o concurso público é o principal mecanismo de mobilidade para as pessoas negras. Assim, para Figueiredo (2015):

De acordo com os dados apresentados por Hasenbalg – e também em minhas pesquisas – mostramos que o emprego público tem sido o principal canal de mobilidade social para os não-brancos; é certo que o critério de acesso ao emprego público, através de concurso, minimiza os efeitos do racismo na contratação da mão de obra. Nesse sentido, podemos inferir que, em tempos de privatização, os não brancos são mais afetados em suas trajetórias de mobilidade (Figueiredo, 2015, p. 12).

Em sua pesquisa de doutorado, ao analisar os dados da PNAD de 1998, Figueiredo (2012, 2015) constatou que

Apenas 30% da classe média era composta por pessoas negras. Concluiu-se, na ocasião, que a classe média negra era incipiente, formada por membros da primeira geração de classe média e que se concentrava no setor público do mercado de trabalho. Hasenbalg insistia na importância de realizar pesquisas no setor público visando melhor compreender o mecanismo de promoção interna e observar se o racismo minimizado através dos concursos reaparecia nas promoções e mobilidade nas carreiras do serviço público” (Figueiredo, 2015, p. 12).

Logo, é possível afirmar que o Estado é o espaço mais permeável à ascensão social de pessoas negras, seja na ocupação de posições médias ou posições de elite (Azevedo, 1955; Rocha 2019). Ao analisar as disparidades raciais na associação entre riqueza e poder, Rocha (2019) evidencia que o ingresso em profissões burocráticas é um dos caminhos mais abertos às pessoas negras. O autor observa que nestas, a disparidade de renda é mais moderada, uma vez que a entrada é feita a partir da

Seleção impessoal por meio de concursos públicos quando se trata do Estado. [...] com isso, a permeabilidade ao negro aumenta, embora, no caso do setor privado, em contraste com a via dos concursos públicos, práticas de discriminação racial direta tenham ainda espaço aberto nos processos de seleção. No setor privado, a não interferência da discriminação depende das disposições e da vigilância dos responsáveis pela seleção e pelo recrutamento, diferentemente do que acontece com a maior parte dos concursos públicos, que são “cegos à cor”, a não ser nos casos em que entrevistas compõem o processo de seleção. No setor privado, entrevistas de emprego constituem um procedimento padrão e não são, de maneira alguma, “cegas à cor” (Rocha, p. 179).

No próximo capítulo, serão discutidos os aspectos relativos à escolarização, trajetórias profissionais, percepções sobre condição racial e de gênero, hábitos de consumo, lazer e sociabilidade das pessoas entrevistadas, para que assim, seja possível refletir sobre suas trajetórias nos processos de mobilidade e ascensão social no Distrito Federal.

Interlúdio

Breves notas sobre a emocionalidade

A história da ascensão social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história da construção de sua emocionalidade, essa maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar de forma dinâmica com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral de injunções da história da formação social em que ele se inscreve.

Neusa Santos Souza

Como evidenciado na introdução deste trabalho, foram realizadas 8 entrevistas com pessoas que se autodeclararam negras; 4 (quatro) homens e 4 (quatro) mulheres. A critério de classificação racial, apenas duas pessoas se autodeclararam pardas: os homens mais jovens. As entrevistas duraram em torno de 35min. a 2h e 45min. É importante pontuar ainda que aquelas que duraram menos de uma hora foram realizadas com os homens, enquanto aquelas realizadas com as mulheres ultrapassaram uma hora de duração. Assim, no grupo de homens, a entrevista de maior duração chegou a 55min., e a menor, 36min. Com as mulheres esse fenômeno foi diferente, a menor entrevista durou 1h e 2min. e a maior durou 2h e 43min.

Dessa forma, acredita-se que é importante pontuar esse fato, pois essa é uma questão que se mostrou de muita importância durante todo o processo da pesquisa, uma vez que com os homens, o desenrolar da argumentação em torno de suas próprias trajetórias sempre foi mais direto e ao ponto. Com as mulheres, o desenvolvimento tomou caminhos muito diferentes, sobretudo no que diz respeito às demonstrações da emocionalidade.

Não que durante as entrevistas com os homens a emocionalidade não tenha sido presente; ela se colocou justamente aí: na argumentação direta e objetiva, se distanciando de questões que pudessem evocar a demonstração de afetos negativos que demonstrassem sensibilidade, como raiva e tristeza. Ou até a evocação de memórias guardadas que não deveriam ser recordadas, evidenciando aspectos que constituem as masculinidades desses sujeitos.

Sobre demonstrações da emocionalidade, acredito que é importante deixar registrado que durante a realização das entrevistas com o grupo de mulheres negras, não houve uma em que o relato das entrevistadas não tivesse atingido um momento de sensibilidade tão grande que

as barreiras da neutralidade não fossem extrapoladas, onde ambos, entrevistador e entrevistada, se perceberam tomados pelas lágrimas.

Esses atravessamentos mobilizaram o meu fazer sociológico para outras dimensões, onde não foi mais possível separar vida pessoal e trabalho. As fronteiras da pesquisa foram ultrapassadas e eu me vi completamente afetado (Favret-Saada, 2005). E entre essa evocação de estados emocionais, os afetos, positivos e negativos, se impuseram. Entre sorrisos, vinha também dor, raiva, tristeza e esperança no relato das mulheres entrevistadas. Assim, pude observar o olhar que se cruzava, se distanciava e que em seguida se refletia quando os olhos se enchiam d'água. Por vezes, o sorriso tomou o lugar do choro, e o choro do sorriso.

3 Aqueles que ousaram sair do lugar²³: classe média negra no Distrito Federal

Neste capítulo, serão abordadas questões referentes à mobilidade e ascensão social de pessoas negras pertencentes à classe média no Distrito Federal. Dessa forma, as reflexões a seguir partem das entrevistas realizadas com pessoas negras que ocupam cargos diversos no serviço público de Brasília. As entrevistas tiveram como objetivo compreender como as pessoas negras pertencentes à classe média avaliam seus projetos individuais e trajetórias pessoais no processo de ascensão social, para que dessa forma, fosse possível analisar de que maneira a posição de classe média é vivenciada por essas pessoas. Assim, realizou-se entrevistas com servidores públicos autodeclarados pretos ou pardos. Por meio destas, foi possível explorar questões relativas à família de origem, escolaridade, experiência de mobilidade, ascensão social, condição racial e de gênero e hábitos de consumo, lazer e sociabilidade destas pessoas.

Perfil dos sujeitos da pesquisa

Buscou-se obter informações que permitissem compreender as trajetórias e os processos de ascensão social dos interlocutores. As entrevistas tiveram como objetivo analisar como essas pessoas interpretam suas próprias experiências de mobilidade e ascensão social. Os informantes da pesquisa foram oito pessoas negras que residem nas regiões que constituem o “anel central” do Distrito Federal e podem ser brevemente descritos da seguinte maneira:

Bruno

Tem 60 anos, mora na Asa Norte, é casado, tem duas filhas e não tem religião. Possui graduação em Biologia, mestrado e doutorado. Fala inglês e espanhol. É servidor público (professor universitário). Se autodeclara como preto. E é originário de Brasília. Bruno é de origem pobre, seu pai era contador, mas acabou abandonando a família. Sua mãe, ao chegar em Brasília, se tornou auxiliar de laboratório, fato que acabou melhorando um pouco a condição da família.

²³ O título faz uma referência ao trabalho “Classe média negra: trajetórias e perfis”, de Angela Figueiredo (2012).

Davi

Tem 52 anos, mora na Asa Sul, é casado, tem dois filhos e é espírita praticante. Possui formação na escola do Exército, onde se formou em Engenharia de Telecomunicações no Instituto Militar de Engenharia – IME. Fala inglês. É ex-militar do exército e servidor público da Câmara dos Deputados. Se autodeclara como preto. É originário do Rio de Janeiro e veio para Brasília transferido do Exército. Davi cresceu em uma família de classe média no Rio de Janeiro. Sua mãe era costureira e seu pai oficial da Marinha mercante. O entrevistado relata que os seus pais vieram de uma origem pobre, a ascensão da família se deu por conta do ingresso do pai na escola da Marinha, quando ainda era adolescente.

Deise

Tem 54 anos, mora no Lago Norte, é casada, tem uma filha e é espírita. Possui graduação em Economia Doméstica e Licenciatura em Ciências Sociais, mestrado em Extensão Rural e é Doutoranda em Direitos Humanos. Fala inglês e francês. É servidora pública do Instituto Federal de Brasília. Se autodeclara como preta. É originária de Macapá e veio para Brasília prestar concurso público. Deise cresceu em uma família de classe média em Macapá, afirma que seu pai era funcionário público e sua mãe dona de casa.

Guilherme

Tem 29 anos, mora no Sudoeste, é solteiro e não tem religião. Possui graduação em Engenharia Elétrica e pós-graduação (*lato sensu*). Fala inglês, espanhol, francês, alemão e italiano. É servidor público da Câmara dos Deputados. Se autodeclara como pardo. É originário de Brasília. Guilherme relata que cresceu em uma família de classe média alta em Brasília. Seus pais eram funcionários públicos da Caixa Econômica Federal. O entrevistado relata que seus pais possuem origem pobre e ascenderam a partir do concurso público.

Kátia

Tem 39 anos, mora na Asa Sul, é solteira, sem filhos e não tem religião. Possui graduação em Letras, Serviço Social, licenciatura em Ciências Sociais e duas especializações *latu sensu*. Fala inglês e espanhol. É servidora pública do Ministério da Cidadania e da Secretária Educação do Distrito Federal. Se autodeclara como preta. É originária de Brasília. Kátia relata que sua família veio do Maranhão no final da década de 50, em busca de emprego na construção de Brasília. Seus pais cresceram na cidade e ascenderam a partir do ensino superior. No entanto, após o falecimento da mãe, a família enfrentou algumas dificuldades financeiras.

Maria

Tem 65 anos, mora no Sudoeste, é viúva, teve dois filhos e não tem religião. Possui graduação em Ciência da Computação e Mestrado na mesma área. Fala inglês. É funcionária pública aposentada da Caixa Econômica Federal. Se autodeclara como preta. É originária de Minas Gerais e veio para Brasília por conta do concurso público. Relata que possui origem pobre, sua mãe era costureira e seu pai industrial. A entrevistada afirma que ele também foi um famoso jogador de futebol, mas teve a carreira interrompida por conta de um acidente.

Roberto

Tem 29 anos, mora na Asa Sul, é casado, sem filhos e é católico. Possui graduação em Direito e especialização (*lato sensu*). Fala inglês. É servidor público da Procuradoria Geral da União. Se autodeclara como pardo. É originário de Brasília. Roberto cresceu em uma família de classe média em Brasília e relata que seus avós vieram durante a construção da capital e se tornaram servidores públicos.

Valéria

Tem 34 anos, mora na Asa Norte, é casada, tem um filho e não tem religião. Possui graduação em Ciência Política, mestrado e doutorado. Fala inglês e espanhol. É servidora pública do Conselho Nacional de Justiça. Se autodeclara como preta. É originária de Minas Gerais e veio para Brasília fazer o curso de graduação. Valéria relata que cresceu em uma família de classe média em Minas Gerais, sua mãe é advogada e seu pai enfermeiro.

Percebe-se que do grupo dos homens, Bruno é o único que possui uma alta qualificação educacional, visto que é também o único professor universitário, condição que exige um alto grau de especialização. Guilherme e Roberto possuem especialização (*latu sensu*) e Davi somente o ensino superior. Em relação às mulheres, podemos perceber a ênfase dada na educação: Deise e Valéria são doutorandas, Maria tem mestrado e Kátia possui 3 graduações e 2 especializações.

3.1 Origem social e familiar – lugar de negro, negro fora do lugar

O grupo de pessoas entrevistadas se divide em duas categorias, no que diz respeito ao processo de ascensão social: as que são as primeiras de suas famílias a experienciar a mobilidade ascendente e as que já cresceram em um ambiente de classe média. Dessa maneira, dada a forma de constituição das sociedades ocidentais, cada indivíduo faz parte de uma família, de modo que refletir sobre o papel significa pensar a origem social, ou seja, considerar a base sobre a qual os indivíduos vão construir suas trajetórias. Sendo assim, é na família – mediadora entre o indivíduo e a sociedade – que se aprende a perceber o mundo e a se situar nele dentro de um conjunto de papéis socialmente definidos. A instituição família, principalmente a origem familiar, é um dado cuja importância é fundamental nos estudos sociológicos sobre desigualdades, representando o primeiro obstáculo a ser vencido no projeto de ascensão social (Santana, 2009).

Nas entrevistas realizadas, percebe-se que os deslocamentos espaciais se revelaram enquanto uma constante nas narrativas a respeito das trajetórias de vida e ascensão social dos entrevistados, constituindo importantes aspectos de suas trajetórias. Das pessoas entrevistadas, quatro já residiam aqui e as outras quatro relataram vir para Brasília por conta dos estudos e do concurso público. Das oito pessoas entrevistadas, apenas três relataram que seus pais ou avós vieram de um contexto rural. As outras cinco tiveram uma origem social urbana e, para parte dessas pessoas, seus pais ascenderam por meio do funcionalismo público. Em suas falas, a família aparece como um ponto de partida importante na busca por melhores condições de vida:

Minha mãe é originária do Ceará, ela já morreu. Ela veio pra Brasília para arrumar emprego, era pioneira. Meu pai veio do interior da Bahia. Na verdade, não do interior da Bahia, o pai dele que era interior da Bahia. Ele foi pra Goiás, a divisa de Goiás com Mato Grosso. E ele saiu dessa cidade e veio para Brasília também para fazer a vida, né? Trabalhar em Brasília na construção de Brasília. Eles se conheceram aqui no final

da década de 50 e se casaram. Meu pai não tem curso superior, trabalhava como contador. E minha mãe não tinha profissão quando veio para Brasília. Ela era dona de casa e depois fez um curso de auxiliar de laboratório e foi contratada no hospital como auxiliar de laboratório. Aí depois ela passou pra técnica de laboratório a longo tempo, fez supletivo, conseguiu terminar o primeiro e segundo grau, mas a formação dela é a profissão que ela teve. Ela se aposentou, foi técnica de laboratório da fundação hospital do DF. Meu pai era contador, só que ele viveu comigo, com a minha família, né – sou eu e mais dois irmãos, somo três –, por pouco tempo, então ele viveu uns 5 anos, depois abandonou a família. Então, quem cuidou da gente foi minha mãe só. Então, nós crescemos primeiro em Taguatinga, né, depois, no final da década de 60, mudamos para o Cruzeiro, alugamos lá metade de um apartamento, sublocado. Morava na metade do apartamento, não é. E depois, na década de 70, em 78, eu voltei para Taguatinga, aí em Taguatinga minha mãe conseguiu uma casa, que ela tinha ganhado na época. Como era pioneira, um pessoal dava um lote, então ela ganhou um lote lá em Taguatinga. Voltamos para esse lote em 78, aí eu estudei, em escola pública. No terceiro ano minha mãe conseguiu me colocar numa escola particular para fazer o terceiro ano do segundo grau, pra depois fazer o vestibular (Bruno).

Eu vim do Rio de Janeiro. Depois de um tempo no quartel eu resolvi mudar de vida, achei que não estava me satisfazendo mais a rotina militar. Isso eu já tinha dezessete anos, quase dezessete anos de vida militar. E chegando em Brasília, eu vim transferido para Brasília. [...] E aqui eu comecei a estudar para concurso. Os meus pais são pessoas que vieram do Nordeste, né. Maranhão. De uma origem realmente pobre. E saíram de casa muito cedo para poder ganhar a vida. Então saíram do Maranhão e foram para o Rio de Janeiro. A minha mãe teve uma trajetória de estudo fundamental somente. Trabalhou em casa de família por meio tempo e aprendeu o ofício de costureira, que se tornou a profissão dela. E o meu pai, com 14 anos saiu de casa e ele teve a sorte de ingressar, na época, numa escola do governo para pessoas carentes. Uma escola da Marinha, que recrutava crianças carentes pelos outros estados, no navio da Marinha. Então meu pai saiu de casa com 14 anos. Teve a formação dele toda nessa escola da Marinha, né. Até sair com uma profissão. Ele não saiu das Forças Armadas, mas ele saiu da Marinha com uma profissão. Ele teve uma boa formação e trabalhou na Marinha mercante. Então assim, graças a esse ingresso nessa escola da Marinha, o meu pai teve uma boa profissão no futuro, embora viesse de uma família muito pobre. E eles dois se casaram no Rio. Se encontraram e se casaram no Rio. Então é uma família urbana, classe média (Davi).

Eu nasci numa família em Macapá. De uma vó benzedeira, que a gente chama em Macapá de raizeiro. É a pessoa que faz as garrafadas, né? Então, nasci numa família que tem um remanescente de Quilombo lá perto, que é o curiaú, a família é toda da minha mãe, então eu nunca tive dificuldade com essa questão de racial, entendeu? Eu sempre entendi que eu era uma pessoa preta, desde criança. E olhando para trás, eu vejo do cuidado que a mãe tinha com a gente, né? De sempre estar bem vestido, de não andar assim... De andar sem documento, tudo que a gente vê hoje. E é um condicionamento que até hoje não consigo sair sem documento. O meu pai é funcionário público, né. Meu pai era mecânico de uma empresa, que é a companhia de água esgoto do Amapá. É mecânico e depois de um tempo ficou só como motorista, né, e a minha mãe é do lar (Deise).

Eu cresci no Sudoeste, né? Eu moro no Sudoeste, eu sempre morei no Sudoeste e na mesma casa. Durante vinte e cinco anos, mais ou menos. Minha mãe era empregada da caixa. Ela é analista de sistemas. E meu pai era bancário, também da caixa. Então eles foram a geração que ascendeu. Minha mãe ela foi a primeira geração. Não só ela, mas como meu pai também, né. Meu pai também é de uma família muito pobre. Eram onze irmãos na família dele. Então, assim, onze irmãos, naquela época, ele nasceu em 57, sempre era muito difícil colocar comida na mesa para todo mundo, né. Então, ele também ascendeu por conta da caixa. Minha mãe mais ainda, porque ela assumiu posições muito importantes dentro da caixa, né. Ela chegou à gerência. Cara assim, minha mãe, ela ascendeu pelo estudo, minha mãe veio de uma família muito pobre. E foi ela que ascendeu. Assim, ela ascendeu, teve uma ascensão muito forte, principalmente pelo ingresso na Caixa Econômica Federal, pelo concurso, né. Ela fez

o vestibular pra UFMG, depois fez escola técnica e depois ela fez o mestrado. Então, assim, para minha mãe, o estudo é um pilar chave na vida dela e ela naturalmente passou isso para mim (Guilherme).

A minha família é uma família cuja origem é do Nordeste, uma cidadezinha do interior do Nordeste, chamada Caxias do Maranhão. Minhas avós, as duas, vieram pra Brasília no final da década de 50 pra construção da cidade. Uma das minhas avós tinham o ensino fundamental, grande parte do ensino fundamental. O meu avô paterno não tinha escolaridade quando veio pra Brasília. Da parte da minha mãe eu não tenho muitas informações sobre o grau de escolaridade, mas não era alto, sabiam ler e escrever. Meus pais já moraram aqui em Brasília, estudaram aqui (Kátia).

Eu morava em Belo Horizonte. Quando eu formei, a Caixa estava começando. A Caixa não tinha profissionais de informática dentro dela, ela estava começando a área de TI aqui em Brasília. Então, coincidiu. Quando eu formei, quando eu estava pra formar, eles fizeram uma pesquisa no Brasil inteiro. Quem tem curso, quem já trabalhou, quem tem experiência, formaram um banco de dados. [...] Aí me chamaram pra cá, eu vim. [...] Eu vim sozinha, tinha vinte e poucos anos, não conhecia ninguém em Brasília. Andei de avião pela primeira vez. Minha infância foi uma infância muito tranquila, muito feliz. Eu era uma menina pobre, mas que vivia num ambiente não muito pobre. Eu morava nos fundos da casa do meu avô que era italiano, que veio para o Brasil, ele era um artista. Nós vivemos nos fundos da casa dele, tinha uma casinha, as nossa e uma outra tia. Então a gente via todo mundo ali, mas era uma rua, um bairro de colônia italiana, então era um ambiente de pessoas brancas. Meu pai era industriário, mas ele foi vendedor de enciclopédia. E teve várias profissões assim. Ele foi jogador de futebol do Atlético Mineiro. Mas machucou cedo, então ele não teve uma carreira, mas ele foi jogador do Atlético Mineiro. Na época, ele era famoso assim, mas teve a profissão interrompida muito cedo. E minha mãe era costureira (Maria).

Meus avós, meu avô, ele não tinha concluído a escola, ele não tinha nem sido fundamental, sabe? E a minha avó já tinha ensino médio. E os dois são servidores públicos. Assim, chegaram muito cedo em Brasília. Não fizeram concurso e nem nada, naquela época eles estavam no órgão, depois foram efetivados. Eu morei praticamente a minha vida toda aqui em Brasília. Meus pais são servidores públicos, os pais do meu pai também eram. Eu vou focar mais na família do meu pai. É porque a família do meu pai é majoritariamente preta e da minha mãe branca, né. Por exemplo, meus avós, meu avô, ele não tinha concluído a escola, ele não tinha nem ensino fundamental, sabe? E a minha avó já tinha ensino médio. E os dois são servidores públicos. Assim, chegaram muito cedo em Brasília. Não fizeram concurso e nem nada, naquela época eles estavam no órgão, depois foram efetivados. E eu sinto que ao longo das gerações, vai melhorando a qualidade da educação. Meus avós sempre se esforçaram também para que meu pai e minhas tias sempre colocassem a educação em primeiro lugar, apesar de eles terem que trabalhar desde criança. Meu pai trabalha desde os 13, 14 anos, minhas tias também. Mas sempre assim, não deixaram de lado a educação. Então, meus avós quase não estudaram. Minha avó estudou um pouquinho mais e conseguiu concluir a escola, o meu avô não. Por sua vez, os meus pais, meu pai e minhas tias, estudaram, mas sempre estudaram em escolas públicas. Então eles também viraram servidores públicos com o tempo, né. Todos tinham nível superior, mas exerciam cargos de nível médio. E assim, aí a minha geração, né. A minha, da minha irmã, do meu primo, né, que somos só nós 3, sempre estudamos nas escolas particulares. Por causa daquele esforço da família e tudo, né (Roberto).

Eu nasci lá em Uberaba. Em uma cidade de médio porte de Minas Gerais. Eu sou de uma família que é uma família extensa, assim, tanto do lado de pai quanto o lado de mãe. É, então cresci em uma relação muito comum, muito próxima assim com meus primos. A gente morava em um bairro mais afastado da cidade, um bairro periférico que tinha muitas outras crianças também. Os meus pais são servidores públicos. Então acho que isso já fez com que eu saísse de um lugar diferente assim, né. E minha mãe, ela é graduada em direito. E ela era oficial de justiça do tribunal de justiça de Minas. E o meu pai ele é enfermeiro e ele trabalhava na Universidade Federal do Triângulo

Mineiro, tipo, num hospital universitário, sabe. [...] Eu já tinha essa perspectiva de que eu queria vir para Brasília, para a UnB. Falei com os meus pais e eles disseram: “vamos tentar, vamos para Brasília. Só que você tem que trabalhar para você conseguir fazer o cursinho, para você se preparar para entrar na universidade”. Aí eu comecei a trabalhar para pagar o cursinho. Aí vim para Brasília (Valéria).

Nos relatos acima, podemos perceber que a trajetória de vida dos entrevistados foi marcada pela dinâmica de migração para Brasília, em busca de melhores oportunidades educacionais e profissionais, evidenciando o papel central da educação e do serviço público no processo de mobilidade ascendente de pessoas negras de classe média, como abordado nos capítulos 1 e 2.

Um primeiro ponto importante na análise das entrevistas é acerca da origem social dos interlocutores. Brito (2019) afirma que a ocupação e a escolaridade na família de origem é um marcador de classe importante, tendo em vista que a ocupação dos pais é um indicador evidente na questão do trabalho, onde se pode analisar dois polos definidos entre origens de camadas médias e pobres. Dessa forma, é possível perceber o papel da educação nas trajetórias dessas pessoas e de suas famílias, onde a educação sempre foi prioridade.

3.2 Trajetória escolar: “A minha missão era: ir para a escola, estudar e estudar”

Os estudos sobre ascensão social da população brasileira têm evidenciado que a educação é fundamental para a mobilidade, sobretudo para a população negra. Assim, para conseguir ocupar melhores posições no mercado de trabalho, estas pessoas se veem na obrigação de ter que adquirir melhores níveis educacionais do que os concorrentes brancos. E ainda assim, as desigualdades salariais permanecem entre os dois grupos de cor (Santos, 2016). Para a população negra, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante do que para a população branca, uma vez que essa é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desigualdades de origem, se qualificando para usufruir dos canais de mobilidade ascendente (Osório, 2008), como também aponta Hasenbalg (1988).

A situação de pobreza e baixa escolaridade é algo presente no relato de algumas pessoas a respeito de suas famílias, fator que contribuiu de forma significativa na valorização dos estudos dos interlocutores. No que diz respeito à trajetória escolar:

Meu pai fez o nível superior numa instituição privada, fez administração. Minha mãe fez só o ensino médio, mas tinha muito interesse em estudar. Meus irmãos tiveram

acesso a escolarização, né. Todos os meus irmãos tiveram acesso ao nível básico de escolaridade e ao nível superior. Nem todos concluíram o ensino superior, mas tiveram acesso. Quando eu mudei para a casa da minha avó, no final da minha adolescência, a minha avó não me deixava fazer nada além de estudar. **A minha missão era: “ir para escola, estudar e estudar. Ir para a escola, estudar e estudar.”** Eu e uma outra irmã, nós somos as duas únicas que estudamos em instituição federal de ensino superior. Eu estudei na Universidade de Brasília em todas as graduações (Kátia).

Eu tenho mais duas irmãs, e assim, meus pais sempre priorizaram muito a educação, né, muito. A educação acima de tudo. Eles realmente abriram mão de construir um patrimônio maior que poderiam ter construído, para reverter esse gasto na educação dos filhos. Então foi mais ou menos isso. [...] Eu fiz curso preparatório e depois de uns dois anos tentando aí, sem sucesso, eu acabei entrando no exército. Na escola do exército. Que é lá em Campinas, a escola preparatória de cadetes, em Campinas. Então eu entrei lá com 19 anos. Lá você fica um ano, depois de um ano lá você vai pra AMAN, que é em Rezende, que é a Academia Militar das Agulhas Negras. Fiquei lá quatro anos e saí oficial. Oficial de telecomunicações, oficial do exército. No meio dessa trajetória de oficial, você pode fazer engenharia dentro do exército. Aí eu comecei a estudar, estudei bastante e fiz engenharia de telecomunicações no Instituto Militar de Engenharia, no IME, que é no Rio de Janeiro (Davi).

Então, assim, a educação sempre foi o cerne assim da nossa criação, sabe? Meus pais falavam: “estuda, estagia só quando você quiser. Quando achar necessário, que a gente vai segurar as séries aqui” (Roberto).

A escola em si sempre foi muito fácil para mim, sabe? Então ela não precisava ter um controle tão grande, tão próximo, porque eu sempre tirava de letra assim. Embora eu soubesse, já desde muito novo, que era muito importante, que era fundamental tirar notas boas e passar pelo que, digamos, o caminho natural de todo mundo, de entrar numa universidade, formar e enfim. E continuar a partir daí (Guilherme).

Sempre lá em casa, sempre foi muito, muito importante o estudo, não é, meu irmão mais velho, eu lembro que deu muito trabalho, mas a mamãe dormiu na fila para conseguir vaga, né. Então, a gente sempre, sempre foi muito incentivado, todos nós estudamos, sabe (Deise).

No terceiro ano minha mãe conseguiu me colocar em uma escola particular, né, então, quando eu fiz o terceiro ano do segundo grau nessa escola, eu fiz isso para melhorar de vida. Eu falei: “o único jeito de melhorar é entrar na universidade, é a única maneira”. Eu acho que o único jeito que a gente tem de ascensão social, é com a educação (Bruno).

Acho que uma das coisas que eram muito prioritários assim na minha casa era justamente essa questão de estudo, não é. Então eu e minha irmã, a gente estudou a vida toda em uma escola particular, uma das melhores escolas particulares. Assim, isso era muito sacrificante assim, né, para os meus pais, porque os valores eram muito caros e todas as outras coisas além do que você precisa dar conta. Mas a educação sempre foi colocada como uma prioridade (Valéria).

Sempre incentivaram muito. E eu me lembro assim, da minha mãe fazer muito esforço assim, porque era muito difícil o acesso a livros. Aí, às vezes, ela atravessava a cidade. Eu me lembrasse da gente pegar 2 ônibus para ir na casa de alguém que emprestava o livro que eu ia estudar. Era assim, era uma vida difícil, mas eu tinha ali todo o suporte. A gente estudou em escola pública, as escolas eram muito boas, né. Só o meu ensino fundamental 2 que eu fiz em um colégio particular, que era um colégio muito bom. Então eles me incentivavam sim a estudar (Maria).

A partir dos relatos elencados acima, pode-se observar a importância dos processos educacionais nas trajetórias de vida dos entrevistados, onde todos evidenciam o papel da

educação em suas trajetórias, além do incentivo dos pais para que os filhos pudessem estudar. É possível observar também todo o capital que os pais das pessoas entrevistadas investiram na educação, assim, a escola configura a base da elevação (Bastide; Fernandes, 2008).

A educação é tida como um importante instrumento de ascensão social, como pode-se observar no capítulo 1. No entanto, para as pessoas negras esse instrumento possui uma relevância particular, tendo em vista as dificuldades que se apresentam ao longo de suas trajetórias, sobretudo no mercado de trabalho. Dessa forma, o investimento em instrução amplia as possibilidades de conquista de melhores oportunidades no mercado de trabalho, diferente das ocupações que seus pais puderam ocupar. Essa importância atribuída pelas famílias à escolarização evidencia que o estudo é uma prioridade entre as atividades dos filhos, expressando uma crença segundo a qual a escola cria e garante oportunidades de mobilidade social. Assim, o valor da escolarização no seio dessas famílias conduz a orientação familiar a não medir esforços para a educação (Santana, 2009), evidenciando o papel da educação em dar oportunidades que seus pais não tiveram.

3.3 Trajetória profissional: “naturalmente, em Brasília, a gente pensa em concurso público, né?”

Ao serem perguntados sobre suas trajetórias profissionais, todos os entrevistados ressaltam a importância da educação enquanto o fator que mais contribuiu para que pudessem ocupar a posição que ocupam hoje:

Educação, a educação, principalmente a educação, e você querer fazer, né, não perder a oportunidade (Bruno).

Olha, eu acho que o que mais contribuiu, sem dúvida, foi aquele estudo base que eu tive quando me preparei para entrar no exército. Aquele período estudando pra entrar no exército. Aqueles dois anos, né. Eu acredito que assim, acho que a pessoa quando tá mais velha e ela tem uma base, ela pode suprir essa base. Ela pode adquirir essa base, né. Eu trabalho com *coach* para concursos, né. Eu oriento pessoas a estudar para concurso. Eu ajudo pessoas que não tem base, mas elas podem adquirir essa base, mesmo tendo um estudo fraco lá atrás. É mais difícil, mais trabalhoso, mas elas podem. Mas quando você adquire essa base de estudo lá atrás, seja com doze, treze, quatorze, até os quinze, dezesseis anos, você estuda e adquire essa base, essa base você vai carregar pra vida toda. E eu tenho certeza de que isso aí foi fundamental pra mim (Davi).

Olha, eu acho que foi o ensinamento das minhas: da minha mãe, da minha avó e da minha tia, sabe, de não baixar a cabeça, que eu sou atrevida. Mesmo com medo, mas eu acho que é ser determinada, né, de ir atrás, né. “Eu vou estudar, eu vou fazer, eu vou conseguir”. Eu acho que eu trago muito isso delas, né, trago mesmo (Deise).

Eu vou ser bem sincera. Na minha família, a situação econômica sempre foi um pouco... eu não era nem extremamente pobre e nem me considerava uma pessoa de uma família de classe média. Meu pai, embora tivesse o nível superior, meu pai era viúvo. Minha história é meio complicada... meu pai ficou viúvo, minha mãe faleceu. Meu pai se casou depois de oito anos e vivia sempre muito pendurado economicamente, uma situação bem assim, de trabalhador, mal colocado no mercado de trabalho, embora tivesse nível superior de escolaridade. Ele era um cara que tinha três filhos, viveu sete anos viúvo, criando os três filhos, né. Depois ele se casou, a família aumentou e ele teve dificuldade econômica para bancar essa família. Mas, na minha família teve sempre um discurso muito favorável à educação. No final do ensino médio eu fiz um estágio. Foi a minha primeira experiência de trabalho. E aí na graduação eu também estagiei. Depois eu consegui um emprego numa editora. E depois que eu trabalhei nessa editora, eu comecei a estudar pra concurso, foi quando eu estava em vias de me casar e entrei nesse concurso da secretaria de desenvolvimento social do Distrito Federal. E depois eu fui passando em vários concursos, eu virei o que essas pessoas em Brasília geralmente viram, profissionais do estudo para concurso. Aí passei em concurso do INSS, não assumi. Passei em concurso da secretária de educação, assumi... atualmente, eu concilio o trabalho na educação, na rede pública de ensino de educação, com o trabalho no ministério da cidadania. E eu acho que minha trajetória é essa, uma trajetória que é do brasileiro usual. Você faz a graduação, estuda pra concurso... (Kátia).

Aí, que pergunta difícil. Eu acho que foi, primeira a escolha da profissão, não é, então eu acho assim, o que rompeu... Uma coisa importante que eu esqueci de falar, assim, a minha irmã entrou na universidade primeiro, então a gente tinha esse foco de entrar na Universidade. Isso eu estou falando da década de 70, que não era uma coisa comum, então ela entrou na universidade antes de mim. Foi a primeira da família a entrar numa universidade. Ela teve um papel muito importante. Tanto essa questão ideológica não é, política. Essa minha formação política, ela teve um papel essencial. Quanto também assim de almejar entrar na universidade. E a convivência com a família do meu namorado. A irmã dele já estudava medicina. O meu cunhado... A gente namorou muitos anos, por isso que ele é referência, a gente namorou 7 anos. Então o meu irmão também já estava na universidade. Então não existia essa possibilidade de eu não entrar. E o que rompeu assim, que me deu a chance, foi a escola técnica, que quando eu entrei na escola técnica, eu vislumbrei também um outro universo, um outro mundo (Maria).

A educação e a base de apoio estabelecida pela família constituem os principais fatores que contribuíram para a posição dos entrevistados. Para Bruno, Davi e Deise, a educação, a força de vontade e a persistência foram os fatores que mais contribuíram para que pudessem ocupar a posição que ocupam hoje. Para Maria, a influência da irmã mais velha e da família do namorado foram os fatores determinantes, uma vez que foi a partir daí que ela sentiu a necessidade de ingressar na Universidade. Relata que as portas se abriram para ela a partir da entrada na escola técnica, onde pôde vislumbrar um outro universo de possibilidades.

Para Kátia, o que mais contribuiu para que ela pudesse alcançar a posição que ocupa hoje foi o incentivo que sua família lhe deu para estudar. No entanto, após o falecimento de sua mãe, seu pai precisou criar os três filhos sozinho. E apesar de ter nível superior, nunca conseguiu ocupar uma boa posição no mercado de trabalho. Dessa forma, ela precisou entrar no mercado

do trabalho ainda no ensino médio. Começou a trabalhar no final do ensino médio e continuou trabalhando durante a graduação, período em que começou a estudar para concurso. A partir daí, Kátia passou em muitos concursos e afirma que virou o que as “pessoas em Brasília geralmente viram, profissionais do estudo para concurso”, configurando o que ela afirma ser a trajetória do brasileiro usual.

Para Valéria, Roberto e Guilherme, o fator socioeconômico não foi um empecilho muito grande, principalmente para os dois homens mais jovens, que cresceram em um ambiente de classe média alta, onde seus pais já haviam experienciado o processo de ascensão social e tiveram meios de lhes oferecer melhores condições para que pudessem se dedicar somente aos estudos. Assim como Deise, Valéria ressalta a importância da família em sua trajetória, sobretudo a importância da família negra durante sua trajetória de vida. Roberto também enfatiza a importância da família em sua trajetória e todo o esforço dedicado por seus pais e avós para que ele e a irmã pudessem se preocupar somente com os estudos:

Acho que é tudo, meio que essa somatória, né? As trajetórias assim mesmo. É, acho que ter tido uma família com estrutura, assim, tanto nos relacionamentos, tipo, meus pais tem um relacionamento muito estável assim. Meus avós também tinham relações muito bonitas mesmo, sabe, de muitos anos juntos e de companheirismo, assim. Lógico que não perfeito, né, com questões também, mas eu tive essa referência assim, sabe, de pessoas negras que tinham suas famílias e tal se ajudando, estavam crescendo juntos. Construindo esse caminho. E ter essa estrutura financeira, assim. Os meus pais também, com certeza, foram muito fundamentais para ter os acessos que eu tive, as oportunidades que me possibilitaram ter essa formação. Eu acho que vir para a UnB foi muito, muito importante assim. Eu gosto muito da UnB, eu fiz tudo aqui, né, graduação, mestrado e doutorado. Não tenho nenhuma dúvida, senti que foi muito essencial ter vivido a UnB por tantos anos assim (Valéria).

A minha educação assim, o fato de eu ser centrado, não é. Obviamente eu tive momentos que eu não estava tão responsável assim, é, episódios esporádicos e pontuais na minha vida. Mas o fato de eu ter uma família presente, apesar de conflituosa, com relação a meus pais muitos anos, sempre eles nos colocaram como prioridade, eu e minha irmã, né. E como eu te falei, a família como um todo, não é. É a minha interpretação, assim, que antigamente focava muito mais no pai, no patriarca, matriarca, sempre o privilégio tem que ser dos mais velhos. Só que na minha família, pelo menos na minha geração, assim, tem que se esforçar para os mais novos, para se ter mais conforto, mais comodidade, para eles alçarem voos maiores que os nossos, entendeu? Acho que basicamente, a estrutura familiar foi central, mas a estrutura familiar também, com a possibilidade de também me concentrar apenas nos estudos, né. Não ter que trabalhar desde cedo. Assim, não que isso vá prejudicar a formação, acho inclusive que talvez até solidifique mais, mas o fato de poder só estudar, se dedicar só isso, com certeza eu tenho muito mais privilégio, né, de pessoas que não tem essa, essa possibilidade (Roberto).

Minha trajetória profissional se resume basicamente aos concursos, né? Eu fiz um intercâmbio para a Holanda durante um ano, pelo programa Ciência sem Fronteiras. Eu tinha 20 anos quando eu fui e voltei com 21. Passei um ano. É, eu estou citando esse intercâmbio porque ele foi muito importante na minha vida em vários aspectos assim, mas principalmente porque ele me despertou uma sensação, uma necessidade na verdade muito grande, de ter autonomia na minha vida, de ter uma autonomia que eu percebi que eu não tinha. E, de novo, muito por conta desse laço forte com minha

mãe. Essa superproteção que eu sentia da minha mãe. E então voltei com 21 anos, comecei a perceber que eu não estava me identificando com meu curso. Eu voltei no momento ali, talvez passando na metade do curso, que as pessoas começam a entrar em estágio e aí entram geralmente naquela linha padrão de estágio numa empresa, e aí você dá o sangue ali dentro para eventualmente ser contratado em condições ruins, salários ruins e, enfim, condições ruins de trabalho mesmo. Posições ruins. E eu não queria isso para mim, assim, eu não queria isso para mim não só porque eu não me identificava com o curso, mas porque eu tinha acabado de me descobrir como homem negro. E eu lembro até que na época eu estava usando, eu voltei a usar um *black* muito grande e aí eu sabia que assim eu ia ter uma barreira muito grande pra entrar nesses espaços, sabe. Então, se eu quisesse muito entrar neles, eu acho que eu teria entrado, mas eu já não queria muito, ainda estava percebendo que eu ia ter essa barreira muito grande. E aí eu fui buscar outras formas de ter essa autonomia. E essa autonomia, claro, entra na autonomia financeira de ter dinheiro para sair de casa e, enfim, conseguir viver a vida. Ai nisso, **naturalmente, em Brasília, a gente pensa em concurso público, né?** (Guilherme).

Para Guilherme, a busca por autonomia fez com que ele buscasse no concurso público uma fonte estável de renda, uma vez que tinha a certeza de não querer estar inserido no mercado de trabalho privado. E por ser uma pessoa negra com um *black power* neste espaço, as barreiras se tornariam cada vez maiores. Na fala do entrevistado, é possível perceber as dificuldades de ascensão social diretamente ligadas à cor (Bicudo, 2010) e a constatação de que à medida que as pessoas negras ascendem, mais barreiras encontram (Bastide; Fernandes, 2008).

Dessa forma, a educação era a sua saída; vislumbrou no concurso público uma forma de adquirir autonomia e uma boa posição de ocupação, sobretudo no que diz respeito à sua condição racial. Para ele, recorrer ao concurso público era a decisão acertada, uma vez que neste as barreiras impostas à sua entrada seriam menores, como evidenciado por Azevedo (1955) e Rocha (2019) no que se refere ao ingresso de pessoas negras no serviço público. Para ele, a disciplina que adquiriu a partir da criação de sua mãe e dos estudos de piano, fizeram com que tivesse êxito na aprovação:

E aí foi quando eu comecei a estudar, eu comecei a estudar da noite pro dia, praticamente. Tomei essa decisão da noite pro dia. E estudei para o TST. Foi o primeiro concurso que eu estudei e aí eu passei. Eu trabalhei lá durante quase 5 anos. Eu era concursado lá, antes de ir para a Câmara. E pouco tempo depois de entrar no TST, acho que 2 meses depois, um mês, eu fiz a prova da Câmara. E aí, 4 anos depois, no início do ano passado, eu fui chamado para a Câmara, que é onde eu trabalho hoje. Então assim, é claro que minha formação enquanto pessoa em uma escola boa e em um curso desafiador, que também me forçou a estudar, me forçou a procurar alternativas para a solução de problemas, etc., certamente isso me ajudou na hora de enfrentar uma preparação de concurso público. Mas eu não diria que isso foi fundamental, assim, claro que não dá para negar essa parte, né? Mas eu diria que o que foi determinante mesmo pra minha trajetória de concurso foi a minha vontade de sair de casa, minha vontade de buscar uma autonomia que eu não consegui enxergar em outro lugar, a não ser esse caminho. E junto com a minha personalidade de ter uma disciplina muito forte, assim, que eu adquiri, eu acredito, parte da minha personalidade, parte dos ensinamentos da minha mãe. E em parte também nos meus estudos de piano, muito forte assim, porque no piano, como em qualquer instrumento

musical assim, mas o piano, na escola de música, o piano erudito que eu estudava, ele demanda um estudo muito maçante e muito repetitivo e muito extenuante, assim. Você começa tocando as peças primeiro com uma mão, num tempo super devagar, super lento, para eventualmente aumentar o tempo, para eventualmente ir para outra mão, para eventualmente conseguir tocar com as duas mãos. Então assim, isso me fez enxergar que caminhos longos e árduos eles precisam passar por etapas iniciais e etapas mais fáceis antes de chegar lá. E o concurso é muito isso assim, então, assim, eu diria que minha trajetória profissional foi muito moldada nesses aspectos (Guilherme).

Quando perguntados sobre a maior dificuldade que tiveram para conseguir ocupar a posição que ocupam hoje, Bruno e Davi afirma que foi a questão financeira:

Era conseguir dinheiro (Bruno).

Assim, dentro do exército, a maior dificuldade foi inicialmente meus pais pagarem o curso, que era caro, para eu estudar pro exército. Isso era uma dificuldade, né. E na minha opinião, naquela época isso aí já era um processo de seleção, porque muita gente não tinha condições de pagar um curso desse. Ou não tinha condições de pagar um curso, ou não tinha já uma boa formação no colégio. Então, era difícil, isso já separa né, as pessoas. Agora, depois que eu consegui superar essa parte e entrar no exército... dentro do exército, cara, é estudo. Estudo, estudo, estudo. Dedicção. Então assim, eu estudava bastante. E entrei pra engenharia estudando. Então a dificuldade realmente foi em estudar, cara. Somente estudar. Foi mais assim (Davi).

Davi relata também que o estudo foi uma das grandes dificuldades que se apresentaram a ele. E sabe-se que os processos de estudo e aprendizagem são permeados pela exaustão e dificuldades de concentração, além de exigir muito rigor, disciplina e dedicação durante todo o seu processo. E isso muitas vezes resulta em exaustão mental, que requer equilíbrio e a busca por práticas de superação, como salienta Davi.

Roberto e Guilherme também afirmam que não tiveram muitas dificuldades, além de ter que estudar para o concurso e ter que conciliar com os estudos durante a graduação:

Então, assim, como eu sou servidor público, eu nunca tive dificuldade propriamente de ocupar um lugar, né? Eu basicamente só tive que passar no concurso, não que seja fácil. Mas é algo objetivo, né? Você passou, você está lá, ninguém pode tirar, a não ser que você faça uma besteira muito grande, né. Mas assim, a questão de tipo, de ascensão profissional, eu nunca tive essa experiência, porque nunca trabalhei realmente em iniciativa privada e nos órgãos públicos que eu trabalhei, eu nunca tive a perspectiva de crescer lá dentro. Estava muito acomodado na posição que eu estava, sabe. Com menos responsabilidade, menos remuneração, óbvio, mas menos responsabilidade, mas me permitia ter uma tranquilidade de vida, de focar em outros projetos, então de fato a dificuldade foi só conseguir me concentrar ao longo do tempo, não é, com a pressão interna e a pressão externa (Roberto).

Eu acho que assim, a maior dificuldade foi conciliar com meus estudos na UnB, porque eu estudei para concurso enquanto eu ainda estava fazendo engenharia. Então assim, cursar engenharia elétrica na UnB não é uma tarefa muito fácil. A quantidade de matérias que você tem é muito grande, tem uma cobrança muito grande. A gente costuma estudar coisas que a gente não vê muito sentido, sabe. Às vezes não tem nem

muito sentido profissionalmente falando, então é bastante estressante. Foi bastante estressante. E a partir do momento que eu resolvi estudar para concurso, eu tinha duas tarefas muito grandes e muito desafiadoras para lidar simultaneamente. Eu basicamente tive que dar prioridade para os concursos porque é o que fazia mais sentido para mim, mas isso me gerou vários problemas. Por exemplo, eu reprovei uma matéria que era fundamental no meu curso e depois eu reprovei ela de novo e me empacou um pouco para eu conseguir concluir o curso. Então assim, eu diria que isso foi o maior desafio, porque, para além disso, eu tinha um apoio muito grande dentro de casa. Um apoio, principalmente material assim, né. Eu sempre tive carro, por exemplo, então assim, eu não tinha que lidar com o estresse de transporte público no meu dia a dia. Eu conseguia acordar... Eu acabava acordando cedo por conta dos estudos, mas assim, eu conseguia ter uma rotina com uma qualidade de vida muito boa ainda, sabe? Eu passei esse tempo estudando para concurso, mas em nenhum momento eu me senti exaurido. Em nenhum momento eu me senti super estressado, nem nada. Eu me senti assim, tendo uma rotina desafiadora, porque estudar cansa, não é, mentalmente falando. Mas eu conseguia dormir bem. Eu conseguia ter meu tempo de lazer, eu conseguia assim, desenvolver minha vida como eu desenvolvia antes. Claro que dando foco e dizendo não para algumas coisas, mas por ter esse apoio material dentro de casa, eu sinto que assim, eu passei por muito menos dificuldades do que pessoas que talvez estavam pleiteando a mesma coisa que eu, mas em outra condição social (Guilherme).

Para os dois, as oportunidades e facilidades proporcionadas por suas famílias fizeram com que eles pudessem se dedicar inteiramente aos estudos e, dessa forma, ter uma rotina disciplinada de estudos sem grandes dificuldades materiais.

Os entrevistados evidenciam que as maiores dificuldades que se apresentaram a eles foi a questão do estudo. Para as mulheres negras, os relatos tomaram outra ordem de argumentação. Maria, Kátia, Valéria e Deise evidenciam que por serem mulheres pretas ocupando determinadas posições dentro do serviço público, as dificuldades impostas se mostram a todo momento durante suas trajetórias:

As dificuldades maiores, assim, primeiro de ser mulher e ter que me impor e ser respeitada, né? Depois ser preta. Então, assim, teve muitas questões assim, tinha duas coisas. Primeiro, que eu era uma mulher preta e uma mulher gorda, no ambiente masculino, onde tinha muita piadinha, né, então, vou te vou te contar uma coisa que eu sempre conto... Eu me casei aqui em Brasília é com um homem branco, e aí sempre ficavam questionando, né? Muita gente questionava, “mas você repetiu a história da sua mãe e tal”. Mas é porque eu convivi com muito pouco homens pretos na minha vida. Por exemplo, na escola técnica eram 33 meninos. Tinha um preto. E ele não olhava para mim, porque tem isso também, um homem preto ele não olha para a menina preta. Então, eu fui namorar o pedro, que era um menino branco. Depois vim para Brasília, em Brasília, eu trabalhava na matriz da caixa, não tinha um homem preto, não tinha. Então, assim, a probabilidade de eu conhecer um homem branco e me apaixonar era muito maior. Então até hoje, se você olhar na área de TI da caixa, quantos homens pretos... Durante o maior período era eu, Lucas, que era meu eventual. Depois veio o Assis e o João, de São Paulo. Então assim, não tinha um núcleo, não é? Tinha muitas poucas pessoas pretas. Depois, assim, principalmente com o governo Lula, foram ascendendo umas outras pessoas e tal (Maria).

Eu acho que a principal dificuldade é você conseguir chegar ao serviço público. Eu acho que a principal dificuldade é a de mulheres, mulheres negras como eu, chegar ao serviço público. Porque elas passam por dificuldades estruturais, né? Dificuldades

socioeconômicas que interferem na chegada ao ensino superior. Eu acho que começa por aí. Para mulheres pretas com histórico socioeconômico desfavorecido, chegar ao ensino superior é uma dificuldade, uma barreira de início, de saída, né? (Kátia). Depois, terminar o ensino superior, enfrentar uma concorrência para chegar a determinados serviços públicos, a segunda barreira. Chegando ao serviço público e conseguindo ter visibilidade, dar visibilidade ao seu trabalho, ser reconhecido como uma profissional com diferencial, porque assim, quando você chega no serviço público, para você ter seu serviço visibilizado, você tem uma concorrência ali também, né? E os cargos públicos eles são objetos de uma concorrência que não está no nível técnico, está no nível político (Kátia).

Dentro de onde eu estou, eu era uma das pouquíssimas mulheres negras, não é? E posso contar assim vários momentos em que isso foi uma questão assim. Então um exemplo é, a gente estava realizando um evento que trouxe membros do Ministério Público, promotores e procuradores de justiça, né, do país todo, assim, de vários Estados. E aí a gente foi almoçar assim, num momento, e aí no almoço, eu estava trabalhando no evento, fazendo as coisas que precisava, e aí no almoço, conversando e tal com um dos promotores, ele perguntou: ah, mas como que você trabalha aqui? E eu: fiz concurso. Ai ele: mas, passou no concurso? E eu: é, é assim que se trabalha aqui no órgão, só quem passa no concurso que é servidor aqui”. Então, tipo assim, nesse momento eu entendi que para ele, não fazia sentido uma pessoa como eu ser uma pessoa concursada, sabe. E aí você entende tudo, você entende a visão que as pessoas podem ter de você. Que ser uma mulher negra nesse espaço vai ser incompreensível, chocante para a branquitude (Valéria).

Ai, são muitas, né? São muitas dificuldades. Primeiro que eu entro no instituto. Eu nunca me vi em cargo, essa é verdade, tá? E aí eu lembro que lá no Espírito Santo, quando eu terminei... Eu estudava, não é, eu consegui um... por conta do mestrado, eu consegui uma coordenação numa escola que eu trabalhei lá. E aí era um lugar bem periférico. E os meus alunos sofriam muito preconceito, muito, muito, muito mesmo. Todo tipo de violência, ali era terrível para a escola, que foi uma grande escola para mim. E aí eu vejo assim, o quanto que eu é... trabalhei, dentro dessa... de me ver assim, né, dentro dessa temática. Aí, eu venho para Brasília, passo como temporária e fiquei um ano, porque eu me envolvo nas atividades. Eu falei: “não, vou sair”, aí virei concurseira. Eu não queria nem saber de dar aula. Aí, menino, quando foi um dia minha irmã falou assim: “vem fazer o concurso, faz, se inscreve no concurso”. Fiz, passei. Aí vim acompanhamento de cônjuge primeiro, depois que eu fui redistribuída, né? Para o Instituto Federal. Aí tá, entro e fiquei dois anos na coordenação. Aí depois a gente cansa, né? Aí saí, era muito BO. Mas várias vezes que eu estava na sala, coordenadora “bom dia, boa tarde, posso falar com a coordenadora?” E eu: “pois não sou eu, muito prazer”. Ai você vê a cara do espanto da pessoa que chega lá e vai encontrar uma pessoa preta, não é. E aí, eu peço remoção de São Sebastião pro Campos de Brasília. E ai não consegui e tal, eu fiquei emprestada. Eu dava algumas aulas na graduação de gestão pública, né, o tecnólogo em gestão pública no campus Brasília. Eu comecei em 2017 e aí quando eu cheguei nessa turma para dar aula de gestão social, a minha primeira orientanda de TCC, ela falou: “professora, não quero nem saber, a senhora que vai me orientar. Porque nesse campo só tem branco. A senhora é a minha primeira professora preta”. Aí eu peguei e fiquei assim... sem leitura, eu não tinha muita leitura. Eu falei: “a gente vai construir juntas”. Porque eu estava trabalhando com as práticas de consumo, não é, mesmo na militância. Mas a teoria... E aí foi que comecei a investir. Venho pro campo de Brasília e realmente nós somos 147 docente, quase 150 e você conta na mão assim, as pessoas pretas, não é. É um campo realmente... que ainda hoje, são poucas as pessoas pretas, né. Aí depois comecei o doutorado e vim aqui pra direção do IFB. Mas olho para trás e vejo assim, acho que a gente tem um pouco... tem dificuldade, não é um pouco não. Competência é trajetória, não é? É uma trajetória. Mas dizer que é fácil, não é não. Várias perguntas, né, aí chegam: “nossa, não sei como você dá conta”. Ai eu falo assim: “já perguntou isso para um homem? Porque os homens podem fazer um mestrado, doutorado, trabalhando, estudando, mas sempre é uma pergunta que vem pra gente, para nós mulheres e pretas ainda mais ainda, né? (Deise).

Deise relata as situações de espanto das pessoas ao se depararem com uma pessoa como ela na posição em que ocupava no Instituto Federal. Depois, fala sobre os questionamentos direcionados a ela em relação a conseguir conciliar sua trajetória acadêmica e profissional. E evidencia, mais uma vez, o fato de ser uma das poucas pessoas negras presentes no espaço em que ocupa. Fato também relatado por Valéria, que fala sobre uma situação no seu ambiente de trabalho, onde foi questionada por um homem branco sobre realmente ser servidora pública do órgão em que trabalha e, ao afirmar, perceber o espanto da pessoa que questionou a sua posição.

Para Kátia, uma das maiores dificuldades é conseguir chegar ao serviço público, afirma que essa é uma das principais dificuldades para as mulheres negras, dado o contexto socioeconômico e as condições de desigualdades de gênero e raça estabelecidas na estrutura social. Afirma ainda:

Eu quero ver mais gente preta no serviço público. Eu me sinto isolada. É isso. O sentimento é de isolamento. É de que o serviço público não reflete a representatividade da população negra em geral, né, nos contextos da vida cotidiana. A administração pública é um contexto laboral branco. As pessoas que estão lá, atuando no serviço público, especialmente com políticas públicas, não estão fazendo políticas públicas, quer dizer, é gente branca fazendo política pública para gente preta, né. E assim, eu reconheço que é fundamental, porque, muitas ponderações que eu faço no contexto laboral, né, no contexto de criação e gestão das políticas públicas, é pensando na pessoa preta. No pobre, na pessoa preta, no que tem dificuldade de acessar os equipamentos públicos, e assim, eu sinto falta de gente que conheça disso, sabe (Kátia).

Para ela, ser uma das únicas mulheres negras no seu setor causa um sentimento de isolamento e descontentamento. Afirma ainda que o espaço do serviço público é um ambiente majoritariamente branco e, por isso, quer ver cada vez mais pessoas iguais a ela. Pessoas pretas que estejam fazendo políticas públicas para as pessoas pretas.

3.3.1 “A ascensão não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração: uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos da branquitude”²⁴

As reflexões aqui propostas sobre pessoas negras inseridas na classe média no Distrito Federal permitem pensar sobre “a experiência e os dilemas de participar de dois mundos, regidos por regras e códigos de valores distintos” (Figueiredo; Furtado, 2014, p. 131). Assim,

²⁴ FERNANDES, Florestan. [1955] (2008), p. 233.

outra questão importante que foi colocada ao refletir sobre as trajetórias dos negros nas dinâmicas de coexistência de dois mundos (Cavalcante, 2019) – que é a condição de ser negro e pertencer a grupos econômicos de renda média/alta – foi a ideia do mérito. Davi afirma o seguinte:

[...] hoje em dia, cara... eu vou falar dos dois mundos, né. Primeiro é o mundo do exército. O mundo do exército é focado muito na meritocracia, tá. Muito, né. E na meritocracia que envolve vários aspectos que são analisados, não só aspectos de estudo, né. De dedicação nos estudos, mas também o aspecto do conceito, né. Como você se relaciona com seus pares, com seu subordinado. Então assim, existe uma avaliação muito grande em cima disso. No serviço público, né, no civil, não tem esse tipo de avaliação. Mas tem também o aspecto da dedicação do trabalho, tá. Eu trabalhei em dois órgãos, que assim, eu acho que esses dois órgãos não respondem pela totalidade do serviço público. Porque são dois órgãos de altíssimo nível. A CGU é um órgão de altíssimo nível, né. Na parte técnica, no trabalho que faz. E a câmara também, sabe. Os servidores da câmara são muito qualificados. Eu vejo que a ascensão dentro desses dois órgãos se deve realmente ao estudo, ao conhecimento e à dedicação ao trabalho, à responsabilidade. Eu vejo isso, a pessoa quando quer, realmente, ela quer se dedicar nestes dois órgãos, um mais cedo do que outros, mas ela acaba atingindo um nível alto dentro dos órgãos, se ela quiser (Davi).

Davi relata a sua dinâmica de existência entre dois mundos: o serviço público e o mundo do exército. Afirma que os discursos meritocráticos são colocados em voga a todo instante neste último, que é focado na meritocracia. Afirma que no serviço público a realidade é diferente, não é regido sob a ideia de meritocracia, mas que possui o aspecto do mérito da dedicação e do estudo. O entrevistado ressalta ainda a estratificação existente dentro do serviço público e afirma que a ascensão dentro de determinados órgãos se deve à dedicação aos estudos.

Dessa forma, levando em consideração que as discussões sobre mobilidade ascendente conferem centralidade a valores individual-meritocráticos (Brito, 2019) como decisivos na superação das desigualdades e ascensão social nas trajetórias dos indivíduos,

[...] a ênfase na meritocracia coroa um tipo de valoração da agência individual que não vai na direção da autoexpressão idiossincrática, mas, outrossim, reforça o Eu como locus de controle, ao mesmo tempo em que o ata a projetos de vida convencionais. Essa oposição entre uma estilização da vida idiossincrática e outra mais tradicional não opera, contudo, como fronteira hierárquica (Rocha, 2018, p. 789).

Davi percebe que a ascensão dentro desses dois mundos de posições de prestígio se deve unicamente ao estudo, à dedicação e ao trabalho árduo. Afirma ainda que:

Nós tivemos o mérito de estudar e passar no concurso, né. Estudamos e passamos no concurso, mas você ver assim trajetórias muito diferentes, né. Tem gente que é muito novo, se formou na UnB, prestou o primeiro concurso, passou e tá lá dentro. Eu dei a

volta ao mundo pra tá no mesmo lugar que aquela pessoa tá, né <risos>. Tem gente que tem doutorado, né cara, doutorado. Que já fazia trabalhos assim, de altíssimo nível. E você fala assim: “cara, você é expert em uma área e tá aqui dentro, será que lá fora você não ia estar dando uma contribuição melhor?” então assim, você tem pessoas que tiveram trajetórias muito diferentes, mas o mérito de todas foi realmente enfrentar esse desafio do concurso público (Davi).

Davi destaca os fatores relacionados às condições de origem, desigualdades educacionais e desvantagens competitivas no processo de ascensão social (Hasenbalg; Silva, 2003), e como observado por Rocha (2018),

[...] o individualismo radical enfatiza a capacidade de autodeterminação. Não que o envolvimento em laços familiares e comunitários seja negado. É que, embora atravessados por tais laços, os projetos de vida têm como eixo norteador a trajetória individual. O primado da autodeterminação se projeta sobre o mundo como princípio geral, tendendo-se assim a avaliar a extensão das realizações das pessoas pelo critério exclusivo do mérito. O plano factual das ações, em que as redes sociais de apoio (familiares e comunitárias) são sistematicamente mobilizadas, coexiste com o plano ideacional em que o Eu se projeta desembaraçado dessas redes (Rocha, 2018, p. 789).

O tema do esforço pessoal é muito presente na percepção de Davi, a respeito da ascensão social dentro de órgãos de alto nível. Para Kátia, a percepção é outra. A entrevistada relata que apesar de possuir muita especialização e ser a pessoa com mais qualificação acadêmica dentro do setor em que trabalha, só conseguiu ocupar um cargo de direção após quase dez anos de serviço público:

Sabe aquela coisa que muitas famílias dizem para as suas crianças e os seus adolescentes, que tem que ser 2, 3 vezes melhor? Pra mim, isso vale muito. Para mim isso é visível cotidianamente. No meu trabalho hoje, a única pessoa que tem 3 graduações, 2 especializações, sou eu, sou eu. E eu não estou no topo, não, eu estou, assim, no nível muito intermediário. O meu DAS é um DAS 3, conseguido após quase uma década de trabalho no serviço público, sabe? Primeiro DAS conseguido após quase uma década de trabalho no serviço público, já na terceira graduação, com 2 especializações. Então assim, na roda do setor onde eu trabalho e talvez até do departamento onde eu trabalho, eu sou uma pessoa que tem mais qualificação técnica. Eu digo assim, do ponto de vista de formação acadêmica. De qualificação eu não posso te afirmar com certeza, assim, em relação a cursos, né, profissionalizantes. Mas em relação à formação acadêmica, eu sou, com certeza, a mais qualificada (Kátia).

A entrevistada ressalta, na seção anterior, as dificuldades que pessoas negras, e sobretudo as mulheres negras, tem para conseguir acessar o serviço público. Evidencia ainda as barreiras impostas às pessoas negras no acesso aos cargos de direção:

Então, assim, mudam os governos e cada pessoa que chega ali na chefia máxima, tem sua equipe, né. Tem sua turminha e essa turminha não é integrada por pessoas pretas.

Essa turminha em geral é aquilo que a Cida Bento fala do pacto narcísico da branquitude. Não tem gente preta entre os amigos dos brancos de poder, não tem. Então, assim, para uma pessoa de nível técnico, chegar a um cargo comissionado ainda é uma barreira grande, né. E uma dificuldade é você conseguir manter energia. O preto manter energia para continuar se qualificando, estudando e conseguir dar visibilidade pro seu trabalho, conseguir, além de se qualificar tecnicamente, entrar nessa rodinha, nessa turminha aí da turma que é a turma que eu poder, sabe? (Kátia).

Para a entrevistada, além de precisar de muitas motivações para buscar continuar se qualificando de forma contínua, as pessoas pretas precisariam também encontrar formas de se infiltrar nas turmas de poder, como salientado por Fernandes [1955] (2008). O autor havia observado que no processo de mobilidade ascendente, a educação se impunha enquanto uma barreira e, pela falta de qualificação educacional, o negro precisaria recorrer às formas de infiltração para conseguir se enveredar pelo processo de mobilidade social. Aqui, pode-se perceber que até com alta qualificação educacional, a infiltração ainda se faz presente.

3.4 Percepções da condição racial e de gênero: “não existiu isso de tornar-se negro, eu sempre soube que eu era negra”

Esta seção analisa as percepções raciais e de gênero dos entrevistados, abordando questões referentes às dinâmicas de discriminação mobilizadas a partir dessas categorias, bem como, a influência destas na trajetória profissional e nos processos de mobilidade e ascensão social. Dessa forma, ao serem perguntados sobre a influência da condição racial e de gênero em suas trajetórias, os entrevistados afirmam:

Bem, como eu te falei, eu não pensava muito nisso, eu ia trabalhando, então eu não me incomodava. Toda vez que tinha algum evento racista, eu simplesmente não, como é... eu ignorava, seguia meu caminho e brigava quando devia brigar e fazia as minhas coisas e as coisas foram acontecendo. Então, assim, alguns momentos onde eu fui discriminado... Você fica triste, você acha que as coisas não funcionam assim, mas é só não esmorecer, só tentar superar isso, fazer seu trabalho que as coisas vão acontecer. Então, ao longo do tempo você sempre escuta piadinha, por exemplo, logo no segundo grau, quando fui fazer vestibular e eu passei, tinha um colega, um colega branco. Lógico que não passou no vestibular e ele comentou com um amigo meu: “como é que aquele preto entrou e eu não entrei”. Quando eu passei para professor titular, fiz concurso pra professor titular em 2008, era onze candidatos, eu fui o primeiro colocado. Aí outras pessoas que não passaram, só tinham 2 vagas, né, não passaram, aí falaram: como assim, o que você fez? Ai a minha resposta foi: foram os meus olhos azuis que fizeram (Bruno).

Bruno afirma que nunca se incomodou muito com o racismo que sofreu ao longo da vida, ignorava e intervía apenas quando sentia ser necessário, “brigava quando devia brigar”. Relata que ficava triste em momentos de discriminação racial e buscava formas de superar isso. O entrevistado recorda ainda dois momentos em que o racismo marcou sua trajetória profissional: ao passar no vestibular e no concurso para professor efetivo da Universidade. No relato de Bruno, pode-se perceber nesses dois momentos as situações em que suas capacidades foram subestimadas e a surpresa e não aceitação das pessoas ao verem um homem preto passar no vestibular e no concurso de docente; essa foi a única fala do entrevistado a respeito da sua percepção de gênero.

No relato de Davi, é possível perceber que um dos primeiros momentos em que ele se sentiu discriminado por ser negro foi ao tentar encontrar uma vaga no curso preparatório para o exército, ainda na adolescência:

Assim, eu nunca... no exército, tá, eu vou até falar antes: quando eu fui estudar no curso preparatório pro exército, eu lembro que eu fui no colégio com a minha mãe e minha mãe não é negra, minha mãe é morena, que é descendente de índio. E... quando eu cheguei na escola, uma escola muito boa num bairro do Rio, na Tijuca, meus pais pagaram com muito sacrifício... a diretora do colégio ela realmente destratou a gente, querendo dizer que a gente... já pressupondo que a gente não teria condições de pagar o colégio, o que a gente estava fazendo ali, sabe... e foi uma das primeiras vezes que eu senti aquele preconceito, sabe. E a partir dali aquilo já... não despertou em mim revolta, eu não tenho esse sentimento de revolta. Mas despertou em mim já a necessidade que eu tinha de dar uma resposta, né. De mostrar realmente o meu valor naquilo que eu realmente poderia fazer. Então isso foi muito marcante pra mim. E quando eu entrei no exército... o exército tem de tudo, tem branco, tem preto, tem índio, oriental, então... no exército eu realmente... falando como instituição, eu não senti nenhum preconceito. É claro, pode existir pontualmente uma ou outra pessoa te tratando de um jeito que você fala: “cara, esse jeito que ele tá me tratando levanta dúvidas sobre uma atitude”. Pode acontecer? Pode acontecer. Mas isso é muito pontual, tá. É muito pontual. É não é uma coisa acintosa, de forma alguma, que você possa afirmar. Então eu posso dizer que dentro do exército eu não tinha esse problema. Não tive. No serviço público, quando eu chego no serviço público e eu trago essa formação do exército, de ter feito engenharia no IME e tal, eu percebo que as pessoas quando descobrem a minha formação, elas levam um susto, falam: “cara, você foi oficial do exército, você fez engenharia no IME?” Eu não sei se o susto das pessoas é pelo fato de eu ser negro e ter feito isso tudo, ou, pelo simples fato de ter feito, independente da cor. É difícil você falar isso, não sei se você entende o que eu estou falando... você entende o que eu estou falando! É difícil você falar isso, o espanto das pessoas. É difícil, mas assim, a gente passa por essas situações diversas vezes, né. Eu já ouvi várias pessoas falarem assim pra mim: “eu não acredito que você fez engenharia no IME.” Eu falo: “ué, por que você não acredita? Não entendi.” Então, são coisas que soam meio estranho, sabe. Mas assim, falando da ascensão social dentro do serviço público, nenhum problema por ser negro, nenhum mesmo (Davi).

Para o entrevistado, a pressuposição de que ele e sua mãe não teriam condições de pagar o cursinho foi algo marcante em sua trajetória e despertou a necessidade de dar respostas frente às situações de discriminação racial que viria a sofrer ao longo da vida. Relata ainda que nunca

sofreu preconceito dentro do exército, uma vez que lá “tem de tudo”. Para ele, ocorreram apenas situações pontuais, no entanto, estas não poderiam ser denominados como preconceito ou discriminação.

Davi pontua as situações de surpresa e susto das pessoas ao descobrirem que ele fez engenharia no Instituto Militar de Engenharia e evidencia as diversas situações de não crença das pessoas sobre ele ter estudado no IME e relata: “eu não sei se o susto das pessoas é pelo fato de eu ser negro e ter feito isso tudo, ou, pelo simples fato de ter feito, independente da cor. É difícil você falar isso, não se se você entende o que eu estou falando... você entende o que eu estou falando”.

No entanto, ao mesmo tempo que afirma não saber se a reação das pessoas era por ele ser negro e ter estudado em instituições de prestígio ou apenas por ter estudado em instituições de prestígio, afirma que eu entendo o que ele está falando. Na fala de Davi a respeito da sua percepção racial e de gênero, foi possível perceber a dificuldade de nomear as situações de racismo que ele tem de enfrentar no cotidiano de sua vida profissional, sobretudo por estar ocupado uma posição de prestígio dentro do serviço público, em um ambiente onde ele é um dos únicos negros, como veremos o entrevistado relatar mais adiante.

Roberto afirma que por ter crescido em um ambiente de família negra, não consegue observar algum impacto a respeito da influência da sua condição racial e de gênero na sua trajetória. Para ele, esses impactos são visualizados apenas no futuro, por estar inserido num ambiente predominantemente branco:

O fato da minha família ser negra, por parte de pai, assim, propriamente ao longo de toda a trajetória de estudos, do trabalho, eu não, eu não consigo ver algum impacto, não é. Mas eu enxergo pro futuro o impacto que eu posso gerar, estando naquele órgão e sendo quem eu sou, entendeu? Trazendo uma outra visão, trazendo todo o meu background, né. Meu arcabouço. Em toda experiência que eu já tive, experiência entre amigos meus, familiares meus, eu tento, pelo nosso contexto, trazer aquilo, tipo, meu ponto de vista, a minha experiência para conseguir aplicar no trabalho, né. Onde a maior parte dos meus colegas de trabalho são pessoas brancas, isso ta mudando agora, no último concurso entraram muitas pessoas negras. Mas a maior parte são de pessoas brancas, então eu acho que não só eu, mas nós como um todo, inseridos num ambiente preponderantemente branco, nós temos o condão, ainda que mínimo, de conseguir entrar. Seja internamente, seja também externamente, pelos efeitos do nosso trabalho, sabe? (Roberto).

Já Guilherme afirma que o fato de ter se enxergado enquanto um homem negro fez com que ele procurasse o concurso público como uma forma de minimizar os efeitos do racismo que

viria a experienciar durante a vida, dessa forma, viu no concurso uma maneira de proteção contra o racismo que poderia sofrer caso tivesse que adentrar empresas privadas:

O fato de eu ter me enxergado como homem negro fez com que eu procurasse os concursos públicos. Eu visualizava que ali eu teria uma garantia e uma proteção um pouco maior contra o racismo que eu enfrentaria no mercado privado, e ali eu estaria de certa forma protegido contra isso. E isso eu encontrei. Mas, por outro lado, eu sinto uma dificuldade muito maior de aproximação de pessoas no trabalho, por conta da minha, da minha raça mesmo, é, tanto no TST quanto na Câmara. Eu trabalhei em setores que praticamente só tem pessoas brancas, né. O meu setor hoje ele tem cerca de 10 pessoas e eu sou o único homem negro. Talvez junto com outro, não sei fazer a leitura racial dele e também a gente nunca conversou sobre isso. Mas possivelmente ele é um homem negro, então no máximo teria 2 pessoas negras em uma equipe de 10 pessoas. No TST, em uma equipe de 16, também eu era o único, junto com talvez outras 2 pessoas. Então assim, isso falando da minha sala de trabalho, mas certamente também falando do órgão como um todo, né. Então, assim, as pessoas negras nesses espaços elas estão ocupando lugares bem mais baixos do que minha posição, né. Então, elas estão ocupando posições de copa, às vezes, de limpeza, zeladores, porteiros. Não estão ocupando um cargo público como o meu. Não estão ocupando cargos de direção e chefia no órgão. Os deputados não são majoritariamente negros. É, então assim, eu sinto uma dificuldade de aproximação de pessoas que poderiam me alavancar profissionalmente dentro desses espaços. Embora isso nunca foi e não é um objetivo meu de vida, junto com a minha raça (Guilherme).

O entrevistado relata que encontrou no serviço público uma forma de proteção contra situações diretas de racismo que pudesse ter que vivenciar em empresas privadas, no entanto, afirma sentir dificuldades de aproximação das pessoas no ambiente de trabalho, e isso é pelo fato de ser negro. E assim como Breno, Davi e Roberto, Guilherme afirma que é uma das únicas pessoas negras em seu ambiente de trabalho.

Já no grupo de mulheres negras entrevistadas, a influência da condição racial e de gênero ocupa uma outra dinâmica das desigualdades de gênero, raça e classe. Kátia afirma que:

A vida inteira foi luta. Enquanto eu estudava no ensino fundamental, que uma parte dele foi feita lá na M Norte, que é fronteira com a Ceilândia, nas salas de aula em que eu participava, tinha pessoas pretas lá. Agora, quando eu fui vindo para o Plano Piloto, foi escasseando, foi escasseando, e assim, se não fosse o discurso da minha família para continuar estudando, para ter na educação uma estratégia de ascensão social... Eu tinha muito claro isso para mim, essa condição, de que se eu não estudasse... eu sentia racismo desde muito cedo assim... talvez assim, eu não conseguia verbalizar. Eu lembro, eu sei que foi muito tarde que isso aconteceu na minha vida, assim, que eu consegui atribuir as situações que eu passava ao racismo. Foi tarde, porque a minha família não tinha educação racial, não tinha o letramento racial, né. A minha família tinha uma percepção de classe, isso era claro. “Somos pobres. Temos dificuldades financeiras, não somos ricos”. Então isso era claro. Mas a questão do letramento racial, da consciência racial, atrelada a de classe, não tinha (Kátia).

A entrevistada afirma que percebia a discriminação racial desde muito cedo, mas só conseguiu atribuir o racismo às situações que passava em sua vida muito tarde. Ela evidencia que sua família fazia apontamentos de sua condição de classe, que desenvolveu nela, ainda muito cedo, uma consciência de classe que levou a buscar na educação uma forma de estratégia de ascensão social. Contudo, afirma que sua família não conversava a respeito de questões relacionadas a questão racial, o que só acabou vindo desenvolver mais tarde.

Para Deise, essas questões sempre foram colocadas ao longo de sua vida:

Eu nunca tive dificuldade com essa questão racial, entendeu? Eu sempre entendi que eu era uma pessoa preta desde criança. E olhando para trás, eu vejo o cuidado que a mãe tinha com a gente, né? De sempre estar bem vestido, de não andar assim, de andar sem documento. Tudo que a gente vê hoje. E é um condicionamento que até hoje não consigo sair sem documento. Olha, eu acho que por ter essa, a criação que eu tive, sabe? De vir de uma família que tem toda essa... minha vó é raizeira, benzendeira, minha tia é da umbanda e mamãe é muito católica até hoje, então acho que isso me fortalece, sabe? De ver isso, de entender o quanto que essas questões estão muito dentro da gente, não é? (Deise).

Para ela, por ter crescido em uma família preta, quilombola e religiosa, não teve dificuldade com a questão racial, sempre soube que era uma pessoa preta, desde criança. Evidencia ainda o cuidado e preocupação que sua mãe tinha ao sempre enfatizar os cuidados com a maneira de se vestir e de nunca andar sem documentação.

Maria evidencia que sua condição racial e de gênero implica dificuldades na sua vida profissional e relata também que em muitas profissões, o negro é sempre a exceção:

Na minha carreira, é tudo mais difícil. Eu acho assim, a condição de ser preta em qualquer carreira é mais difícil. Não tem essa, qualquer carreira é mais difícil. Tudo você ver que é a exceção. Você vai encontrar um médico preto, é exceção. Tem algumas profissões que tem mais pretos. Mas a maioria das profissões, é mais raro, então acho que o fato de ser preta é sempre mais difícil (Maria).

Valéria afirma que desde pequena, sempre soube que era negra. Para ela, ser uma mulher retinta sempre direcionou apontamentos sobre o seu corpo. Ressalta ainda o racismo experienciado no serviço público, onde sua capacidade é contestada recorrentemente por ser uma mulher negra ocupando aquele espaço:

Eu acho que tipo, desde pequena, na verdade, assim, eu sempre tive para mim, como uma mulher negra retinta, não é? **Não existiu isso de tornar-se negro. Eu sempre soube que eu era negra.** Que tipo, os apontamentos sobre a minha aparência física sempre foram feitos em vários espaços assim, né. Ele começou na escola e depois no trabalho também, assim, tipo, a forma como as pessoas te veem, como se você fosse menos, tivesse menos condições de fazer as coisas, dos cargos, né. De liderança, de gestão. Então é como se você sempre tivesse que estar nesse lugar, de servir, de fazer

o trabalho de secretariado, de ser assessora. E não de ser a pessoa que vai pensar a estratégia, que vai direcionar os projetos, que vai cuidar do orçamento (Valéria).

Valéria pontua a mobilização do lugar que esperam que mulheres negras devam ocupar no serviço público: “de servir, nunca o de ser a pessoa que vai pensar a estratégia”. É bastante nítido que as questões relacionadas a gênero e raça impactam significativamente as trajetórias das mulheres negras entrevistadas, sobretudo no que diz respeito aos processos de ascensão social. No relato dos homens, as percepções de gênero são evidenciadas no sentido de serem os únicos, ou um dos poucos homens negros ocupando aquele espaço.

Dessa forma, os achados da pesquisa evidenciam o racismo cotidiano que permeia as vivências dessas pessoas dentro do serviço público e confrontam a argumentação elaborada por autores da primeira onda teórica das relações raciais, principalmente as ideias formuladas por Thales de Azevedo, que afirmavam que os casos de discriminação não poderiam ser atribuídos ao preconceito racial.

Ao abordar questões relativas a gênero, raça e classe, Bruna Jaquetto Pereira (2019) afirma que intelectuais negras têm apontado a importância de se reconhecer a maneira como esses fatores se encontram entrelaçados na articulação de desigualdades e hierarquias sociais. Sendo assim, gênero, raça e classe são categorias estruturantes que são ensinadas e incorporadas. São formativas da identidade individual e grupal e interagem na produção de desigualdades na sociedade. Logo, a dinâmica da produção dessas desigualdades evidencia o caráter triplo da discriminação (Gonzalez, 1984, 1988) nas trajetórias de vida das entrevistadas.

É possível perceber que as dinâmicas de discriminação estão presentes em todos os âmbitos da vida social, são questões que permeiam o ambiente do lar, da escola, e principalmente, do mercado de trabalho, onde as categorias de raça, classe, e sobretudo de gênero, performam dinâmicas nos processos de socialização dessas pessoas (Pereira, 2019).

3.4.1 Mobilidade e ascensão social: “é difícil, o pobre sempre fica em você, herança de pobre”

Nesse tópico, serão abordadas as experiências de ser uma pessoa negra e pertencer a grupos econômicos de renda média e alta. Assim, Deise relata a surpresa das pessoas quando

ela falava o lugar em que mora. Afirma ainda que sempre sentia a necessidade de ter que se justificar, até que passou a não se importar mais com isso:

Olha, você sabe que eu não olhava pra isso, né. Até quando eu mudo pro Taquari. E aí lá as casas viram milhões depois, né? Porque o povo fala de milhão aqui e tal, eu vim e vi milhões em Brasília, né... Mas eu vejo que tem um... eu tenho algumas colegas que falam: nossa mas você mora no Taquari”. E a casa era muito pequena. Hoje que eu estou reformando ainda a casa, não é? Mas eu vejo que às vezes eu queria justificar: “não, mas eu moro aqui há muito tempo que não sei o quê”, aí agora eu estou assim, “não, não é sobre isso aí não”. Estou aqui, trabalho para caramba, 30 anos, financiei, trabalho para caramba. Então assim, é um negócio que é muito louco, né? (Deise).

Quando perguntada a respeito da experiência de ser uma mulher negra e pertencer a grupos econômicos de renda média e alta, Maria também fala sobre o lugar em que mora, mas, diferente de Deise, sua narrativa se desloca para outro lugar. Para ela, em 25 anos, ter sido a única pessoa negra no condomínio em que mora sempre lhe causou angústia – é possível observar isso na maneira como ela narra o fato: a palavra carregada, o olhar direcionado para a janela e se distanciando através do horizonte por um breve período, depois o gesto de abaixar a cabeça e fazer uma pausa na fala, para em seguida, levantar abruptamente a cabeça e dizer com alegria: “agora não, agora tem o Lúcio”:

É assim, muitas vezes não é fácil... Aqui, eu sou a única mulher preta do prédio... Agora não, agora tem o síndico, tem o Lúcio, que ele veio morar no apartamento do sogro dele, é um homem preto, é engenheiro da Câmara e tal, mas até pouquíssimo tempo era só eu (Maria).

Assim como relatado anteriormente pelos outros entrevistados, Davi posiciona a sua fala nesse tópico da entrevista para ressaltar a necessidade e a importância da presença de pessoas negras no serviço público, onde também afirma ser uma exceção e observar o reduzido número de pessoas negras presentes no seu ambiente de trabalho:

Posso, cara, posso. Excelente essa pergunta, viu. Assim, essa pergunta é excelente, cara, porque embora eu não tenha nenhum preconceito, né. Eu não tenha nenhum trauma, nada disso. Não que eu não tenha sofrido preconceito na vida, já sofri. Mas eu não tenho trauma nenhum com relação a isso. Mas você percebe nitidamente que você é uma exceção. Isso pra mim não tem dúvida. Você percebe que você é uma exceção e... cresce em você a necessidade de ter mais pessoas... eu não estou falando de pardo não, estou falando de negro mesmo, da minha cor. De ter pessoas negras nesse meio. Na câmara você tem várias pessoas negras em posições de destaque, que passaram no mesmo concurso que eu. Mas realmente, eu acho que são minorias. Eu acho que são minorias perto do que é a população no Brasil, eu acho que é minoria (Davi).

Bruno direciona a pergunta para a falta de dinheiro no passado e a forma como isso afeta a sua vida ainda hoje. Relata o fato de que, ainda que hoje possua boas condições financeiras, as experiências vividas anteriormente fizeram com que ele mobilizasse uma sensação de não possuir e, por isso, tem o costume de gastar pouco e guardar muito dinheiro que, segundo ele, “é herança de padre”:

Quando você não tem dinheiro, você conta tudo, né? Contava dinheiro para vir para cá de ônibus. Não sobrava, só sobrava dinheiro para comer no bandejão. Eu tentava falsificar a minha carteirinha para não pagar o bandejão. Você não tem dinheiro, né... Então isso foi acontecendo aos poucos, tudo bem, supera né, vai fazer o que. Como é que eu vou conseguir dinheiro? Eu vou dar aula. Aí eu dava aula para supletivo, dava aula no Guará, em Taguatinga, no Gama. Aí conseguia uma grana para tomar cerveja, ir ao cinema e tal. Porque antes, quando dependia da minha mãe, não tinha dinheiro. O dinheiro era só pra comer e ônibus. A coisa vem natural de você ter mais dinheiro e tudo mais, mas ao mesmo tempo você ainda fica com aquela experiência de não ter dinheiro e meio que segurar. Então eu guardo muito dinheiro. Mas assim, você vai mudando com o tempo, né? **É difícil, o pobre sempre fica em você, herança de pobre.** Já minhas filhas são diferentes, né, ainda mais a minha mais nova, ela já não se preocupa em gastar dinheiro (Bruno).

Valéria evidencia a contradição existencial entre ser negro e pertencer a grupos socioeconômicos de renda média/alta (Rocha, 2019). Para ela, ser uma pessoa negra e pertencer a grupos econômicos de renda média e alta a coloca em um lugar de contradição, pois, ainda que a condição econômica lhe proporcione muitas possibilidades, o fato de ter pessoas próximas que não tiveram a mesma oportunidade é dolorido:

Você fica num lugar um pouco contraditório, porque, tipo assim, por um lado, com certeza, não quero ter outra condição socioeconômica. Quero ter essa ou conhecer uma melhor. Não quero ficar pobre, quero ficar rica, mas também ao mesmo tempo é, tipo assim, ter a condição econômica me dá possibilidades muito, muito boas. Assim, é muito bom. Poder tipo, ir para o mercado e comprar qualquer coisa que eu quiser e enfim. Mas por outro lado, também é um pouco doloroso assim, tipo, ver pessoas da minha família que não têm as mesmas condições. Ter primas que não estudaram, não concluíram o ensino médio. Que são tipo, mais ou menos da minha idade e que as condições da família nuclear delas foram muito diferentes das minhas, né? (Valéria).

Roberto afirma que ser pardo lhe propicia acessos mais fáceis à determinados grupos ocupados majoritariamente por brancos, no entanto, ao refletir sobre a sua inserção nesses espaços, evidenciando eventuais facilidades que ser pardo mobiliza em sua trajetória, e que a sua inserção nesses meios não é sinônimo de aceitação, mas sim, de tolerância:

Então, como eu sou pardo, de certa forma eu tenho um acesso mais fácil a grupos, espaços ocupados predominantemente por pessoas brancas. Eu consigo me inserir de forma mais fácil do que uma pessoa preta, né? Então, querendo ou não, eu consigo me inserir de forma mais fácil, mas também isso não se confunde com uma aceitação, né, pode ser, trata-se somente de uma tolerância, de uma tolerância. Então, eu, ao estar

presente, isso até hoje, ocupo um espaço predominantemente de pessoas brancas, eu me sinto desconfortável, sabe? Apesar das pessoas que eu sou próximo, serem pessoas de índole boa, serem pessoas corretas, enfim, sem preconceito. Só o fato de você estar lá é diferente, né? Então, quando você vê alguma pessoa como você, tipo, causa até estranheza, eu falo: “meu Deus, nós somos 2 aqui, né?” assim, de fato, eu ocupo espaço ocupados predominantemente por pessoas brancas. A maior parte dos espaços, mas é uma mera tolerância, assim, uma aceitação (Roberto).

Gabriel relata mais uma vez o grande incomodo de não ter pessoas negras ocupando os mesmos cargos que ele no serviço público. Diz que apesar do racismo presente nesses espaços ser mais brando, foi difícil para ele crescer em ambientes majoritariamente brancos; constatou isso a partir de se perceber como um homem negro. Assim, afirma ainda que ter crescido em meios totalmente brancos fez desenvolver nele sentimentos de timidez, medo, introspecção e dificuldades de socialização.

O entrevistado evidencia ainda a importância de políticas públicas direcionadas às questões étnico-raciais nas escolas e o papel da educação para as relações raciais que, segundo ele, teriam possibilitado mais cedo o entendimento sobre si:

Então, assim, puxando o gancho do meu trabalho, no meu trabalho eu sinto uma dificuldade de me alavancar profissionalmente. Eu sinto uma dificuldade de aproximação de pessoas que poderiam me alavancar profissionalmente, mas eu ocupo um cargo público que ele é meu por direito e que eu não vou ser expulso dali da noite pro dia. Então, de certa forma, eu sinto que o racismo que existe no trabalho, falando em termos gerais assim, ele é um pouco suavizado, no meu caso. Mas para além dele, sempre foi muito duro, sempre foi muito duro crescer em meios brancos, escolas brancas, com amigos praticamente todos brancos. Principalmente porque eu não tinha noção disso. Eu só consegui descobrir isso depois que eu me identifiquei com um homem negro e passei a fazer quase como uma autoanálise da minha vida, do que se passou, enfim. Então assim, dificuldade de aproximação de pessoas, sempre muito introspectivo, sempre muito tímido, sempre muita dificuldade de mostrar minhas potencialidades enquanto criança mesmo, sabe? Sempre muito medo, de andar na rua, andar na rua sozinho. Isso menos hoje, mais ainda sim me acompanha, mas quando era mais novo, era muito forte assim, sabe? Então, assim, para mim, a menor dificuldade foi ter crescido em um meio que eu não via pessoas parecidas comigo e que eu não sabia disso. Eu não sabia qual era o problema, então eu estava sentindo alguma coisa. Eu sentia isso na pele, não atoa eu desenvolvi uma introspecção e uma timidez muito grande, mas eu não tinha noção de qual que era a causa disso, e eu acho que se eu tivesse tido, talvez, um contato com o que que era raça, o que que era o racismo, o que que o racismo estrutural significa, por quê que pessoas negras que ocupam esses espaços enfrentam e vão enfrentar e podem fazer a respeito, eu acho que teria sido muito diferente. E aí assim, eu penso em duas coisas, um, na minha família, isso poderia ter vindo da minha família, e dois que eu acho que é mais, eu acho que é uma demanda maior hoje que a gente tem no Brasil, que é vindo em forma de política pública do Estado, né? Eu acho que isso tinha que ter sido passado para mim e para os alunos que estavam no meu lado na escola. E acho que desde cedo mesmo, sabe? Colocando esse contraste, mostrando e não simplesmente colocando debaixo do pano e fingindo que todo mundo ali é igual. E às vezes ali um menino negro vai estar passando por problemas que o menino branco ele não vai estar. Só que talvez, os professores não estão olhando para ele e não conseguem nem talvez canalizar aquilo ali, receber e acolher aquele menino, porque nem ele sabe que está

passando por aquilo. Eu acho que esse é, para mim, o maior problema de todos (Gabriel).

Ao relatarem suas percepções a respeito de serem pessoas negras e pertencerem a grupos econômicos de renda média/alta, os entrevistados refletem sobre sua existência ocupando esses lugares, trazendo à tona angústias e anseios que permeiam suas vidas e cotidiano nesses espaços.

As questões relacionadas a gênero e raça influenciam significativamente as trajetórias dos entrevistados, sobretudo no que diz respeito aos processos de ascensão social. Santana (2009) afirma que pessoas negras que experimentam a mobilidade ascendente são vistas em determinados ambientes de classe média em que transitam como fora do lugar; vistas como ocupantes dos lugares possíveis para os negros. Isso comprova que a discriminação racial ultrapassa os limites da pobreza.

3.5 Hábitos de consumo, lazer e sociabilidade: “eu sempre estou sendo lembrada que sou negra”

Os trechos a seguir evidenciam como as pessoas entrevistadas se sentem frequentando espaços de classe média e alta em Brasília. Relatam suas experiências pessoais nos espaços em que frequentem na vida cotidiana, como restaurantes, mercado, academia e shoppings. Abordam também a forma como são tratadas nesses ambientes:

Eu odeio ir a shopping, quando eu ia a shopping... se você vai desarrumado, dependendo da pessoa que está lá, ela te julga também. Então eu odeio ir a shopping, eu quase não compro roupa, minha mulher que compra roupa pra mim. Se eu preciso comprar alguma coisa é pela internet (Bruno).

Olha, minha vida é muito simples, né cara. Sempre foi assim, então... em Brasília, o que eu frequento é o clube do exército, que é local que é uma amostra do exército. Não tem problema. Restaurante que eu frequento... normais aqui em Brasília. Apesar de que Brasília é uma cidade... eu moro no Plano e frequento muitos restaurantes aqui no Plano. Você já percebe que você é uma exceção, é nítido. Nunca fui destrutado, de forma alguma. Mas, é uma exceção, né. E aí você ver, por ser uma exceção, quando as pessoas descobrem que você mora no Plano ou qualquer coisa do tipo, as pessoas se espantam e as vezes pode até dar aquele furo porque pressupõe: “ué, você mora aonde, você veio de onde?” tem isso, né. Isso acontece. Mas os espaços que eu frequento são esses. Nos espaços de lazer, eu como negro normalmente sou uma exceção, na maioria das vezes. Igualmente no trabalho, a mesma coisa (Davi).

Os relatos de Bruno e Davi são breves e pontuais. Breno relata que odeia frequentar shoppings e pontua os julgamentos recorrentes nesse lugar e, por isso, evita ao máximo sair de casa, preferindo fazer compras online. Davi afirma que frequenta muitos restaurantes em Brasília e nunca foi destratado, mas percebe que tanto nesses lugares, quanto no trabalho e em outros espaços de lazer, ele enquanto negro é uma exceção. Aponta ainda, mais uma vez, para as dinâmicas relacionadas à surpresa e questionamento das pessoas que são direcionadas a ele. Dessa vez, ao descobrirem que ele mora no Plano Piloto.

Nos relatos de Deise, Maria e Kátia, podemos perceber que suas percepções nesses ambientes são bastante semelhantes:

[...] eu lembro que o ano passado eu fui... Já percebi que é discriminação. A gente foi numa confraternização que foi num restaurante, eu fui duas vezes lá nesse restaurante, que fica aqui no Lago. É chiquíssimo, sabe. Fui ano passado lá e foi nítido. Ah, esse dia eu vi né, tem um... são os olhares. A gente chegou e tinha uma galera né, rapaz... o povo olhou a gente de cima a baixo. A gente foi fazer a nossa confraternização e aí eu e o coordenador daqui, né, somos dois pretinhos. Nossa, você vê... aí a gente queria sentar numa mesa e falaram “ah, que essa mesa...” a gente vai sentar aqui, não tinha nem placa de reservado, né. E aí sentamos lá na mesa. E aí tem umas coisas assim que são, sabe, a sutileza ali do racismo né, mas em outros lugares geralmente é isso né, que é quando a gente fala de trabalhar com a questão racial você sempre é o único. E nós somos tanto né, a maioria (Deise).

Eu frequento lugares de classe média aqui no Plano, não é. E viajo muito com as amigas. E sempre frequento lugares de classe média. Sou discriminada em muitos lugares, muitos. E mostro para elas. Algumas entendem e aceitam, outras falam “ah, não é por isso, não é aquilo. Então, até hoje assim, eu sou a última a ser servida, eu sou a última... sempre, não tem essa, é qualquer situação, as pessoas se dirigem primeira a elas e a mim em último lugar (Maria).

Eu já vivenciei várias experiências no tempo que... Eu já fui casada, né, O tempo que eu era casada. Era com um homem negro também, né. Um homem negro de pele retinta como a minha, mais escura que a minha. E assim a gente vivenciava experiência assim, muito patéticas, né? Do tipo assim, chegava no restaurante onde só havia gente branca. Chegava num restaurante desses frequentado só por gente branca, que marca, né, o poder econômico deles, e a gente sentia uma expectativa assim deles... posso estar viajando na maionese... Na maioria das vezes a gente sentia assim um incômodo. Todo mundo olhava pra gente. É um lugar chato também sabe por quê? Eu tenho uma consciência de que meus pares não estão, sabe? Eu não queria que isso fosse tão difícil, que acessar esses espaços fosse tão difícil assim. Não me alegra ser raridade, não me alegra estar nesse espaço. É um espaço de solidão. A grana da acessos, né? Ela dá acessos, mas você, pelo menos o meu caso, né. Eu vou falar muito também, particularmente, do contexto do Distrito Federal. É um lugar muito segmentado, né? Então, ele tem uma divisão racial e econômica muito clara, né? Os pretos estão nas Regiões Administrativas mais distantes do Plano Piloto. Então para mim é muito claro os espaços onde tem majoritariamente brancos, onde tem majoritariamente preto, assim. Eu, à medida que fui fazer esse movimento de ascensão social, fui me distanciando das regiões administrativas mais distantes do plano e me aproximando mais do Plano Piloto. E assim, hoje o que eu consumo, né? Os acessos que eu tenho me permitem consumir lazer e cultura em espaços majoritariamente brancos. Só que eu não me sinto bem. Eu não me sinto confortável. Eu vivencio essa experiência de não pertencimento (Kátia).

Também em ambientes de restaurantes de Brasília, Deise afirma perceber ser uma exceção e fala sobre os olhares lançados sobre seu corpo ao chegar nesses ambientes; relata que percebe as sutilezas do racismo cotidiano na forma como é tratada nesses espaços. Maria evidencia a mesma coisa e afirma que, ao sair com suas amigas brancas, é sempre a última a ser servida nesses ambientes.

Para Kátia, além de também ser uma exceção e de perceber os olhares lançados sobre seu corpo ao frequentar esses ambientes, relata que não se alegra de ser raridade, de ser uma das poucas – ou a única – a estar frequentando esses espaços. Se emociona ao falar que não queria que fosse tão difícil para pessoas como ela poder estar nesses espaços também, conseguir acessar esses lugares e ter condições financeiras para acessar esses lugares. Para ela, “é um espaço de solidão”. A entrevistada ressalta ainda as segregações sociorraciais que configuram muitos espaços do Distrito Federal, diz que à medida que foi ascendendo socialmente, percebeu que os espaços iam ficando cada vez mais brancos, lhe trazendo um sentimento de desconforto e não-pertencimento.

Nos trechos a seguir, pode-se observar as situações cotidianas de racismo que as pessoas sofrem em supermercados de Brasília. Rodrigo afirma que, por ser pardo, nunca imaginou que isso fosse acontecer com ele, pensava ser uma questão distante, daquelas que é possível observar frequentemente nos noticiários. Revela ainda a sua frustração com a família ao ter relatado uma experiência de racismo em um supermercado:

Então, como eu te falei, aquilo do fato de ser pardo, conseguir me inserir mais em alguns lugares. Eu nunca imaginei que fosse passar pela situação que eu vejo na internet, né? Que são pessoas que chegam num lugar e o segurança começa a acompanhar, em certo estabelecimento. E isso aconteceu no Lago Sul, acho que foi em 2022. Eu tinha saído da academia e entrei num supermercado, eu fui comprar banana. Eu lembro que eu estava dando voltas e voltas ali onde ficam guardadas as bananas. E nisso eu percebi que uma atendente foi para trás de mim, meio que acompanhar, sabe? É, acho que o fato também de eu estar todo largado. O fato também de estar no mesmo lugar e rodando, né, enfim. Mas foi algo que eu presenciei e eu senti que foi uma espécie de preconceito, de racismo. E eu nunca imaginei que eu fosse passar. Eu não consigo dizer com certeza se foi, se não foi, mas sabe quando você tem aquele sentimento? E chegando em casa, eu fui falar para os meus avós e eles: não, você deve ter entendido errado”. E isso é o mais frustrante, né? Você levar isso para sua família e a sua família não te apoiar ou não concordar e fazer pouco caso não é, isso é muito frustrante também, é isso (Roberto).

No relato de Valéria, o ambiente de restaurantes, shoppings e supermercados também é uma constante, percebe que nunca passa despercebida por esses lugares: “as pessoas te olham dos pés à cabeça, o segurança te segue”. E isso faz ela nunca passar despercebida pelos lugares

que frequenta. Relata ainda que se não for maltratada, não são os olhares que vai fazê-la deixar de frequentar esses lugares, como ela afirma: “*eu sempre estou sendo lembrada que eu sou negra*”.

Em nenhum desses lugares acho que o meu corpo passa despercebido. Que eu, como pessoa negra, não sou notada, assim, né? Acho que experiências de racismo, de algum desconforto, assim, mais frequente aqui em Brasília de coisas de lazer que a gente faz é em restaurantes, né? Então, esses restaurantes aqui, principalmente do plano, acontecem de ser, sei lá, tipo, da pessoa meio que olhar pra você e pensar que você não pode estar ali, que você não vai conseguir pagar a conta, que você não... O que eu acho estranho, né? Tipo, mas quem é esse pessoal? Entender o que as pessoas estão fazendo aqui. Isso é comum, assim. Acho que também, tipo, todas aquelas coisas de shopping, assim, né? Tipo, de entrar numa loja se você está com uma bolsa, o segurança vai te seguir pra ver se você vai pegar alguma coisa. Já vivi várias vezes, até em supermercado também. Teve uma vez horrível, assim, que eu e o meu companheiro a gente foi no supermercado e a gente foi perseguido no supermercado inteiro, assim, pensando que a gente ia... Porque a gente estava com uma mochila, acho que a gente tinha saído daqui da UnB. A gente estava com uma mochila, ia comprar um vinho e, tipo, foi muito ruim, assim. Então acho que, tipo, **eu sempre estou sendo lembrada que eu sou negra**. E é uma coisa que está sempre presente, assim. Mas acho que tem um momento desse jeito que eu fui criada, assim, né? Que é um momento que, tipo, eu senti, entendi e vivi de um jeito que eu não me restrinjo por nada. Tipo, eu posso estar em qualquer lugar. Eu posso ir aonde eu quiser. Eu posso entrar nos diferentes espaços. Eu posso, se eu quiser, ir num restaurante x que é muito bom. Todo mundo fala que é muito bom. Eu vou, sabe? Mesmo sendo... Lógico que se eu for maltratada, eu não vou no lugar. Mas mesmo vendo os olhares, tipo, dos clientes, dos garçons, mesmo entendendo que, tipo, eu estou ali e está sendo estranha para eles, eu não quero me restringir de circular e de estar nos espaços por conta disso, assim. É um pouco o jeito que eu tento viver e tento criar o meu filho, sabe? (Valéria).

Guilherme relata que de todos os espaços que frequenta, a academia é o que ele consegue observar possuir a menor quantidade de pessoas negras, nem mesmo os funcionários são negros, como afirma ele. E sente que é desprezado nesse espaço, que é majoritariamente branco. Evidencia ainda que em outros espaços de classe média e alta que frequenta em Brasília, é recorrente ele demorar a ser atendido²⁵:

Me veio na cabeça a minha academia, assim. Hoje eu faço três vezes na semana, mas em outros momentos já frequentei mais vezes. E lá é uma academia cara, né? Então assim, uma academia que talvez de todos os espaços que eu frequento hoje, talvez o espaço mais branco que eu frequento. Então as pessoas negras ali dentro realmente são muito raras, até mesmo os funcionários, até mesmo os professores, realmente é um espaço 95% branco. E eu sinto um certo desprezo de algumas pessoas por mim.

²⁵ À guisa de nota: Guilherme sugeriu que a entrevista fosse feita em um café na Asa Sul. Chegando lá, passamos um bom tempo esperando até finalmente sermos atendidos. E como relatado no diário de campo: “Sentamos no café e solicitamos o atendimento 3 vezes, até sermos atendidos por algum garçom. Após a finalização da entrevista, resolvi ficar sentado no café por um tempo para poder observar um pouco o lócus e as dinâmicas aqui presentes. Durante toda a tarde, vi apenas cinco pessoas negras frequentando o espaço. Era sempre uma ou outra de hora em hora”.

Então assim, por exemplo, uma situação muito típica que eu passo quando eu frequento. Tem algumas atendentes na entrada da academia que controlam a entrada e saída das pessoas. Geralmente tem umas três ou quatro e elas cumprimentam as pessoas. Faz meio que parte do trabalho delas cumprimentar as pessoas, dar um atendimento ali administrativo se precisar. Eu sinto que elas não olham direito pra mim, sabe? Eu sinto que elas desviam o olhar comigo mais do que com outras pessoas, elas não respondem tanto os meus bons dias, meus boas tardes. E não só elas, como os professores também. Então assim, isso lá é muito forte. Eu falei um pouco do trabalho nesses termos também. Não exatamente de não cumprimentar as pessoas, mas essa dificuldade talvez de aproximação social com pessoas brancas que estão ocupando esses espaços. Outro espaço que eu ocupo tem o meu trabalho, que eu já falei um pouco no meu dia a dia. E eu frequento, eu sou morador do sudoeste, que é um bairro de classe média, classe média alta. E eu frequento ali com muita frequência, né? Não só ali, mas o Plano Piloto como um todo. E são lugares muito hostis pra pessoas negras de um modo geral, né? Então é comum eu entrar em estabelecimentos e garçons e atendentes demorarem um pouco mais pra me oferecer uma cadeira ou demorarem um pouco mais pra tomar a iniciativa de perguntar se eu vou querer alguma coisa. Quase como se sempre tivesse uma dúvida maior em torno da minha condição financeira, em torno da minha capacidade de penetrar e adentrar esses lugares como qualquer outra pessoa que tá ali, sabe? Então eu acho que de modo geral é isso (Guilherme).

Dessa forma, é possível perceber nos relatos das pessoas entrevistadas que muitas vezes elas são as únicas pessoas negras presentes nos espaços em que frequentam no Plano Piloto, sobretudo em restaurantes. Revelam também a surpresa das pessoas brancas diante de sua presença nesses espaços, evidenciando o que Sueli Carneiro (2011) pontua como: “a certeza de que aquele negro está “fora do lugar” (*Ibidem*, p. 168).

No relato dos entrevistados, podemos perceber que uma das ideias diante desse fato “é a de uma suposição generalizada de que os negros não dispõem de poder aquisitivo para pagar serviços de qualidade, posto que está incrustado no imaginário social que eles são, em geral, pobres. Então estaríamos ante uma situação de discriminação de classe social” (Carneiro, 2011, p. 167). Contudo, no relato de alguns entrevistados, podemos perceber “a interferência da raça e da cor” (*Ibidem*, p. 168) no tratamento diferenciado que se revela às pessoas.

Os entrevistados evidenciam experiências de racismo e discriminação em restaurantes, supermercados, shoppings e academias do Plano Piloto, por serem espaços muito brancos. E evidenciam a dificuldade de aproximação social com pessoas brancas que estão ocupando esses espaços. Isso evidencia o que Carneiro (2011) afirma sobre a presença de pessoas negras em determinados espaços: “não basta ser rico, tem que parecer” (*Ibidem*, p.169), e como pontua Rocha (2019), “o negro que enriquece não é um branco. Ele é, antes de tudo, aquilo que é: um negro rico” (*Ibidem*, p. 89). Assim, é possível observar nos relatos acima que ser uma pessoa negra com poder aquisitivo para poder frequentar esses espaços não basta, uma vez que a configuração semântica do parecer rico é: ser branco. Dessa forma, o comportamento das

peessoas brancas para com as pessoas negras que ocupam nesses espaços, configura a ideia de que aquele não seria o lugar delas.

Os olhares de estranhamento lançado sobre seus corpos e o sentimento de não pertencimento é algo presente no relato dos entrevistados, assim como o incômodo e mal-estar causado pelo fato de serem uma das poucas pessoas negras nos ambientes em que frequentam. Logo, é possível observar que o processo de ascensão social concede às pessoas negras segurança econômica e condições de oferecer melhor qualidade de vida à suas famílias. Contudo, o peso das marcas raciais e da cor da pele ainda são sentidos intensamente por esses sujeitos, assim como as implicações de gênero. E mesmo que esse peso seja reduzido se comparado ao carregado por gerações anteriores, ele continua sendo um fardo doloroso para as pessoas negras que ascendem socialmente (Santana, 2009).

Dessa forma, ainda que possuam alto nível educacional e ocupem espaços de prestígio, a discriminação contra pessoas negras de classe média e alta é mobilizada a partir de categorias definidoras dos lugares possíveis que são impostos sobre os corpos destas pessoas, principalmente às mulheres negras (Gonzalez, 1984), assim, quando esses sujeitos não correspondem às expectativas que dominam a ótica da branquitude à respeito dos lugares possíveis para os negros, as estruturas de sentimento são impactadas e desestabilizadas, fazendo surgir descrença, raiva, ódio e ressentimento.

Como pode ser observado nas falas dos entrevistados, mais especificamente: quando Valéria afirma que um homem branco que ocupava a mesma posição que ela, não conseguiu acreditar que ela era sua colega de profissão; quando Deise relata a surpresa das pessoas sobre o bairro onde mora; quando Davi afirma que as pessoas não conseguem acreditar que ele é um oficial do Exército que estudou no IME; quando Bruno diz que não conseguiram acreditar nas suas aprovações no vestibular e no concurso para docente, e lhe rogaram: como que “esse preto passou e eu não”, ao passo que ele devolve: “foram os meus olhos azuis”.

Conclusão

Ao refletir sobre as trajetórias de pessoas negras no processo de ascensão social no Distrito Federal, buscou-se fazer uma breve reflexão sobre como a posição de classe média é vivenciada por essas pessoas, levando em consideração suas percepções sobre as questões relativas à origem social e familiar, escolarização, trajetória profissional, percepções sobre condição racial e de gênero, hábitos de consumo, lazer e sociabilidade.

Como evidenciado ao longo deste trabalho, o Distrito Federal, mais especificamente a Região Administrativa do Plano Piloto, possibilita boas condições para uma análise relevante sobre os processos de mobilidade e ascensão social, uma vez que a cidade se constituiu como um centro de dominância política e econômica, além da centralidade do serviço público na configuração das dinâmicas estabelecidas desde a sua construção. Assim, foi evidenciando que o concurso público é um dos principais mecanismos de mobilidade para as pessoas negras.

Os entrevistados enfatizam a importância que a família ocupa em suas trajetórias, sobretudo no que se refere à educação. Sabe-se que a educação é tida como um importante instrumento de ascensão social e, na análise das entrevistas, foi possível observar o papel da educação nos processos de mobilidade geracional e intergeracional dos entrevistados. Para eles, a educação e a base de apoio estabelecida pela família, bem como, o incentivo e as condições materiais proporcionada pela rede familiar, constituem os principais fatores que contribuíram para que pudessem ocupar a posição que ocupam dentro do serviço público. E ainda que algumas dessas pessoas tenham enfrentado dificuldades financeiras – fator que fez com que não pudessem se dedicar somente aos estudos –, para a família, a educação sempre ocupou o lugar de maior importância. Desse modo, o investimento em instrução é visto como um amplificador das possibilidades de conquista de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Na trajetória profissional dessas pessoas, o serviço público é visto como uma forma de minimizar os efeitos do racismo que venham a experimentar durante a trajetória no mercado de trabalho. Assim, a busca por autonomia fez com que buscassem no concurso público uma fonte segura de renda. Contudo, evidenciam que sua condição racial e de gênero implica em dificuldades na vida profissional, uma vez que na maioria dos casos são sempre a exceção. E apesar do mérito que tiveram para conseguir ocupar a posição que ocupam, o racismo se coloca diante delas enquanto uma forte barreira à sua integração nessas posições de classe.

Ao longo dos relatos, foi possível observar que todos apontam para a falta de representatividade dentro do serviço público, onde observam o reduzido número de pessoas negras ocupando aqueles espaços, bem como, a forma que as intersecções de gênero, raça e classe estão imbricadas em suas trajetórias de vida. Pode-se perceber ainda que ser uma pessoa negra e, sobretudo, uma mulher negra ocupando cargos no serviço público representa uma trajetória onde as barreiras são impostas continuamente, evidenciando dificuldades que precisam ser enfrentadas a todo instante.

As mulheres negras relatam o racismo experienciado no serviço público, onde suas capacidades são contestadas recorrentemente, por serem mulheres negras ocupando aqueles espaços. Enfatizam ainda a mobilização do lugar que esperam que elas devam ocupar. Assim, é possível perceber que as questões relacionadas a gênero e raça impactam significativamente as trajetórias das mulheres negras entrevistadas, sobretudo no que diz respeito aos processos de ascensão social. Para os homens, as percepções de gênero e raça são evidenciadas no sentido de serem os únicos, ou um dos poucos homens negros ocupando aqueles espaços. Logo, os achados da pesquisa evidenciam o racismo cotidiano que permeia as vivências dessas pessoas dentro do serviço público.

No que diz respeito aos hábitos de consumo, lazer e sociabilidade, pode-se perceber que a condição racial não permite que essas pessoas negras pertencentes à classe média se integrem definitivamente no “mundo dos brancos”, uma vez que o peso da cor da pele é intensamente evidenciado nos espaços em que frequentam na vida cotidiana, como restaurantes, shoppings, supermercados e academias do Plano Piloto.

Foi evidenciado ainda que essas pessoas se sentem em uma condição fronteira entre o ser e o não-ser, que ocasiona uma contradição, pois ainda que possam usufruir do capital econômico e cultural, ter estabilidade financeira e práticas de consumo, lazer e sociabilidade que as fazem pertencer à classe média, sua condição racial e de gênero faz com que elas não se sintam pertencentes a esses espaços, dado que, na maioria das vezes, são as únicas pessoas negras presentes naqueles ambientes; e que eles, enquanto negros, são a exceção. Evidenciam ainda a surpresa e questionamentos de pessoas brancas a respeito de suas condições de classe, lugares onde moram e a ocupação de cargos de prestígio no serviço público.

E ainda que possuam alto nível educacional e ocupem espaços de prestígio, a discriminação contra essas pessoas é mobilizada a partir de categorias definidoras dos lugares possíveis que são impostos sobre seus corpos, principalmente às mulheres negras (Gonzalez,

1984), assim, quando esses sujeitos não correspondem às expectativas que dominam a ótica da branquitude à respeito dos lugares possíveis para os negros, as estruturas de sentimento são impactadas e desestabilizadas, fazendo surgir sentimentos de descrença, raiva, ódio e ressentimento.

As percepções de discriminação dos entrevistados se mostraram muito semelhantes ao longo da análise das entrevistas. Ainda que em alguns relatos essas percepções tomassem os caminhos da dúvida, de um lado, e da certeza, de outro, o fato de serem pessoas negras ocupando espaços majoritariamente brancos, seja no trabalho ou em espaços de lazer, não permite duvidar que isso se dá pelo fato de serem pessoas negras. E isso, para os olhares impostos sobre seus corpos nesses espaços, representa que estariam fora do lugar. Contudo, para essas pessoas negras, esses lugares – ainda que mobilizem sentimentos de exceção, isolamento, desconforto e não-pertencimento – são seus por direito, por merecimento e por dedicação e luta ao enfrentamento das barreiras e do racismo que se impuseram ao longo de suas trajetórias de vida.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. *In: Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S. A, 1966.

BARBOSA, Rogério Jerônimo. A sociologia da desigualdade de renda. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, 2023.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 4. Ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

BEHR, Nicolas. **Brasília-A-Z cidade-palavra**. Brasília: Ed. do autor, 2014.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras: 2022.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 3ª edição, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. *Estudo Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 2, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto dos & SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações raciais em perspectiva**. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, 12 (2): 215-222. 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, abril: 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Dinâmicas de racialização e o antirracismo no Brasil contemporâneo**. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. BRITO, Yuri. O “negro-vida” e o “branco-tema”: apontamentos sobre uma nova patologia social do branco brasileiro. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 25, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dynamics of racialization and the anti-racism in

Contemporary Brazil. In: Zakarov, Nikolay; Tate, Shirley; Law, Ian; Bernardino-Costa, Joaze (Orgs), **Futures of Anti-Racism: paradoxes of deracialization in Brazil, South Africa, Sweden and the UK**. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 69-137, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Opening Pandora's Box: The Extreme Right and the Resurgence of Racism in Brazil**. Translated by Heather Hayes, Latin American Perspectives, Issue 248, Vol. 50 N. 1, January 2023, 98-114, 2023.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: editora sociologia e política, 2010.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without Racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America**. Lanham/Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dessenhorizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Mana**, v. 28, n. 3, p. 1-30, 2022a.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dessenhorizar a universidade: 10 anos da lei 12.711, ação afirmativa e outras experiências. **Mana**, v. 28, n. 3, p. 1-30, 2022b.

BRITO, Yuri Santos de. **“PROFESSORA, QUE BOM QUE VOCÊ TÁ AQUI”**: trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da UnB. 2019.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito de Patricia Hill Collins**. 1ª edição. Porto Alegre: editora ZOUK. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos**, v. 47, p. 155-76, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Ricardo Dias de. **Nós queremos reitores negros, saca? Trajetórias de universitários negros da classe média na UFMG**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 2017.

CAVALCANTE, Jordhanna Neris Sampaio. **Sobrevivendo no inferno da 'democracia' no Brasil pós-1988**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia), Universidade de Brasília. Brasília, 83 p. 2019.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios- PDAD**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal- Codeplan. Governo do Distrito Federal. Brasília, 2018.

CODEPLAN. **População negra do Distrito Federal, 2019**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/639-da-populacao-negra-do-df-mora-em-ras-de-media-baixa-e-baixa-renda/>

COLLARES, Ana Cristina M. **Uma questão de método: desafios da pesquisa quantitativa na Sociologia**. *Idéias*, v. 4, p. 109-135, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**. (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>.

FERNANDES, Fernandes. **A integração dos negros na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador.** São Paulo: Annablume/Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. **Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira.** Cadernos pagu (23), 2004.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média Negra: trajetórias e perfis.** Salvador, EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Angela. **Subir na vida: a complexa experiência dos afro-brasileiros de classe média.** XXI Encontro Anual da ANPOCS.

FIGUEIREDO, Angela; FURTADO, Cláudio Alves. Elites Negras. In: **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** (Org. Livio Sansone; Cláudio Alves Furtado), p. 131-154. Salvador: Ed. UFBA, 2014.

FIGUEIREDO, Angela. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações de desigualdades raciais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 11-16, 2015.

FORMAN, James. **A Frente Negra.** Black Power, Poder Negro. Cadernos Don Quixote, nº 18. 1969.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, 2004, 14 (28), 139 -152.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade.** São Paulo: Papirues. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcho rural no Brasil.** São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** Rio de Janeiro, 1973.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Orgs.), (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, v. 2, p. 223-244, 1983.

- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Isis Internacional, Santiago, v. IX, p. 69-82, 1988a.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93, p. 69-82, 1988b.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org) Flávia Rios e Marcio Lima. 1ª ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro**. **Revista de Antropologia** (26), 1983.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle Silva. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle Silva; LIMA, Marcia. (Ed.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle Silva. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Toopbooks Ed: 2003.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019.
- JACCOUD, Luciana. **Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no brasil**. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 45-64, 2008.

JACQUES, Paola Berenstein; JÚNIOR, Dilton Lopes de Almeida. **A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento**. XII EHA – Encontro De História da Arte – UNICAMP, 2017.

JUNIOR, Pedro Jaime de Coelho. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial: uma abordagem socio-antropológica**. Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial**. Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo, 18(18). 2017. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.06>

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No Dilacerar do Concreto: As histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de Joanesburgo (1955 - 1971)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 264 p. 2022.

LIMA, Márcia Regina de. **Segmentação racial no mercado de trabalho brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, Marcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. D. V.; LIMA, M. (Ed.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 148-158, 1995.

LIMA, Márcia. "Raça" e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 233–254, 2012.

LIMA, Márcia. A obra de Carlos Hasenbalg e seu legado à Agenda de Estudos sobre Desigualdades Raciais no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 4, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Márcia. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os Ricos Ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. Editora HUCITEC. São Paulo, 2005.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. **A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares**. *Ciência & Saúde Coletiva* 20(4). 2015.

MOURA, D. O., & ALMEIDA, T. M. C. de. (2020). **Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo afrolatinoamericano e outras memórias de Lélia Gonzalez.** *Arquivos do CMD*, 7(2), 27/45.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: editora perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 4ª ed. São Paulo: editora perspectiva, 2016.

NERI, Marcelo. **A nova classe média.** FGV/IBRE. CPS, Rio de Janeiro: 2008.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres.** FGV, CPS, Rio de Janeiro: 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: Edusp, 1998.

NUNES, Jordão Horta; SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. **A desigualdade no “topo”: Empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 2, p. e87, 2016.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, p. 65-96, 2008.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil.** Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2009.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas.** Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2021.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000.

PATRIOTA, Cristina. JANUZZI, Vinícius. **Brasília classificada.** *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v, 31, n.1. 2010.

PEREIRA, Bruna Jaquetto. **Dengos e zangas das mulheres–moringas: vivências afetivo–sexuais de mulheres negras**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós–Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 289 p. 2019.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945.

PINTO, Luís de Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudanças**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PINTO, Nubia dos Reis. **Ascensão social negra: do branqueamento à solidariedade?**. Dissertação de Mestrado, Salvador, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes Laços Em Linhas Rotas: Literatos Negros, Racismo e Cidadania na Segunda Metade do Século XIX**. Campinas: Tese de Doutorado. Unicamp. 2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRAXEDES, R. Classe média negra no Brasil: negros em ascensão social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 2, n. 20, 2019.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; CARVALAHES, Flávio. **Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018**. Bib, São Paulo, n. 92, 2020.

ROCHA, Emerson Ferreira. **O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 193 p. 2015.

ROCHA, Emerson Ferreira. **Riqueza e status entre mulheres negras no Brasil**. Revista Sociedade & Estado, Brasília, v. 32, n. 1, p. 217-244, 2017.

ROCHA, Emerson Ferreira. Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, 2018.

ROCHA, Emerson Ferreira. **O negro no mundo dos ricos. Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010**. Editora UnB, 2019.

ROCHA, Emerson Ferreira; VISSER, Ricardo. Práticas econômicas e classes sociais: uma avaliação empírica e uma proposta analítica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 3, 2022.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012

SALATA, André. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 1, p. 111 a 149, 2015.

SANTANA, Ivo de. **Executivos negros em organizações bancárias de salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social**. Afro-Ásia, 23, 1999.

SANTANA, Ivo de. **À margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público – o caso de salvador**. Tese de Doutorado, Salvador, 2009.

SANTANA, Ivo de. **Vidas de Entremeio: negros e ascensão social no serviço público – o caso de Salvador (BA)**. ILHA, v. 16, n. 2, 2014.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005.

SANTOS, Neville Julio de Villasboas e. **A desigualdade no “topo”: estratificação racial e o efeito da “cor” sobre os rendimentos de empregadores negros e brancos no Brasil. 2016**. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Marcos Vinicius Rodrigues. **SHIS e Terracap versus o povo: a luta da associação dos incansáveis moradores de ceilândia (1971-1988)**, 2020.

SILVA, Cyntia Cristina de Carvalho. **Narrativas sobre a prostituição feminina na W3 Norte: construindo um dispositivo**. Dissertação. Mestrado em Sociologia, PPGSOL, 2016.

- SILVA, Joao Antônio Gouveia e. Modernismo, segregação e identidades urbanas no Distrito Federal. **Revista Textos Graduated**, v. 7, n. 2, p.47-63, 2020.
- SOARES, Reinaldo da Silva. **Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra**. Tese de Doutorado, São Paulo, 2004.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, Flávia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre o tema recente de estudos da História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.7, n.13, pp. 275-296, 2016.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2010.
- Telles, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.
- THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 15-44, 2008.
- VELHO, Gilberto (1973). **A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIDESOTT, Luisa. Os Candangos. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), São Carlos, Brasil, n. 7, p. 21–38, 2008.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, 2014.
- WEBER, Max. “Classe, estamento e partido”. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982, pp. 211-228.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, v. 2, 4ª ed, Brasília: ed. UnB, 2015.

WRIGHT, Erik Olin. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. In: WRIGHT, Erik Olin. (Org). **Análise de classe: abordagens**. Editora Vozes, p. 19-45, 2015.

Anexo I

Roteiro de entrevista semiestruturada²⁶

Objetivo Geral da Pesquisa:

Analisar a trajetória das pessoas negras pertencentes à classe média e compreender a configuração das dinâmicas sociorraciais presentes no contexto do Distrito Federal.

Objetivos Específicos:

- I) Compreender os impactos do racismo e das dimensões deste nos processos de afirmação/negação das identidades de pessoas negras pertencentes à classe média no DF;
- II) A partir dos microdados da PNAD, fazer um mapeamento da classe média negra no DF, levando em consideração as variáveis de raça/cor, região, renda e escolaridade;
- III) A partir das entrevistas, compreender como as pessoas negras pertencentes à classe média avaliam seus projetos individuais e trajetórias pessoais.

Número:	Data:	Horário e local de realização:
---------	-------	--------------------------------

Identificação

- Data de nascimento _____

- Cidade de nascimento _____

²⁶ O roteiro de entrevista semiestruturada foi baseado em um roteiro feito pelo Prof. Dr. Sergio Pereira dos Santos.

- Local de residência (região administrativa) _____
- Estado Civil _____
- Tem filhos? Se sim, quantos _____
- Escolaridade _____
- Profissão _____
- Sexo _____
- Raça/Cor (de acordo com o IBGE):
Heteroclassificação - () Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena
Autoclassificação - () Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena
- Religião _____ Praticante: _____

Ao se considerar os objetivos da pesquisa elencados acima, as questões que serão propostas para os/as entrevistados/as estarão inseridas nestas seguintes seções:

1) Aspectos da Família e relações de vizinhança:

Esta seção tem como objetivo investigar a origem social e familiar do/a entrevistado/a. Dessa forma, serão analisadas as características da família e socialização na infância em articulação às questões étnico-raciais no contexto do Distrito Federal. Para essa finalidade, serão observadas as dinâmicas familiares do entrevistado no que se refere à identidade, ao racismo, à branquitude, às relações afetivas, assim como, a questão da negritude face ao racismo, tendo como hipóteses estratégias e lições de proteção ensinadas pelos pais, visto que, estes ensinam essas estratégias e lições ou silenciam qualquer discussão sobre o racismo.

Esta seção terá como referências as seguintes questões:

Você pode falar um pouco sobre sua infância?

Como era a relação com a sua família? Como era a relação com seus pais?

Você tinha irmãos/irmãs? Como era sua relação com eles/elas?

Qual era a profissão de seus pais?

Sua família te incentivou/incentivava nos estudos?

Quais foram os principais ensinamentos que seus pais te passaram?

Gostaria de falar algo sobre a sua origem social e familiar que não foi abordado?

Onde você cresceu?

Como era sua relação com seus amigos de infância?

2) Aspectos da Escolarização

Esta seção tem como objetivo investigar a experiência e trajetória escolar do/a entrevistado/a. Buscando entender suas vivências durante o percurso escolar e sua articulação com as questões-étnicos raciais durante seu processo de formação.

Esta seção terá como referências as seguintes questões:

Você pode falar sobre sua vivência de escolarização no seu processo de formação?

Você participava dos projetos da escola?

Como era sua relação com seus colegas? E com seus professores?

Você teve influência de algum professor nos estudos? E na sua família?

O que te influenciou na escolha do curso?

Sofreu algum tipo de racismo, preconceito racial e/ou de discriminação racial durante esse período? Se sim, como você e sua família lidaram com isso?

Gostaria de falar algo sobre a sua trajetória escolar que não foi abordado?

3) Trajetória profissional

Esta seção tem como objetivo investigar a trajetória profissional do/a entrevistado/a, considerando o processo de ascensão social e experiências de mobilidade. Explorando suas relações profissionais e emocionais no mundo do trabalho. Analisando também a relação das questões étnico-raciais e de racismo no trabalho.

Esta seção terá como referências as seguintes questões:

O que mais contribuiu para que você pudesse alcançar a posição que ocupa hoje?

Quais foram as dificuldades que você enfrentou para conseguir ocupar essa posição?

O que é necessário para a pessoa conseguir ocupar uma posição de destaque nesse ramo?

Quais os apoios necessários para que a pessoa seja bem-sucedida na atividade que você desempenha?

Você se sente realizado/a na posição que ocupa hoje?

Você já se sentiu excessivamente cobrado no trabalho? Como foi isso?

Já se sentiu desrespeitado/a no trabalho? Poderia contar um pouco melhor como foi essa situação? Como você reagiu? A que você atribui esse fato?

4) Percepções sobre condição racial e de gênero

Esta seção tem como objetiva investigar as percepções sobre a condição racial e de gênero do/a entrevistado/a. Para isso, busca-se abordar questões referentes aos processos de percepção sobre discriminação racial e de gênero e a influência deste na trajetória profissional.

Esta seção terá como referências as seguintes questões:

Você pode falar sobre a influência da sua condição racial na sua trajetória profissional?

(Se homem) O que é ser homem na sua carreira? As portas se abrem? Tem maiores facilidades? Privilégios?

(Se mulher) O que é ser uma mulher na sua carreira? As portas se abrem? Tem dificuldades?

Pode comentar acerca das suas percepções sobre discriminação racial e de gênero?

Como é a sua experiência de ser negro/a e pertencer a grupos econômicos de renda média/alta?

Poderia falar sobre a sua experiência da negritude?

Já conversou/conversava com seus pais na infância e/ou juventude sobre a questão racial? Sobre ser negro/a? Como seus pais lidavam com isso, eles dialogavam com você sobre racismo que eles vivenciaram? Já vivenciou situações de racismo? Como foi isso? Já presenciou situações de racismo de outras pessoas? Seus pais falavam com você sobre universidade? Falavam sobre cotas raciais, sociais

5) Hábitos de consumo, lazer e sociabilidade, afetividade

Esta seção tem como objetivo investigar questões referentes aos hábitos de consumo, lazer e sociabilidade do/a entrevistado/a. Analisando práticas de consumo, estilo de vida e formação de status social, bem como sua relação com as questões étnico-raciais.

Esta seção terá como referências as seguintes questões:

O que você gosta de fazer para se divertir?

Fale um pouco sobre os lugares que você frequenta?

Como você é tratado nesses lugares?

Já sofreu racismo nesses ambientes?

Que tipo de música você gosta?

Você gosta de assistir filmes? Quais os últimos filmes que você assistiu?

Você gosta de ler? Quais os últimos livros que você leu?

Para você, o gosto ou a escolha de músicas, de filmes e/ou de livro são de alguma forma definidos por questões étnico-raciais?

Poderia falar sobre seus vínculos afetivos/amorosos (amizades/namoros)?

Qual é a sua relação com seus amigos?

Como você é tratado por eles?

(Se comprometido/a) Como você é tratado pela família da pessoa que você se relaciona?

Anexo II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “Classe média negra no Distrito Federal: trajetórias e processos de ascensão social”, de responsabilidade de Jalisson Carvalho de Souza, aluno do mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa, do Departamento de Sociologia da UnB.

O objetivo da pesquisa é analisar a trajetória de pessoas negras no processo de ascensão social e compreender as dinâmicas sociorraciais presentes no Distrito Federal, com o intuito de investigar de que forma a posição de classe média é vivenciada por pessoas negras no DF. Sendo assim, gostaria de consultar o seu interesse em participar da pesquisa.

As entrevistas serão gravadas, mas o seu nome não será divulgado, sendo mantido rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob minha guarda.

Você pode solicitar esclarecimento durante e após a conclusão da pesquisa através do contato: jalissoncarvalho7@gmail.com.

Eu, _____, declaro que, após ter recebido os esclarecimentos pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar desta pesquisa e com a gravação da entrevista.

Anexo III

Sujeitos da Pesquisa

Quadro 2 - Sistematização das informações de identificação.

Nome	Idade	Local de nascimento	Local de residência	Ocupação dos pais	Formação do “capital humano”	Trajетória ocupacional
<p>Bruno</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preto - Casado e tem duas filhas - Sem religião <p>(duração: 45min.)</p>	60	Brasília - DF	Asa Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Pai possui ensino médio - Mãe possui curso de auxiliar de laboratório 	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Biologia - Mestrado em biotecnologia - Doutorado em biologia molecular <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Inglês - Espanhol 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionário público (professor universitário)
<p>Davi</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preto - Casado e tem dois filhos - Espírita (Kardecista e Umbanda) <p>(duração: 36min.)</p>	52	Rio de Janeiro - RJ	Asa Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Pai possui formação na escola da Marinha - Mãe possui ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação na escola do Exército - Formação em Engenharia de Telecomunicações no Instituto Militar de Engenharia <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Inglês 	Funcionário público (Câmara dos Deputados)
<p>Deise</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preta; - Casada e tem uma filha; - Espírita (frequenta Batuque e Umbanda) - 8 irmãos (todos possuem Ensino Superior) <p>(duração: 1h28min.)</p>	54	Macapá - AP	Taquari - Lago Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Pai funcionário público; - Mãe dona de casa 	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Economia Doméstica e Licenciatura em Ciências Sociais; - Mestrado em Extensão rural; - Doutoranda em Direitos Humanos <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Inglês - Francês 	Funcionária pública (Instituto Federal de Brasília)

<p>Guilherme</p> <p>- Pardo; - Solteiro; - Sem religião</p> <p>(duração: 55min.)</p>	29	Brasília - DF	Sudoeste	<p>- Pai funcionário público da Caixa</p> <p>- Mãe funcionária pública da Caixa</p>	<p>- Graduação em Engenharia Elétrica</p> <p>- Pós-graduação</p> <hr/> <p>- Inglês - Espanhol - Francês - Alemão - Italiano</p>	Funcionário público (Câmara dos Deputados)
<p>Katia</p> <p>- Preta; - Solteira; - Sem religião</p> <p>(duração: 1h02min.)</p>	39	Brasília - DF	Asa Sul	<p>- Pai administrador</p> <p>- Mãe ensino médio</p>	<p>- Graduação em Letras</p> <p>- Graduação em Serviço Social</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais</p> <p>- Especialização <i>latu sensu</i></p> <hr/> <p>- Inglês - Espanhol</p>	Funcionária pública (secretaria de educação do DF e Ministério da Cidadania)
<p>Maria</p> <p>- Preta; - Viúva; Sem religião; - Teve dois filhos (um faleceu)</p> <p>(duração: 2h15min.)</p>	65	Belo Horizonte - MG	Sudoeste	<p>- Pai assalariado (industrial)</p> <p>- Teve a profissão interrompida</p> <p>- Mãe costureira</p>	<p>- Graduação em Ciência da Computação</p> <p>- Mestrado em Ciência da Computação</p> <hr/> <p>- Inglês</p>	Funcionária pública (Caixa - Cientista da Computação aposentada)
<p>Roberto</p> <p>- Pardo; - Casado; - Sem filho; - Católico</p> <p>(duração: 46min.)</p>	29	Brasília - DF	Asa Sul	<p>- Pai funcionário público</p> <p>- mãe funcionária pública</p>	<p>- Graduação em Direito</p> <p>- Especialização</p> <hr/> <p>- Inglês</p>	Funcionário público (Procurador)
<p>Valéria</p> <p>- Preta; - Casada e tem um filho - Sem religião - 1 irmão (ensino superior)</p>	34	Uberaba - MG	Asa Norte	<p>- Pai enfermeiro;</p> <p>- Mãe Advogada; (Ambos funcionários)</p>	<p>- Graduação em Ciência Política;</p> <p>- Mestrado em Sociologia;</p> <p>- Doutoranda em Sociologia</p> <hr/> <p>- Inglês</p>	Funcionária pública (Conselho Nacional de Justiça)

(duração: 2h43min.)				os públicos)	- Espanhol	
---------------------	--	--	--	-----------------	------------	--